

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 60 - Série VII - N.º 850
12 de Abril de 1990
Preço: 80\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

Nota da Comissão Política do CC do PCP

«O governo, face ao seu crescente descrédito, à redução da sua base de apoio e à sua própria desagregação, acelera a sua gravosa política, empenhando-se ao mesmo tempo numa vasta campanha de demagogia e eleitoralismo».

Págs. 4 e 5/Semana



A situação da criança em Portugal *Uma dura e amarga realidade*

Pág. 1/Semana

Jovens comunistas debatem ensino

Pág. 6/Semana



Grande confraternização na Atalaia

Terra firme do PCP terreno firme da Festa!



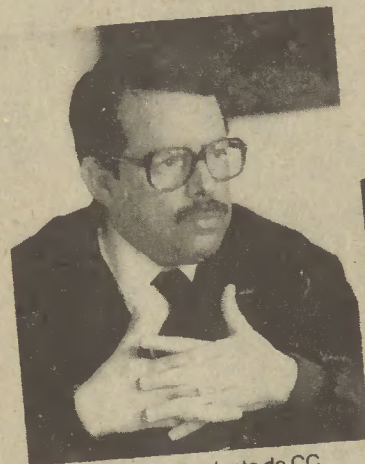
Álvaro
Cunhal
no comício

**A causa comunista e o ideal comunista
continuam a ter plena validade**

Págs. 1 a 5/Em Foco

XIII
CONGRESSO
EXTRAORDINÁRIO
PCP
LOURES. 18. 19. 20. MAIO. 1990

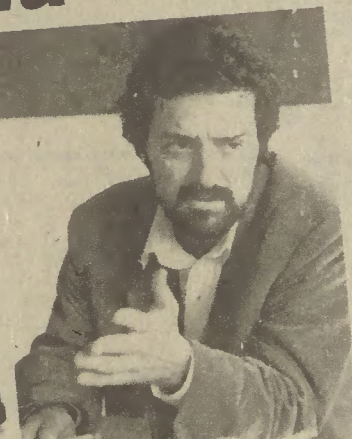
ESTADO, PARTIDO, DEMOCRACIA E SOCIALISMO
**O nosso conceito
de democracia**



Daniel Branco — Suplente do CC do PCP, presidente da CM Vila Franca de Xira e do executivo da Associação Nacional dos Municípios Portugueses



Orlando de Almeida — Presidente da CM da Amadora



Luis Sá — Membro da Comissão Política do CC do PCP



Delgado Martins — Jurista

O MARXISMO-LENINISMO HOJE
**Um sistema aberto
a transformar o mundo**



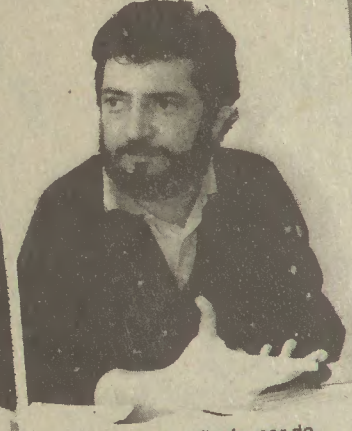
Mesas Redondas



José Barata Moura — Professor catedrático da Faculdade de Letras de Lisboa



João Arrêdo Nunes — Assistente convidado do ISCTE



Manuel Gusmão — Professor da Faculdade de Letras de Lisboa, membro do Comité Central do PCP



Gisela da Conceição — Professora do Ensino Secundário e membro da Organização de Artes e Letras do PCP

XIII
CONGRESSO
EXTRAORDINÁRIO
PCP
LOURES. 18. 19. 20. MAIO. 1990

Editorial

Avante!

Ano 60 — Série VII
N.º 850

12 de Abril de 1990

1.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

A «estabilidade» fictícia e a instabilidade real

N o adensar dos factores de crise que se acumulam na sociedade portuguesa contemporânea o panorama político do país nos dias actuais é sugestivo e esclarecedor.

Nas últimas semanas e até nos últimos dias, na sequência do processo de destruição sistemática das conquistas democráticas fundamentais alcançadas com o 25 de Abril, empreendido pelos sucessivos governos de direita nos últimos 14 anos e levado à sua expressão mais brutal e acabada pelo Executivo de Cavaco Silva, acentuaram de maneira sensível os bloqueios gerados ou agravados pela política cavaquista na vida e na situação do País e do Povo, em particular no decurso dos três anos de governo maioritário do PSD, os quais estão na origem da sensível redução da base de apoio social e político do governo que salta aos olhos de toda a gente.

Alterações de larga e profunda projecção no presente e no futuro dos portugueses, ocasionadas pelas celeberrimas «reformas de estrutura» de Cavaco, produziram-se em escala tal que não poderiam deixar de se manifestar expressivamente nesta fase de inofismável instabilidade política, económica e social e na intensa actividade das forças integrantes do espectro político-partidário português nos dias actuais.

Este panorama inequívoco de instabilidade generalizada não é compreensivelmente perfilhado por Cavaco Silva como de novo pudemos comprovar no programa televisivo «1ª Página».

Manifestamente o Primeiro Ministro tem da «estabilidade» um outro padrão de medida. Para ele mede-se em termos de continuidade governativa e não dos efeitos práticos da sua política nas diversas áreas de actividade governamental.

Um quadro elucidativo adicional da apreçoada «estabilidade» cavaquista foi dado pelo próprio Congresso do Partido de Cavaco no último fim-de-semana e pela demissão de surpresa a seu pedido do ministro das Obras Públicas e Comunicações.

A autêntica luta de galos que o antecedeu - entre «barões» e «baronetes», entre facções e poderosos grupos de interesses regionais, entre ambiciosos de poder e influência pessoal no seio do partido - tiveram expressão inédita no decurso dos trabalhos do próprio Congresso e nos conluíus de bastidores, nas «capelinhas», como denunciou o próprio Cavaco Silva, reunidas secretamente ou à porta fechada no exterior do Pavilhão.

E o Congresso permitiu verificar que não somente o Primeiro-Ministro e o PSD viram reduzida no país a sua base de apoio social e político como o próprio Cavaco Silva viu nele reduzida a sua corte de apoio interno, viu nele contestada sob uma confiança formal na sua

chefia a sua própria autoridade como presidente do partido.

E quando nos fixamos nos bloqueamentos gerados ou agravados pelo Governo PSD/Cavaco será a «estabilidade» o que deles se pode inferir?

É porventura uma manifestação de «estabilidade» a forte contestação social de massas que se tem desenvolvido contra a política do governo desde há longos meses, em especial no primeiro trimestre do ano em curso e com particular expressão na Jornada Nacional de Luta, organizada pela CGTP-IN em 14 dos 18 distritos do Continente que envolveu muitos milhares de trabalhadores em todo o País?

Será também de «estabilidade» o panorama das reprivatizações das empresas públicas e nacionalizadas e de serviços de eminente utilidade social como os da saúde, da educação e ensino; a alienação selvagem de sectores chaves da economia nacional ao capital estrangeiro, aos grupos multinacionais de todas as latitudes interessados em transferir rapidamente para os seus «fundos» externos os superlucros arrancados à exploração dos trabalhadores portugueses e dos recursos nacionais?

Será uma prova de «estabilidade» o brutal esbulhamento de terras, gados, máquinas, frutos pendentes das UCPs/Cooperativas da Reforma Agrária; a expulsão das suas modestas explorações agrícolas de pequenos agricultores a quem os próprios governantes da direita tinham distribuído demagogicamente terras; será «estabilidade» o alargamento da desertificação das regiões do interior com esta política de «terra queimada» e a brutal supressão de postos de trabalho que está na origem da emigração em massa das populações rurais, agravada agora com a extinção de ramais ferroviários para as zonas do interior?

Será um sintoma de «estabilidade» a crescente dependência em termos absolutos, sob a cortina formal do insignificante valor relativo do aumento das nossas exportações, do nosso abastecimento nacional particularmente no domínio da alimentação, a constante escalada dos preços dos produtos e serviços de primeira necessidade em contraste com uma «subida» nominal de salários sem nenhuma relação com a subida real da taxa de inflação?

Será de «estabilidade» um panorama social onde o aumento efectivo do desemprego (que já atinge oficialmente o número de 300 000) é ocultado na crescente precarização dos contratos de trabalho; do trabalho sem nenhum contrato; do alastramento do trabalho infantil - que a JOC, por exemplo, avalia em 200 000 crianças - o ressurgimento em força dos salários em atraso que atingem mais de 20 000 trabalhadores?

Será uma medida geradora de «estabilidade» no mundo do trabalho o novo «pacote laboral» que o governo se prepara para impor estabelecendo um novo e arbitrário regime jurídico de cessação do contrato individual de trabalho, um «pacote» que Cavaco candidadamente contesta dizendo que não é tal mas apenas... mais 8 novos diplomas?

Será de «estabilidade» as alterações do sistema de crédito em prejuízo dos mais modestos utentes, as novas subidas (ainda que pequenas de início) das taxas de juro, o alto volume de crédito mal parado e, por outro lado, os surtos de corrupção em esferas do poder?

Será também de «estabilidade» as medidas restritivas dos financiamentos ao Poder Local, ainda agravadas com a transferência de competências do poder central para as autarquias sem as correspondentes compensações financeiras?

Finalmente, será uma perspectiva de «estabilidade» a que se abre à juventude portuguesa com a gritante insuficiência das estruturas do ensino para responder à explosão do acesso ao Ensino Superior que deixou agora de fora, sob o cutelo do «numerus clausus», 50 000 dos 90 000 candidatos à PGA; as restrições à economia universitária, a privatização dos estabelecimentos do Ensino Superior com as suas consequências elitistas, nas nossas condições, no acesso à cultura dos jovens, a falta de apoio social e material, as portas fechadas ao primeiro emprego, as saídas profissionais que a formação profissional subsidiada pela CEE, e em muitos casos fraudulentamente desviada para outros fins, não proporcionam à juventude?

Tais bloqueamentos - e outros que se tornaria impossível enumerar aqui - colocam com força na ordem do dia a necessidade do entendimento e da convergência das forças democráticas. A mobilização oportuna de todos os mecanismos institucionais e principalmente de todas as formas políticas constitucionalmente consagradas para a substituição do actual governo e da sua política por um governo democrático com suficiente base de apoio e por outra política virada para a melhoria das condições de vida do povo, para a solução no prazo mais curto possível dos mais agudos problemas do povo e do país, para a superação dos nossos atrasos relativamente aos restantes países da Europa Comunitária.

O que implica a criação de condições para uma verdadeira alternativa democrática à direita governante, um objectivo impossível de alcançar actualmente por um só partido democrático, que pressupõe o agrupamento e a convergência de forças para derrotar o cavaquismo no Poder e o decidido abandono das concepções bipolarizadoras de hegemonia que conduziriam à eternização do domínio de uma política de direita.

O PCP tomou conhecimento do «Pré-Projecto» de Bases e Princípios para o Programa do Governo do PS», a ele faz referência o documento antontem distribuído à imprensa pela Comissão Política do CC do PCP e que publicamos noutro lugar do nosso jornal. Considerando que nele «existem ambiguidades e propostas negativas designadamente em relação à privatização e reestruturação do SEE e ao condicionamento do aumento dos salários reais às melhorias da produtividade» e ao «não prejudicar o aumento dos lucros empresariais», a Comissão Política salienta por outro lado, a existência de um conjunto de orientações e medidas que vão ao encontro da proposta de «Plataforma para uma alternativa democrática» apresentada nas Teses para o XIII Congresso (extrordinário).

Pressuposto o abandono das ideias de bipolarização política, de hegemonização da esquerda pelo PS e do «esvaziamento eleitoral do PCP» há uma base para o diálogo democrático em termos de um Programa de governo que possa ser apoiado por todos os democratas para a viabilização de uma alternativa democrática.

O fundamental da actividade do PCP virase neste momento para a preparação do seu XIII Congresso (extraordinário). Concretamente para a discussão das Teses e o debate de ideias no seio do Partido e a audição e debate numa base mais larga com democratas independentes sobre o exame das realidades actuais e as propostas do PCP.

A eleição na fase que vai seguir-se dos delegados ao Congresso vai realizar-se depois de um período dos mais dilatados de debate interno da temática para que foi convocado.

É um debate frutuoso e enriquecedor o que se está travando em torno do documentos básicos do Congresso. Uma preocupação determinante de colher todas as contribuições dos militantes para o enriquecimento das teses domina as atenções dos organismos dirigentes a vários níveis chamados a assegurar a democraticidade do debate no seio de cada uma e do conjunto das organizações do Partido.

Uma grande confiança nos resultados do XIII Congresso cresce à medida que se desenvolve esse debate e participação democráticos de todo o Partido.

Num contexto universal conturbado, num momento em que se configura uma época excepcional de viragem histórica da Humanidade em que nenhuma parcela do globo onde flui a actividade do ser humano está imune aos fenómenos de mudança, o PCP procura com a sua identidade e os seus princípios enfrentar as realidades do presente, construir um Partido para o nosso tempo, contribuir como elemento indispensável para a tarefa grandiosa de construir o futuro.

Resumo

4 Quarta-feira

É instituído por decisão do executivo municipal da cidade de Lisboa, o cargo de Provedor do Ambiente ■ Termina greve parcial de dois dias dos trabalhadores da portagem da Ponte 25 de Abril, que registou uma adesão total ■ O eurodeputado comunista Carlos Carvalhal salienta no Parlamento Europeu que as questões da unificação alemã deverão encontrar resposta na Conferência de Helsínquia II ■ O Partido Socialista defende em conferência de imprensa a mudança da estrutura produtiva do País ■ O coronel Nuno Roque é exonerado do posto de chefe de Estado-Maior das Forças de Segurança de Macau ■ O deputado comunista João Amaral defende a necessidade de uma nova ordem económica internacional como base para a resolução do problema do desemprego, ao intervir na 83.ª Conferência da União Interparlamentar a decorrer no Chipre ■ É assinada a confirmação da gemação entre as cidades do Porto e de Bordéus ■ O rei Balduino, da Bélgica, decide abdicar por dois dias dos seus poderes para não ter que assinar a lei que despenaliza o aborto ■ Daniel Ortega é proposto por um conjunto de intelectuais costarriquenhos para o Prémio Nobel da Paz.

5 Quinta-feira

Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, encontra-se informalmente com os jornalistas, num hotel em Lisboa ■ Vários milhares de trabalhadores desfilam em Lisboa e entregam reivindicações ao Primeiro-Ministro, numa acção promovida pela CGTP-IN ■ Os trabalhadores camarários do Porto Gaia e Matosinhos concentram-se na Praça da Liberdade para reclamarem aumento salarial percentual do corrente ano, revisão do sistema retributivo e concessão de subsídios de insalubridade, penosidade e risco ■ A nova Câmara do Povo da RDA encarrega o presidente da CDU, Lothar de Maizière, de formar governo e de o apresentar na próxima sessão da Câmara em 11 de Abril ■ O presidente Joaquim Chissano inicia uma visita oficial a Espanha ■ Nelson Mandela chefia uma delegação num encontro com Frederik De Klerk ■ O presidente da OLP, Yasser Arafat, afirma que uma maioria parlamentar sólida para o Partido Trabalhista desbloquearia o processo de paz para o Médio Oriente.

6 Sexta-feira

Tem início em Coimbra um congresso sobre a SIDA, que conta com mais de 750 participantes ■ Começa em Lisboa o XV congresso do PSD que revela descontentamento em

múltiplos sectores do partido, sobretudo devido ao desaire eleitoral de Cavaco Silva ■ O coordenador da CGTP-IN, Carvalho da Silva, admite a hipótese de analisar uma eventual proposta da UGT no sentido da unificação das duas centrais sindicais, se for apresentada de forma séria e fundamentada ■ Os presidentes de Angola, Congo, Gabão e S. Tomé e Príncipe iniciam na capital santomen-se uma cimeira sobre o processo interno angolano ■ Os chefes das diplomacias dos Estados Unidos e da União Soviética encontram-se em Washington, detectando algumas dificuldades na elaboração de um tratado de redução a metade dos arsenais nucleares ■ O presidente angolano, Eduardo dos Santos, anuncia que os seu governo iniciará em breve conversações directas com a UNITA.

7 Sábado

Milhares de comunistas confraternizam no novo terreno da Festa do «Avante!» na quinta da Atalaia, onde intervém Álvaro Cunhal ■ Carlos Brito afirma que o grupo parlamentar do PCP não exclui a hipótese de promover um inquérito parlamentar ao processo da Via do Infante ■ Deflagra um incêndio a bordo do ferry boat «Scandinavian Star» provocando a morte de cerca de duzentas pessoas ■ O regime da Costa do Marfim decide encerrar todos os estabelecimentos de ensino universitário para tentar fazer frente à intensa onda de contestação juvenil ■ O parlamento da Letónia não aprova a saída da república da União Soviética.

8 Domingo

Terminam o Encontro Nacional do Ensino Secundário e a Conferência Nacional do Ensino Superior que decorreram na Faculdade de Letras de Lisboa ■ Encerra o congresso do PSD que reelege Cavaco Silva líder do PSD ■ Os gregos vão às urnas pela terceira vez consecutiva em dez meses para tentar resolver a profunda crise política em que se encontra o país ■ É aprovado, no Brasil, o pacote de medidas económicas de Colôr de Melo ■ O rei Birenda, do Nepal, levanta a interdição que pesa desde há trinta anos sobre a actividade de partidos políticos ■ As direções do Partido Trabalhista e de três organizações da esquerda sionista chegam a acordo sobre a inclusão do respeito pelos direitos do homem nos territórios ocupados no programa do próximo governo de Shimon Peres ■ Dez milhões de peruanos são chamados a eleger o chefe de senado e 180 deputados no meio de um impressionante dispositivo de segurança devido às ameaças dos terroristas do Sendero Luminoso ■ O comunista reformador Milan Kucan consegue nas eleições da república da Eslovénia 44,5 por cento dos votos, permitindo-lhe passar à segunda

volta ■ O Forum Democrático Húngaro, juntamente com os seus aliados do Partido dos Pequenos Proprietários, obtém a maioria absoluta no Parlamento.

9 Segunda-feira

O presidente da República Popular de Moçambique efectua uma visita de quatro dias a Portugal ■ Cavaco Silva aceita o pedido de demissão do ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, depois de ter tentado infrutiferamente demovê-lo da sua decisão ■ Autarcas alentejanos consideram que o encerramento do ramal ferroviário de Moura é um travão ao desenvolvimento económico da região ■ Os países da Comunidade Europeia e da América Central iniciam dois dias de conversações sobre os esforços de paz e desenvolvimento desta região ■ A Nova Democracia garante a maioria absoluta no parlamento grego após um acordo entre o seu presidente e o único deputado eleito pelo pequeno partido de centro-direita, «Diana» ■ A agência Angop cita declarações do presidente Eduardo dos Santos, proferidas em S. Tomé, segundo as quais a mediação de Mobutu Sese Seko deixará de ter sentido quando estiverem criadas condições para negociações directas com a UNITA ■ O governo do Nepal levanta o recolher obrigatório, horas depois de o rei Birenda ceder à pressão popular e da oposição para acabar com o regime de monarquia absoluta.

10 Terça-Feira

Em conferência de Imprensa, Agostinho Lopes, da Comissão Política do CC, reafirma a disponibilidade



do PCP para o diálogo com o Partido Socialista ■ O Presidente Chissano, da República Popular de Moçambique discursa na Assembleia da República Portuguesa afirmando ser tarefa prioritária «a procura dos caminhos que conduzem à paz» ■ O ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Eduard Chevardnaze admite em Moscovo que o tempo que falta para a cimeira Bush-Gorbatchev pode não ser suficiente para concluir um tratado sobre a redução dos arsenais nucleares estratégicos ■ O presidente Mikhail Gorbatchev não exclui a «possibilidade de utilização» na Lituânia do poder presidencial como «medida extrema em caso de conflito civil».

Avante!

Propaganda de todos os países UNI-VOS
O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo
PROPRIEDADE: Partido
Comunista Português, Rua Soeiro
Pereira Gomes - 1699 - Lisboa
COD.EXT. Tel. 76 83 45
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua
Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa
COD.EXT. Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
EDITORIAL «AVANTE!», SA
Rua de São Bernardo, 14, 2.º
1200 Lisboa
Capital social: 15 000 000\$00
CRC matriciada: 47059
NIF - 500 090 440
DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira,
SARL, Serviços Centralizados
Av. Santos Dumont, 57 - 2.º -
1000 Lisboa
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17
Tel. 57 01 93
Casa da Venda em Lisboa: Rua do
Século, 16 - 1200 Lisboa
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º
- 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02
ALTERAÇÕES
DE ÚLTIMA HORA
Das 22 às 2 horas - Tel. 90 00 44
EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44
PUBLICIDADE CENTRAL:
Rua de São Bernardo, 14, 2.º
Tel. 73 22 75
Porto - Rua do Almada, 18-2.º,
Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 -
4000 Porto
Tel. 69 38 06/69 96 15
Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28394
Composto e impresso na Hecla
Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora
Depósito legal n.º 205/85

Congresso/

Avante!

Ano 60 — Série VII
N.º 850

12 de Abril de 1990

2.º Caderno

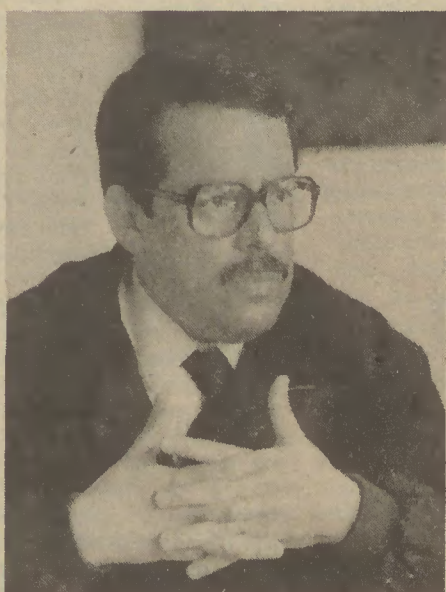
Não pode ser vendido
separadamente



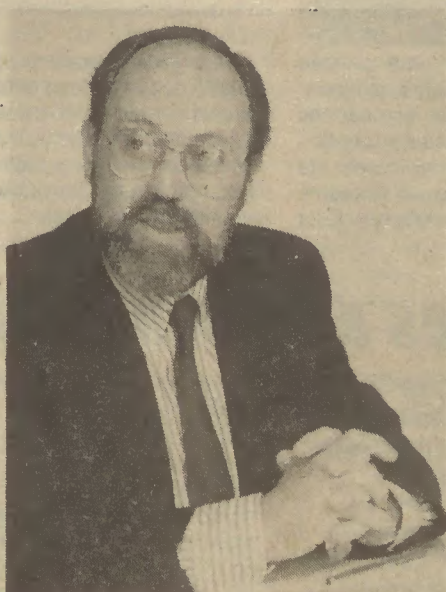
Mesas Redondas

ESTADO, PARTIDO, DEMOCRACIA E SOCIALISMO

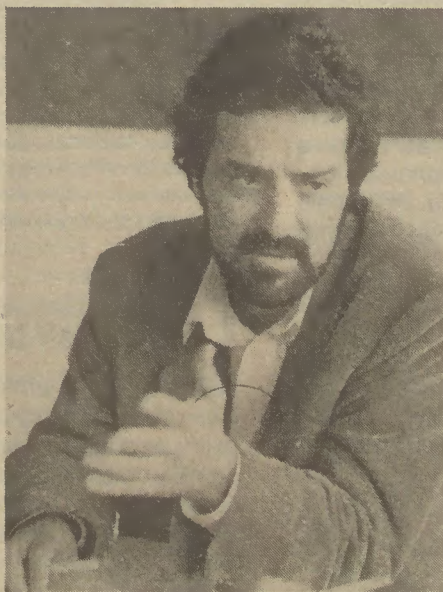
O nosso conceito de democracia



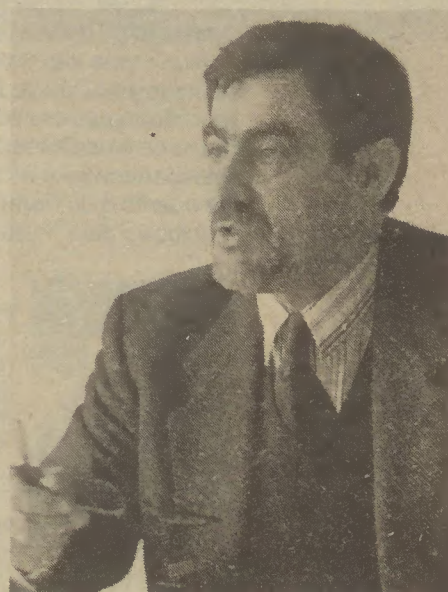
Daniel Branco — Suplente do CC do PCP, presidente da CM Vila Franca de Xira e do executivo da Associação Nacional dos Municípios Portugueses



Orlando de Almeida — Presidente da CM da Amadora



Luís Sá — Membro da Comissão Política do CC do PCP

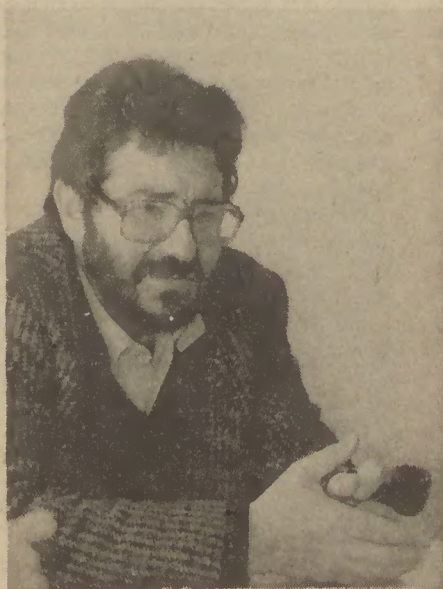


Delgado Martins — Jurista

O MARXISMO-LENINISMO HOJE

Um sistema aberto a transformar o mundo

**XIII
CONGRESSO
EXTRAORDINÁRIO
PCP**
LOURES-18-19-20-MAIO-1990



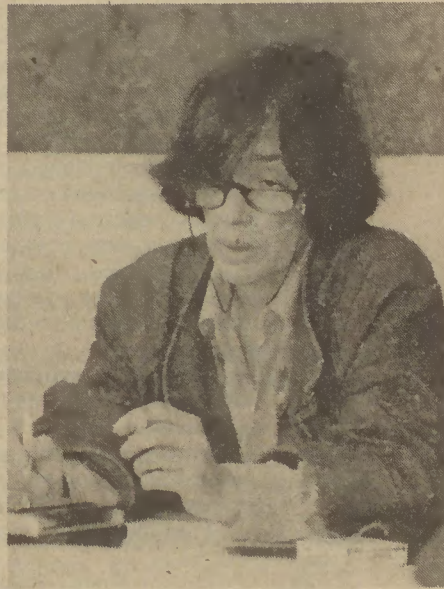
José Barata Moura Professor catedrático da Faculdade de Letras de Lisboa



João Arsénio Nunes — Assistente convidado do ISCTE



Manuel Gusmão — Professor da Faculdade de Letras de Lisboa, membro do Comité Central do PCP

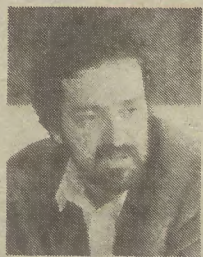


Gisela da Conceição — Professora do Ensino Secundário e membro da Organização de Artes e Letras do PCP

«Nas reuniões em que eu estive...»

Alargar a participação a cada vez mais militantes

Organizadas pelos sectores intelectuais do Porto e de Coimbra tiveram lugar no fim de semana passado duas reuniões para discussão das Teses para o próximo Congresso do PCP com a presença de Luís Sá, membro da Comissão Política do partido, que disse ao «Avante!» terem sido dois debates diferentes, no caso de Coimbra dedicado sobretudo aos acontecimentos nos países socialistas e ao conceito de socialismo no Programa do PCP, enquanto no caso do Porto a iniciativa em causa inseria-se num conjunto de debates centrado na luta por uma alternativa ao Governo de Direita. Uma outra nota que distinguiu os dois debates foi o facto de o de Coimbra ser aberto a independentes e à imprensa, enquanto o do Porto foi um debate exclusivo para militantes do partido.



«Creio que no entanto há uma nota comum aos dois debates: uma extrema vivacidade, um grande interesse de militantes do Partido e dos independentes participantes no debate de Coimbra, por um conjunto de matérias que neste momento são fontes de interrogação e de reflexão para todos nós. Grande parte das inquietações, dos militantes do partido em particular, mas também de independentes, centraram-se nos acontecimentos dos países socialistas, nos reflexos destes acontecimentos no mundo, nas questões da natureza e identidade do PCP, no que é hoje ser-se comunista, nas características do partido, na sua natureza de classe, etc.»

«Se houve participantes que revelaram um conhecimento bastante significativo das Teses, outros houve onde pesou o reflexo do tratamento que grande parte da imprensa deu a essas Teses: na afirmação de que *não há nada de novo*, numa visão deturpada do que está em causa nesta matéria, no modo como dizem que o partido vê os acontecimentos de Leste».

«Acontece muitas vezes, quando se refere o que realmente consta das Teses (e às vezes até o que consta do Programa do partido), revelar-se uma certa surpresa da parte de alguns camaradas e independentes sobre esse conteúdo».

«Significará este facto que há pessoas por vezes com divergências em relação ao partido ou às Teses que depois, com conhecimento concreto, acabam por diminuir ou anular essas divergências. Este debate que fazemos no nosso partido torna-se assim um debate necessário e extremamente salutar».

«Em Coimbra a sala esteve completamente cheia, muitas pessoas de pé. Foi um debate demorado, entrou um pouco pela noite dentro e revelou efectivamente um interesse bastante grande e uma participação bastante significativa de camaradas e independentes mais novos».

«Na reunião do Porto registou-se igualmente uma participação satisfatória».

«Há que levar em conta um problema que gostaria de equacionar: é que os debates das Teses que estão a ser feitos

com a participação de independentes representam uma experiência extraordinariamente positiva, mas não podem significar, de alguma forma, a existência de uma menor atenção relativa ao necessário esforço para alargar esse debate a mais e mais militantes do partido».

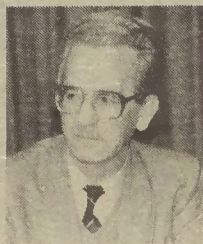
«Neste sentido a participação na iniciativa do Porto foi realmente satisfatória. Importa pois referir, um pouco por todo o lado, que os debates com independentes não substituem os debates e a participação dos próprios militantes».

«Há que fazer um esforço no sentido da participação dos nossos militantes ser cada vez mais larga».

«A questão da luta por uma alternativa e de como nós vemos a luta por essa alternativa em Portugal foi uma questão que surgiu nos dois debates, independentemente da particular atenção às questões da Europa do Leste e da natureza da identidade do partido. Creio até que este tema vai ter um peso crescente ao longo dos próximos debates. Esta

Três fases de discussão

Aboim Inglês, membro do Comité Central do PCP, participou já em cerca de duas dezenas de debates, com algumas centenas de camaradas dos mais diversos sectores da organização e em locais como Santarém, Leiria, Vila Real. Diz-nos que o número de participantes nestes debates é sensivelmente idêntico ao registado para o anterior Congresso mas que o facto de agora se dispor de mais tempo para a discussão poderá levar a que se registre um aumento nesse número de participações.



«Algumas das discussões abrangeram a totalidade das Teses, outras incidiram mais sobre a situação internacional bem como sobre as características, natureza, identidade e renovação do nosso partido».

«Foram levantadas ideias muito diversas e algumas bem interessantes que de certo poderão rectificar e melhorar as Teses».

«Em geral registou-se uma grande preocupação com os acontecimentos nos países socialistas, quer com aquilo que é revelado do passado, quer com os processos que neste momento estão em curso, quer com a sua futura evolução».

«Inicialmente sobrelevava uma reacção emocional perfeitamente natural: quem mais do que os comunistas se pode sentir ferido por graves traços negativos conhecidos com uma extensão inesperada ou por verem camaradas de outros partidos irmãos, nomeadamente dos países socialistas, a serem ultrapassados pelas massas e por forças anti-socialistas?».

«Um segundo momento que tenho verificado no evoluir dos debates é já mais de tipo *reflectivo*: uma reflexão sobre as causas e as condicionantes históricas das deformações e erros, assimilando-se o que vem nas Teses e procurando mesmo aprofundá-las».

matéria foi um dos problemas abordados nas duas reuniões, nas duas iniciativas, e muito em particular no Porto que a tinha como tema principal».

«No entanto, no debate de Coimbra, que era aberto à imprensa, houve um órgão de comunicação social que resolveu deturpar as posições que foram referidas sobre este assunto e inclusivamente referir uma pretensa *disponibilidade* do PCP para rever a sua política em relação às reprivatizações».

«Esta deturpação, como outras, significa para nós que a dificuldade de acesso à comunicação social se traduz por vezes numa outra realidade: temos acesso mas as nossas posições são deturpadas, o que aliás acontece com muita frequência».

«Assim se demonstra a grande necessidade de um intenso debate interno no partido bem como do debate com outros sectores democráticos. De outra forma é difícil que a nossa posição chegue correctamente à opinião pública na situação actual que está criada».

«Finalmente, nos últimos debates, parece-me prevalecer o cuidado *com nós próprios*, com as medidas para que no nosso partido tais fenómenos não se verifiquem. Neste aspecto é dominante e **muito forte** a confiança no PCP. Neste aspecto encontrei nos membros do partido (claro que com algumas excepções) um firme apoio às Teses, por exemplo no que diz respeito ao capítulo quatro, sobre «O Ideal Comunista, A Natureza e Identidade do PCP»».

«Podemos dizer que os membros do partido querem ter **este** partido e não outro. **Este** partido que no decurso da sua história e na actualidade, está profundamente enraizado nos trabalhadores e no povo português, real fonte da sua renovação, com um estilo de trabalho profundamente colectivo, não admitindo privilégios no seu seio nem de privilégios dos comunistas relativamente ao povo a que pertencem».

«Estas são características essenciais que deveremos manter e aprofundar».

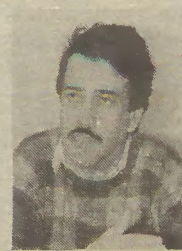
«Grande número de camaradas rebelou-se contra o *negativismo* que grassa em alguns partidos irmãos e valorizam justamente as grandes realizações e conquistas do socialismo, que consideram estar a ser esquecidas e apagadas por esta *avalanche* de aspectos negativos».

«Há um desejo de não se voltar apenas para o passado, mas sobretudo para o presente de luta que neste momento é mais difícil e para o futuro a médio prazo que, estamos convencidos, será melhor, na medida em que sejam corrigidos os erros cometidos pelos países socialistas na construção e edificação da sociedade socialista. Essas correcções vão permitir o próprio avanço do socialismo já que foram exactamente esses erros que o impediram de se desenvolver».

«Nesse aspecto, embora sendo muito generalizada a preocupação quanto ao andamento da *perestroika* e de fenómenos negativos que hoje se vêm surgir na União Soviética, é **ainda mais geral** o apoio aos objectivos essenciais da *perestroika* e o desejo de que esses objectivos sejam atingidos. É também mais geral a consciência de que isso será um novo salto histórico no desenvolvimento do socialismo e nos destinos de toda a humanidade».

Andar para a frente

Segundo nos afirmou Vasco Paiva, membro do Comité Central do PCP, no último fim-de-semana realizaram-se três assembleias plenárias em Sabrosa, Mesão Frio, Murça. No sábado passado realizou-se um plenário de quadros do PCP da região transmontana, com a participação do camarada Aboim Inglês, em que estiveram 40 camaradas e que se destinou a discutir o primeiro ponto das teses — os acontecimentos nos países socialistas e as suas repercussões.



«Nas assembleias plenárias que realizámos verificou-se uma participação idêntica à das assembleias plenárias do anterior congresso. Outro traço foi o da solidez do partido em torno das teses, con-

cordância na generalidade e aprovação das mesmas».

«Os acontecimentos nos países socialistas são motivo de preocupações e de interrogações. Preocupação em perceber o que se passou e o que se está a passar. Mas simultaneamente verifica-se entre os militantes presentes não o demissionismo, não o espírito de «vergonha» ou de «cruzar os braços», mas bem pelo contrário a preocupação de reforçar o partido, de reafirmar o ideal comunista, reafirmar os nossos princípios, o que tem sido a história, a experiência, a prática, a vida do nosso próprio partido».

«A preparação do congresso tem sido também um elemento de dinamização da organização do partido. Não apenas pelos contactos e pelas reuniões que se fazem — o que já seria muito — mas porque associando à discussão das teses e do partido, discute-se a situação em cada concelho. Em alguns casos as assembleias plenárias vão-se realizar simultaneamente com assembleias de organização o que vai ser o caso de Vila Pouca, Montalegre, Régua entre outros. Noutros casos como em Sabrosa, foi constituída uma comissão concelhia provisória, poderia referir mais exemplos mas para abreviar estes chegarão para transmitir esta ideia — reforçar, organizar o partido com a preparação do congresso».

«A necessidade de reforço orgânico do partido tem aparecido nestas reuniões e assembleias a necessidade do partido se ligar às massas, às populações, de agarrar os problemas locais. Assim associado à discussão do segundo e terceiro pontos acabámos por discutir os problemas locais e começar a agir mais tomadas de posição públicas do partido».

«Nestas assembleias e reuniões, foi opinião generalizada a ideia de que existe uma real democraticidade interna e que temos um partido vivo».

«Será justo aqui referir que entre simpatizantes e aliados na CDU temos tido demonstrações de um bom espírito, gente que «pede» para ir assistir como convidado ao Congresso, outros que pedem a sua filiação no partido. Não é massivo mas é significativo numa situação em que temos naturais dificuldades e que temos uma acção verrinosa contra o partido».

ESTADO, PARTIDO, DEMOCRACIA E SOCIALISMO

O nosso conceito de democracia

Mesa redonda

Estado, partido, democracia e socialismo foi o tema que reuniu à volta da mesa os camaradas Luís Sá, da Comissão Política do CC do PCP; Daniel Branco, suplente do CC do PCP, Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e do executivo da Associação Nacional dos Municípios Portugueses; Orlando de Almeida, Presidente da Câmara Municipal da Amadora; e Delgado Martins, jurista. Tomou-se como ponto de partida a tese de que a **ofensiva contra as conquistas económicas e sociais da revolução de Abril seria inevitavelmente acompanhada pela ofensiva contra a democracia política.**

L.S. - Eu já ouvi um analista ironizar sobre esta tese; partindo da ideia de que vivemos em liberdade, há órgãos de soberania que emergem do sufrágio universal, existem órgãos de poder local eleitos, interroga-se a que título e com que legitimidade se pode falar de degradação da democracia política?

Eu creio que a resposta a esta questão é inseparável do próprio conceito, muito rico e muito profundo, que o Partido tem de democracia política.

É neste âmbito que as teses avançam um conjunto de elementos que ilustram esta ideia, susceptível de parecer um tanto carecida de sentido a quem não nos acompanha num conceito tão rico, tão profundo e tão amplo de democracia.

Vejamos: a perspectiva de redução do número de deputados à Assembleia da República e eventualmente a execução de operações de engenharia eleitoral; é evidente que daqui vai resultar que os deputados vão continuar a ser eleitos, mas é evidente que vai também resultar uma diminuição do alcance do sistema de representação proporcional e portanto do alcance da própria pluralidade do sistema político e da justiça na conversão de votos em mandatos.

Outro exemplo: as alterações que estão desenhadas em relação ao estatuto da comunicação social; é evidente que não há censura prévia no nosso país, mas também é evidente que apesar dis-

res, mas que assim ficam privados de direitos fundamentais.

Uma situação que se degrada

Ou seja, enquanto nós defendemos que o cidadão deve ser um protagonista do sistema político, deve estar no centro do sistema político, que se desenvolvam as formas de democracia directa, que as liberdades sejam permanentemente ampliadas, constatamos que pelo contrário a situação se tem vindo a degradar. É estabelecida nas teses uma correlação entre este processo e as medidas que têm vindo a ser tomadas particularmente ao nível das estruturas económicas; independentemente de me parecer evidente que há uma coincidência e um paralelismo entre os dois processos, há uma relativa autonomia do processo de degradação política mas também a determinação em última instância resultante do processo de alteração das estruturas económicas, como seja a destruição das novas estruturas criadas pelos trabalhadores a seguir à expropriação dos latifúndios e das estruturas criadas com as nacionalizações que permitiriam novas formas de democracia dentro das empresas.

Um aspecto que me parece importante salientar é o de que a democracia não se deve limitar aos níveis das instituições políticas; ou seja, o PCP defende que a democracia não deve ficar à porta das empresas, antes se exprime de forma intensa no quotidiano de todos os cidadãos e a nível económico, cultural e social.

Trata-se de saber, no fim de contas, se o projecto político adequado para Portugal é um projecto que transforme a democracia numa prática diária dos cidadãos, ou pelo contrário é uma prática que tem a ver com o direito de votar de 4 em 4 anos e que fora disso procure estimular o alheamento dos cidadãos em relação à vida política e cercear os seus direitos.

D.M. - Como jurista ligado ao trabalho sindical tenho vindo a verificar que à medida que as empresas mudam de mão, à medida que se dão as privatizações das empresas, o seu desmembramento, vão-se criando situações de insegurança por parte dos trabalhadores que se revelam em aspectos muito concretos. Regista-se, por exemplo, um certo temor em recorrer aos seus sindicatos, uma vez que grande parte desses trabalhadores estão em regime de trabalho a prazo.

A pressão exerce-se de forma insidiosa, por vezes, e não tem por parte das leis laborais que se têm vindo a alterar uma correspondente defesa que permita intervir como até aqui.

Concretizando: os direitos sindicais garantiam, aos dirigentes sindicais, em caso de despedimento, que este não podia ser concretizado sem controlo prévio por parte dos tribunais; ora bem, neste momento existe um certo vazio legislativo neste domínio permitindo todas as arbitrariedades.

Outro aspecto que está a gerar um certo mal-estar é a nova ofensiva no sentido de alargar o conceito de «justa causa». E também no que se refere à lei da greve a ofensiva é manifesta. Nesta última «greve geral» houve empresas que iniciaram práticas particularmente requintadas de violação da lei da greve,



nomeadamente fazendo «requisições civis» de trabalhadores como se de órgãos do Estado se tratassem.

Estamos perante uma situação em que as empresas violam impunemente as leis laborais a qual não pode ser desligada da alteração da estrutura económica, da passagem de mão das empresas públicas para entidades privadas.

Formas novas de intervenção ou caminho para a democracia formal?

Penso no entanto que não devemos ser excessivamente pessimistas, até porque se têm também verificado alguns aspectos positivos no aperfeiçoamento de formas democráticas de exercício dos direitos. A recente Acção Popular aprovada na Assembleia da República é exemplo concreto daquilo que o Luís Sá estava a dizer há pouco sobre a concretização de forma de exercício de direitos pelos cidadãos sem passar pelo simples direito de voto de 4 em 4 anos. Neste momento, o cidadão enquanto tal pode demandar o Estado para fazer valer direitos que interessam a toda a comunidade. Tem agora uma nova legitimidade para poder intervir, enquanto até aqui estava desarmado perante as acções do Governo violadoras de interesses públicos.

Av. - Mas uma coisa é a existência formal de direitos e outra a possibilidade prática de os exercer. Por exemplo, enquanto o Governo se atribui a capacidade de demitir uma administração local eleita pelos cidadãos se considerar existirem razões para tal - e nada garante que a definição dessas razões não seja arbitrária - verificamos, por outro lado, que o próprio Governo não cumpre os acordados do Supremo Tribunal. Como é que a sociedade pode controlar situações deste tipo? Ou ainda outro exemplo: formalmente, os cidadãos têm direito à Justiça; no entanto, o acesso aos tribunais está cada vez mais condicionado pela disponibilidade económica de cada um. Não significa isto que estamos a caminhar para uma democracia meramente formal?

D.M. - Quanto a isso posso dizer que temos uma lei de Acesso ao Direito muito aceitável, razoável mesmo, mas na prática o que se verifica é que desde que o Governo não dá dotações para pagar aos advogados, acresce que desde que os tribunais não usem de critérios maleáveis para a concessão de apoio judiciário, essa lei fica no papel. E o que se está a verificar hoje é precisamente isso.

Tem havido certa demagogia do Governo ao anunciar a abertura dos chamados gabinetes de apoio jurídico; ora o que se verifica neste momento é um atraso de seis meses no pagamento aos advogados que ali prestam esse apoio. Enquanto nos primeiros meses, como não era mal pago, os advogados se ofereceram às centenas, a ponto de ser preciso fazer escalas para a prestação desses serviços, agora praticamente não funcionam porque deixaram de pagar. Neste momento, e porque os utentes continuam a ir a esses gabinetes, estão a chamar permanentemente a meia dúzia de advogados que continuam militantemente a dar o seu apoio. Importa lembrar que em todo o País apenas existem 2 desses gabinetes (em Lisboa e no Porto).

O encarecimento da Justiça de uma forma brutal tornou de facto um luxo o recurso aos tribunais; por outro lado a lei de apoio jurídico - isenção de custas, de preparos - é controlada pelos tribunais de um modo muito rígido; assim, qualquer cidadão que tenha um rendimento um pouco acima do salário mínimo nacional, não goza de apoio judiciário. Criando-se assim um desequilíbrio enorme entre quem tem capacidade económica e quem a não tem. A lei é razoável mas na prática funciona mal...

Uma luta desigual

Outro aspecto que me parece importante realçar é o de que, infelizmente, o Estado nem sempre é uma pessoa de bem. Sendo uma entidade que deveria ser o exemplo da honestidade, da transparência e da ética no funcionamento dos seus serviços não se comporta no dia-a-dia como deveria.

A luta entre o cidadão e o Estado é uma luta extremamente desigual. É fundamental alterar esta situação, porque caso contrário o cidadão é cilindrado por um Estado que detém meios poderosos inclusivamente para não cumprir as leis, nem as decisões dos tribunais, sem que nada lhe aconteça.

Av. - Mas o que é que podem fazer os cidadãos? A democracia passa por aí...

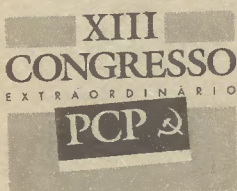
D.M. - Pois, pois, nas coisas comezinhas, do dia-a-dia, em que se sente esse poder avassalador do Estado e a impotência do cidadão para lhe pedir responsabilidades. Eu penso que são necessários novos meios que permitam ao cidadão exercer o seu direito de protesto, de crítica, de tal forma que ponha em respeito esses detentores do Poder, quanto mais não seja para que na próxima opor-

Trata-se de saber, no fim de contas, se o projecto político adequado para Portugal é um projecto que transforme a democracia numa prática diária dos cidadãos, ou pelo contrário é uma prática que tem a ver com o direito de votar de 4 em 4 anos e que fora disso procure estimular o alheamento dos cidadãos em relação à vida política e cercear os seus direitos.

so colocam-se problemas de igualdade de oportunidades no acesso à comunicação social pelas várias correntes de opinião, que se podem agravar ainda mais. Este é para nós um problema que pode não existir para quem não tenha o mesmo tipo de conceito de democracia.

Ou ainda o facto de se assistir a uma tendência para a governamentalização do regime, com diminuição radical do alcance efectivo dos poderes de fiscalização da AR e do seu próprio papel legislativo em relação ao Governo. Ou ainda a questão que nós acabámos de levantar na interpelação ao Governo de haver uma governamentalização do processo de adesão à CEE, com marginalização da AR, dos municípios e dos chamados parceiros sociais.

Para nós é ainda um sintoma claro de redução da democraticidade do sistema político a existência de uma situação em que direitos fundamentais inseridos na Constituição são objecto de compra e venda nas empresas; é sabido que neste momento esses direitos são transaccionados, o que representa uma vantagem financeira imediata para os trabalhado-

Mesa
redonda

O nosso conceito de democracia

tunidade em que sejam sujeitos ao sufrágio paguem a factura perante o eleitorado.

E esses mecanismos têm de passar por uma informação aberta, democrática, pela organização dos cidadãos em torno de determinados objectivos concretos. A recente luta dos agricultores do Algarve contra o traçado, imposto pelo Governo, para a «Via do Infante», é um bom exemplo. Organizando uma «coisa» que se chama a CASA - Comissão de Agricultores do Sotavento do Algarve; juntando os agricultores e outros cidadãos numa comissão ad-hoc. Se lerem o «dossier» da Via do Infante, verificam que desde o primeiro dia até hoje se fala da CASA como se fosse uma grande instituição. Sem estatutos nem existência legal, com um executivo coeso, que se foi alterando consoante a Via foi avançando, com o apoio de Grupos Ecologistas, Grupos Parlamentares e da informação, tem movido uma guerra que começou do nada e já obrigou o Governo a mudar o traçado da Via, e continua em acção.

A organização dos cidadãos em torno de objectivos concretos, se forem justos, e se utilizarem os tais meios ao seu alcance podem contribuir para fazer valer os seus direitos. Mas há que procurar avançar por aí, procurar ter acesso à opinião pública, à televisão, à Rádio. Recorrer a todos esses instrumentos que têm interacção entre si. Não é fácil, o cidadão ainda está extremamente desprotegido perante o Estado. A ofensiva provocada pelas alterações económicas não só não tem possibilitado a resolução destas questões como as tem tornado mais difíceis.

O conceito de Estado

O.A. - Eu penso que tudo isto passa pelo próprio conceito de Poder e de Estado. Como é evidente, o Estado é sempre algo que *cai* sobre os cidadãos para impor uma política e nunca é algo de inócuo para os indivíduos. O problema é a natureza do Estado - ele exerce o Poder em nome de quê e para quê.

Com o avanço das desnacionalizações assiste-se a um avanço da direita e verifica-se que quem exerce o Poder são pessoas oriundas dos conselhos de administração das empresas, com uma determinada concepção das relações de trabalho, são pessoas ligadas ao poder económico, cujo objectivo é impor a sua vontade, *domesticar* os trabalhadores; é claro que também encontramos padrões que para melhor controlarem os trabalhadores lhes põem uma cantina a funcionar, lhes dão assistência médica... o que é resultado das lutas dos trabalhadores ao longo dos tempos e, também, do refinamento das formas da sua exploração.

Encontramos sempre esta contradição no exercício do Poder por parte do Estado, particularmente num Estado de direita.

O que é evidente no nosso caso, é que o Poder se vai exercendo neste sentido de retirar o mais que puder porque não está interessado em dar. A filosofia que está subjacente ao exercício do Poder num Estado de direita, num Estado que pretende a privatização de tudo, vai desde a empresa ao próprio aparelho de Estado.

Na administração local isto também se pode notar, apesar de neste âmbito as coisas se passarem de modo diferente, dado que esta forma de Poder está muito mais próxima dos cidadãos. Aqui as pessoas conhecem quem exerce o Poder, acompanham a sua vida, podem encontrá-lo na rua, convidam-no para a colectividade, ou para os bombeiros.

Mas há diferenças entre as administrações de direita e de esquerda, o que não invalida a existência de pessoas em todos os quadrantes políticos a exercerem o Poder Local com dignidade.

O que interessa reter, na minha opinião, é que a filosofia da esquerda sobre o exercício do Poder tem como principal objecto o interesse dos cidadãos. Não se trata do exercício do Poder pelo Poder, mas sim para atingir o bem-estar das populações e não para favorecer grupos económicos e qualquer outra coisa em abstracto.

Não quero dizer que um homem de esquerda não cometa erros, mas sim que mesmo quando os comete - e estou a falar de Portugal - isso se deve a maioria das vezes a falta de ponderação, à não consideração dos diversos interesses em jogo, a uma insuficiente discussão.

Mas repare-se, as Câmaras Municipais têm que ir junto das Assembleias Municipais, no mínimo, cinco vezes por ano, prestar contas da sua acção. No caso da Amadora, por exemplo, há mais de uma dúzia de reuniões da AM por ano, portanto mais do que uma por mês, e em todas elas o Presidente da Câmara é interrogado sobre actos do executivo.

Ou seja, há na realidade uma grande vigilância da opinião pública sobre os órgãos eleitos, sobre a administração.

Tudo isto, no entanto, é capaz de ser pouco. E nós cremos que é.

À mercê do Poder central

Por outro lado, as autarquias estão também à mercê do Poder central. O Governo remete para as autarquias cada vez mais atribuições sem meios, estrangulando-as assim financeiramente, sem sequer cumprir a legislação. Eu gostaria de saber qual é a legislação que permite ao Governo exigir participações das autarquias para a construção de escolas para o preparatório e o secundário, quando a única lei sobre a matéria diz que a construção de escolas para o ensino básico **pode** ir para as autarquias **desde que haja contrapartidas financeiras**, e mesmo assim as dotações têm de vir no

Outro aspecto que me parece importante realçar é o de que, infelizmente, o Estado nem sempre é uma pessoa de bem. Sendo uma entidade que deveria ser o exemplo da honestidade, da transparência e da ética no funcionamento dos seus serviços não se comporta no dia-a-dia como deveria.

Orçamento de Estado. Ora isto não acontece; o que nos dizem é: se querem uma escola, assinem e paguem 30 por cento das obras.

Isto é o exercício despótico do Poder. Dizia um presidente de uma Câmara, há tempos, que o Estado é o maior construtor clandestino do País. É verdade. O Hospital da Amadora está a ser construído - e ainda bem - mas a Câmara não tem um simples projecto de implantação; não sabemos quais são as redes viárias, nada, nada, não temos o projecto de construção do Hospital. Se tudo corresse bem, nós teríamos o projecto, aprecia-lo-íamos, aprovaríamos o projecto; seria isto o procedimento lógico de um Estado que não exercesse o Poder de uma forma despótica.

O mesmo se pode dizer quanto à atribuição de poderes sem financiamentos. Repare-se na quantidade de associações que nós próprios temos de criar pelo facto de não haver Regionalização; o que acaba por ser uma forma de nós passarmos cada vez mais tempo em reuniões, para podermos exercer direitos legítimos através de subterfúgios, e que às duas por três nos absorvem demasiado, em

prejuízo de outras tarefas, como o diálogo com as populações.

Outro exemplo que pode ser referido é o da tentativa de privatização do Metro, Carris e Transtejo, através da formação de uma sociedade anónima com capitais dos municípios; são empresas altamente descapitalizadas, tecnicamente falidas - porque as deixaram falir - que o Governo procura agora passar para os municípios. São empresas que têm os transportes urbanos e interurbanos, apesar de a lei referir claramente que apenas os transportes urbanos podem ser dos municípios, de que o Governo se procura ver livre através de um entendimento entre municípios. Gostava de saber o que vai acontecer se um disser que não paga as indemnizações compensatórias! Será que os outros têm que pagar? E se ninguém paga? Os trabalhadores ficam sem receber...

Av - Ou se as pessoas ficam sem transportes...

O.A. - Ou ficam sem transportes os moradores do município em dívida; passa a perguntar-se às pessoas: onde é que você mora? E se for de um município em dívida não passa...

Isto são ideias absurdas, mas que têm uma filosofia por detrás, que é realmente a de estrangular as autarquias.

O mesmo se passa em relação ao Tribunal de Contas e à forma como ele está a exercer a sua tutela. Nós consideramos que deve haver inspecção aos actos dos eleitos, que o Tribunal de Contas deve fiscalizar, aprovar as coisas, mas até à contratação de um funcionário?

Temos muitas dúvidas que isto facilite a vida aos municípios.

É verdade que não somos um caso à parte; em reuniões com autarcas de outros países verificamos casos idênticos. Por exemplo, na Bélgica, qualquer factura tem que ter um visto; em Inglaterra, hoje não há Poder Local, não há eleitos a tempo inteiro. A série televisiva «Sim, senhor ministro» é para mim cada vez mais compreensível, representa claramente qual é o papel dos eleitos, que democracia é aquela.

Votar não basta

A situação em Portugal, apesar de tudo, é diferente. Há uma preocupação de transparência por parte dos eleitos, de aproximação às populações, mas que precisamos de aprofundar, de melhorar.

O que não impede que o cidadão se sinta cada vez mais esmagado pela administração, cada vez menos livre com esta aparência de liberdade porque vota. O votar é extremamente importante, mas não basta. É preciso que o cidadão seja o objecto final da intervenção do Estado.

D.B. - Penso que deveríamos ligar a tese que nos serviu de ponto de partida com a que refere a construção da sociedade socialista; saliento, assim, a afirmação da tese de que «na construção da sociedade socialista **não basta afirmar em palavras o poder do povo, é indispensável que ele seja institucionalizado e assegurado de facto**», bem como a que se lhe segue: «na construção da sociedade socialista, a **democracia política e as liberdades e direitos dos cidadãos são um valor integrante do sistema que deve ser inteiramente assegurado, no quadro do Estado de direito socialista**».

Bem, não estamos na sociedade socialista, não estamos na construção da sociedade socialista, mas penso que isso não nos deve de modo nenhum afastar de alguns pressupostos essenciais. E um deles é o que transcorre de toda a prática do nosso Partido e da nossa acção concreta - a profunda ligação entre democracia e socialismo.

Noutro ponto das nossas teses, em que falamos sobre os grandes objectivos de uma plataforma de alternativa democrática, dizemos que nestes grandes objectivos se insere a democracia política, entendida como algo assente na conjugação de uma genuína democracia representativa com o aprofundamento da democracia participativa, garantindo designadamente a democraticidade das eleições, a legalidade democrática, as liberdades, a igualdade do exercício de direitos constitucionais dos trabalhadores e de todos os cidadãos.

Ora a tese que estamos a discutir afirma que a ofensiva contra as conquistas económicas e sociais da Revolução de Abril foi inevitavelmente acompanhada pela ofensiva contra a democracia política. Eu penso que há aqui um pressuposto: o de que as conquistas de Abril tinham um projecto de sociedade a que estava subjacente uma prática de democracia política com o aprofundamento permanente da participação dos cidadãos. O ataque que ao longo de 15 anos tem sido feito às conquistas de Abril implica uma alteração desta democracia, para afirmação de uma outra «democracia».

O Governo não se comporta como uma pessoa de bem

Aqui coloca-se a questão do exercício do Poder e do direito dos cidadãos. Eu julgo que dizer-se «o Estado não é uma pessoa de bem», não é muito correcto. Nas condições concretas actuais, eu penso que a formulação mais rigorosa seria a de que o Governo não se tem comportado, em diversas circunstâncias, como pessoa de bem.

Agora uma prática que ainda não conseguimos mudar ao longo de todo este tempo - até porque os estímulos não têm ido nesse sentido - é a de fazer com que o exercício do Poder não seja em grande medida um exercício discricionário, que o Poder não seja arbitrário. Aqui há um aspecto importante que toca a todos os sectores, a que eu chamaria por comodidade de expressão um «défice normativo e regulamentar». Penso que o exercício do Poder, mesmo no domínio do direito, da jurisprudência, assenta muito na interpretação, ou seja, tem muito de subjectivo, o que em grande parte contribui para retirar direitos do cidadão. E também julgo que é importante salientar que a defesa dos seus direitos pelos cidadãos faz-se na prática, faz-se exercendo-os. É o reforço real da exigência da vivência democrática que faz com que seja possível reduzir a margem de arbítrio e discricionariedade do Poder.

Não estou a falar da questão de contrapoderes, mas de mecanismos formais ou informais de equilíbrio de Poder e de participação do cidadão em todo o processo de decisão.

A questão da discricionariedade também se coloca no Poder Local. Embora o Poder Local democrático seja uma das grandes conquistas de Abril, existem questões concretas em que a inexistência de regulamentos e normas sujeitam o cidadão a decisões casuísticas.

No exercício do Poder de Estado, para a direita, existe uma contradição entre eficácia e democracia.

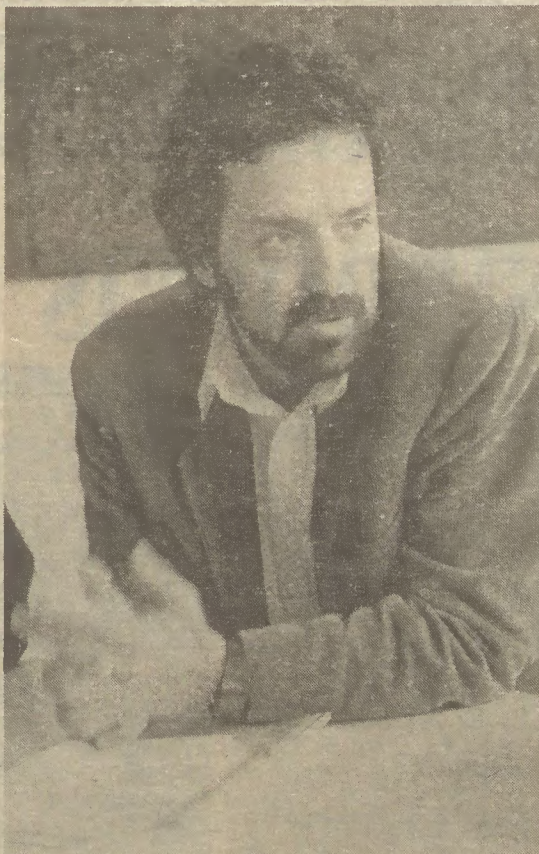
Eficácia e democracia

É óbvio que se percebe que quando se trata de eficácia na recuperação capitalista, na concentração financeira, no crescimento económico, sem ter subjacente que o crescimento tem que servir o desenvolvimento e a quem serve o desenvolvimento, exista antagonismo entre democracia e eficácia.

Agora o que nós sentimos, em termos de Poder Local, é que a democracia participativa como prática dos cidadãos é



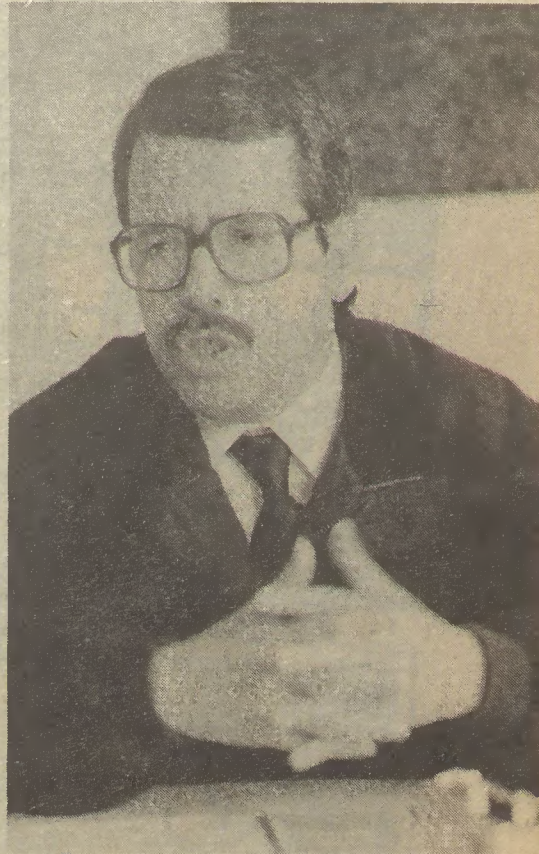
Orlando de Almeida



Luís Sá



Delgado Martins



Daniel Branco

um factor importantíssimo do desenvolvimento. E estando de acordo que em nenhum lado haverá a perfeição dos mecanismos do exercício do Poder, é contudo o Poder Local que dá bons exemplos desta democracia participativa.

Quanto à degradação da democrática do Poder Local, que tem sido intentado concretizar ao longo destes anos por governos com perspectivas de direita, podem citar-se alguns factos. Os Conselhos Municipais, por exemplo. Eram órgãos consultivos que permitiam uma participação de interesses, de agentes e de organizações na vida dos municípios. Passaram, numa primeira fase da revisão constitucional, de obrigatórios a facultativos, e agora desapareceram.

Outro exemplo: a redução do número de eleitos das Assembleias Municipais e de Freguesia. Estes dois órgãos, tinham um quantitativo de eleitos que dava ao nosso Poder Local uma representação muito grande. Invocando a questão da eficácia, foi prejudicada a democracia e reduzido o número de eleitos.

Ainda no respeitante à participação dos cidadãos, é curioso referir como a degradação chega à própria limitação que é feita à participação das organizações populares de base na vida autárquica, a nível de freguesia.

Além disto, há um conjunto enorme de tentativas de redução das competências.

Neste âmbito, há um aspecto central, que se refere às finanças locais. A autonomia dos municípios é incremento da democracia participativa - não será condição suficiente mas será condição necessária - e ela será sempre reduzida com a redução da autonomia financeira. E nesta matéria, contrariamente ao discurso do Governo, tem havido reduções.

Uma das formas que o Governo utiliza para quebrar a clarificação e transparência que deve existir no exercício das competências aos vários níveis, é o recurso ao protocolo, com a fundamentação que há que coordenar, unir esforços. É aquilo a que chamamos «pesca à linha»; é o arbítrio do exercício do Poder, já que faz protocolos com quem quer, de forma não regulamentada e não normativa.

Podemos também referir a questão da participação na CEE, não só no afastamento das decisões em relação aos cidadãos, já que se passa do Terreiro do Paço para Bruxelas, mas também o ressuscitar do processo das comparticipações (que era o processo do exercício do Poder no regime fascista relativamente ao financiamento dos investimentos municipais). Hoje, com a integração na CEE, com o processo dos Fundos Estruturais, nós caímos de novo na situação das comparticipações. E de facto aqui não há quadro, não há referencial, não há normativo que permita assegurar a distribuição justa e tão equitativa quanto possível tendo em conta as resoluções dos desequilíbrios regionais. É mais uma vez o arbítrio.

Gostava ainda de referir três exemplos que são elucidativos do conteúdo de classe desta política de direita: os eucaliptos, ou como diz a lei, a plantação de

espécies arbóreas de crescimento rápido; as grandes superfícies comerciais e os grandes empreendimentos turísticos. São três sectores em que este Governo criou regulamentos normativos que retiram competências, quase por inteiro, ao Poder Local. O Governo não hesitou em alterar as regras de funcionamento dos diferentes níveis de Poder em presença, para se arrogar a si próprio a defesa de interesses que são manifestamente interesses de classe.

As regras do jogo

Av. - Parece que estamos de acordo em que há de facto uma redução da democracia política. A questão que se coloca agora é a de saber como é que, perante um panorama como o exposto e que não é propriamente muito famoso, podemos intervir para alcançar o objectivo expresso nas teses de uma democracia avançada. Tendo em conta, em particular, que embora haja mecanismos legais para a intervenção dos cidadãos em defesa da democracia, o Governo tem vindo a criar mecanismos para a dificultar cada vez mais.

D.M. - Eu estou um pouco em desacordo de que durante estes 15 anos tenha havido um decréscimo de participação e de consciencialização por parte dos cidadãos quanto aos seus direitos. Penso que os cidadãos deixaram talvez de acreditar, como acreditaram nos primeiros tempos, no extraordinário direito que era poder votar, eleger livremente deputados e autarcas. Talvez tenha havido algum desencanto e isso poderá até transparecer na crescente abstenção. Mas penso que daí não se pode inferir que os cidadãos perderam consciência cívica e capacidade de intervenção. Durante estes 15 anos tem havido um certo requintamento na forma de intervir que se manifesta em novas formas de intervenção cívica e política que não passam apenas pelos actos eleitorais.

Dentro do quadro legal existente, vide Constituição da República, existem meios de intervenção que não estão inteiramente explorados. As liberdades que a nossa Constituição nos confere, os direitos dos cidadãos que consagra não obstante algumas revisões que sofreu - temos de reconhecer que a Constituição tem de ser alterada porque a vida se altera - permitem uma acção continuada e consequente.

Algumas alterações foram positivas e nós temos de viver e saber viver com a nova realidade, em vez de ficarmos numa atitude defensiva, ou fatalista, com a ideia de que isto está a andar para trás, que isto vai cada vez pior... Eu penso que o espírito deve ser o contrário. É evidente que há situações negativas e recuos. Mas penso que os cidadãos ainda não aprenderam a utilizar todos os meios ao seu alcance e nós, Partido, ainda não lhes «ensinamos» isso de forma a potenciar os instrumentos que existem e estão à sua disposição para que

intervenham com eficácia, de uma forma mais profunda e original.

Isto é uma nota de optimismo.

Viver com o que temos

Nós temos de viver com o que temos. Por exemplo, temos de estar preparados para uma eventual redução dos nossos deputados na AR; a correlação de forças leva-nos a admitir que podemos perder alguns dos poderes institucionais que detemos... Temos que encarar que neste momento histórico em que vivemos, nós, Partido, vamos sofrer um desgaste e uma diminuição da nossa capacidade de intervenção ao nível institucional hoje existente. Temos por isso de procurar outras formas de intervenção que não passem só por essas formas institucionais de acção política para levar a nossa mensagem e mobilizar os cidadãos de uma forma justa e correcta dentro do actual quadro político.

Av. - Concretizando...

D.M. - Nós combatemos, em certa altura, a desnacionalização da rádio; e hoje nós verificamos que as rádios locais são um instrumento importantíssimo para os cidadãos interviem. Nós transformamos actualmente as rádios locais num meio eficaz de fazer ouvir a nossa voz, quando, aqui há algum tempo, dizíamos não desejar rádios privadas...

Volto à ideia de há pouco sobre as formas de organização dos cidadãos; através dos meios que existem e da nossa capacidade para os potenciar, conseguiremos levar a nossa mensagem e ter uma intervenção política directa, contra o Poder instalado, de forma a criticá-lo, fiscalizá-lo e evitar a sua perversão. Trata-se de uma acção directa em torno de determinadas ideias, de objectivos concretos, através de organizações maleáveis, que se fazem e desfazem à medida que os problemas nascem e são resolvidos.

A nossa capacidade de captação da realidade, de análise correcta das situações impõe uma actuação flexível, ágil, sem dogmatismos.

A utopia

O.A. - A questão é muito interessante. No dia em que não houver esperança, em que não houver motivos de luta, não me interessará mais ser comunista. Ou seja, a questão da democracia avançada para o limiar do século XXI é também uma tentativa de dar resposta àquilo que acaba de ser dito, é uma nova análise da situação, uma nova perspectiva para lhe dar resposta.

Ou seja, trata-se do «que fazer?». Esta pergunta já é velha, tem sido colocada ao longo dos anos e vai continuar a sê-lo. O problema é saber dar-lhe resposta - e o marxismo-leninismo poderá ser uma fórmula, um método, um instrumento de análise social para fazer o diagnóstico da situação, de conhecer a situação real.

Essa é uma obrigação de quem quer ser revolucionário, de quem quer estar ao lado do povo para o ajudar e para o conduzir na resolução dos problemas até atingirmos a nossa utopia do comunismo.

Mas voltando à desmobilização dos cidadãos; trata-se também do «que fazer?». Há ou não desmobilização? Eu penso que há alguma. Há outros ganhos de consciência, e aqui estou perfeitamente de acordo com o Delgado Martins. Ou seja, acho que há desmobilização, por um lado, porque há muitas pessoas desiludidas com tudo e não sabem como canalizar o seu descontentamento e nós também não temos sabido fazê-lo, e por outro lado há novas qualidades que as pessoas ganharam, porque a vida não é estática. É evidente que os jovens têm

O que não impede que o cidadão se sinta cada vez mais esmagado pela administração, cada vez menos livre com esta aparência de liberdade por que vota. O votar é extremamente importante, mas não basta. É preciso que o cidadão seja o objecto final da intervenção do Estado.

novas perspectivas; podem não acreditar num determinado discurso, ou não o entenderem porque ganharam novos valores, mas não é verdade que não se interessem pelas coisas. Pelo que penso que deveremos procurar formas novas de intervir, apostar no diálogo aberto, conjugar esforços na procura de soluções.

A marca da revolução

L.S. - Eu creio que o Estado e a democracia continuam profundamente marcados pela existência em Portugal de uma revolução. A propósito da democracia portuguesa, eu não diria que é uma de-

XIII
CONGRESSO
EXTRAORDINÁRIO
PCP



Campanha de Assinaturas

6 meses (26 semanas) — 2000\$00
12 meses (52 semanas) — 3800\$00



Prémios

- Assinatura semestral — 1 livro
- Assinatura anual — 2 livros

BOLETIM DE ASSINATURA

Nome _____
Morada _____
Localidade _____ Código Postal _____

Assinatura 6 meses ☐ 12 meses ☐ (assinalar com um X) Envio a quantia de Esc. 2000\$00 • Esc. 3800\$00
(riscar o que não interessa) em cheque n.º _____ s/o Banco _____

Livros (assinalar com uma cruz
o número ou números
acima indicados)

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----

Angariador (1)

Nome _____
Morada _____
Localidade _____ Código Postal _____

Prémio especial
para
os angariadores

10 novos assinantes
semestrais
ou 5 novos
assinantes anuais

(1) Para envio do livro *Civilizações Antigas do Oriente e Ocidente* os 5 boletins de assinaturas anuais ou os 10 boletins de assinaturas semestrais e os respectivos pagamentos deverão ser enviados em conjunto com estas fichas preenchidas em nome do mesmo angariador



XIII CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO PCP



mocracia formal, porque penso que continuam a existir em numerosos domínios marcas profundas das lutas populares e democráticas, das conquistas democráticas que continuaram, em alguns aspectos, para além de 1974 e 1975 e pelas quais continuamos a lutar, mesmo agora.

Creio que houve recuos e que houve conquistas. Por exemplo, a institucionalização do Poder Local, os avanços em relação à acção popular... e até é natural que haja avanços em relação à abertura da administração pública.

Penso que é importante afirmar que a situação em que vivemos é produto da História, de uma correlação de forças e que nós continuamos a marcar, mesmo neste momento, profundamente essa correlação de forças.

Por outro lado, creio que nós devemos articular toda a nossa acção política de combate à direita e ao que a direita vai conseguindo com uma aptidão para lutarmos nos novos quadros que vão ser criados. Isto é, não creio que se tenha de pôr em alternativa, por exemplo, a denúncia da última revisão constitucional com o registo de que houve algumas questões, particularmente em matéria de direitos fundamentais e normas sobre administração pública, em que se verificaram passos positivos. É justo e necessário prosseguir a denúncia da revisão constitucional. Em relação às regras de funcionamento das instituições, em relação aos direitos, liberdades e garan-

Constituição ter deixado de garantir as alterações progressistas das estruturas produtivas.

Sem abandonar a luta

A afirmação do Delgado Martins de que «temos que viver com o que temos» julgo que não implica uma resignação em relação àquilo que perdemos. Concorro com a necessidade de estarmos muito atentos a todos os problemas novos, a todas as lutas novas, mas sem abandonar lutas que são fundamentais e que de algum modo são até determinantes de toda uma série de outras situações. Por exemplo: os aspectos gravíssimos que assumem neste momento as questões ecológicas como a questão da proliferação indiscriminada de eucaliptos - creio que o facto de haver um controlo por parte do Estado ou de colectivos de trabalhadores dos principais meios de produção, permitiria enfrentar melhor este tipo de questões. Neste momento assistimos a uma situação caricata, com o Primeiro-Ministro a aproveitar o tempo de antena para fazer uma comunicação ao País sobre questões ecológicas, a anunciar um plano nacional do ambiente, a fazer um encontro relâmpago com associações ecologistas, mas entretanto os grandes problemas ecológicos do País não só se mantêm como se agravam.

Av. - Essa actividade ecologista do Governo tem a ver com o desejo de trazer para Portugal a Agência Europeia de Ambiente...

L.S. - Este caso da ecologia é um reflexo claro do discurso da direita e do Governo de demagogia com temas que são preocupações da esquerda, e que só podem ter uma solução política na base de políticas de esquerda. O que não quer dizer que não tenha havido atentados ecológicos em países socialistas e erros nessa matéria.

Nesta área, parece-me extremamente interessante o que se passou recentemente em dois municípios do Baixo Alentejo: duas autarquias CDU, que são órgãos do Estado, conduziram uma luta à frente das populações contra a possibili-

dade de grandes plantações de eucalipto. O que de algum modo mostra que a luta atravessa o próprio Estado, e que muito frequentemente o discurso e a prática governativa são obrigados a reflectir lutas e preocupações, designadamente do Partido, do movimento popular, e a fazer cedências concretas. Nesta matéria, poderíamos com facilidade fazer uma lista de recuos do Governo em questões em que tentou avançar e não conseguiu.

Nós temos uma preocupação central, designadamente na perspectiva de 1991, que é lutar por uma alternativa democrática que se transforme numa verdadeira política alternativa e não na repe-

tição de políticas anteriores no quadro de uma bipolarização política. Mas toda esta luta, mesmo para além de 1991, tem que continuar a desenvolver-se no quadro da multiplicação das lutas na AR, com autarquias, com as estruturas populares «tradicionais», com novas estruturas que vão sendo criadas - umas com a nossa participação e outras sem ela, mas que podem ter um papel progressista.

Já agora creio que valia a pena abordar a questão da dimensão do Estado. Penso que nesta matéria há grandes mistificações, exactamente por o Estado funcionar tão mal e ser tantas vezes a tal entidade ameaçadora, a tal entidade que muitas vezes não é pessoa de bem. ■

XIII CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO PCP

Se a entropia é negativa, o sistema regride; se a entropia é positiva, o sistema progride. Do ponto de vista da nossa posição, para lutar no quadro em que estamos, eu julgo que é necessário comunicar a este sistema o máximo de entropia positiva. E se a revisão constitucional assume aspectos negativos, nós não temos que nos adaptar a eles.

tias, entre outras, eu penso que a Constituição portuguesa continua a ser altamente progressista e nesse sentido, apesar das duas revisões, profundamente marcada pelos objectivos e pelas lutas populares e do PCP. Não creio é que registar este facto tenha que levar a abandonar a luta e a denúncia do facto de a



O MARXISMO-LENINISMO HOJE

Mesa
redondaUm sistema aberto
a transformar o mundo

Manuel Gusmão, professor da Faculdade de Letras de Lisboa e membro do Comité Central do PCP, **José Barata Moura**, professor catedrático da Faculdade de Letras de Lisboa, **Gisela da Conceição**, professora do Ensino Secundário e membro da Organização de Artes e Letras do PCP e **João Arsénio Nunes**, assistente convidado do ISCTE, foram os nossos convidados para uma mesa-redonda subordinada ao tema **O marxismo-leninismo hoje**. Da, para alguns, pretendida «morte do marxismo-leninismo» ao falado estiolamento teórico nos países socialistas (e não só) nas últimas décadas, de tudo falaram os nossos convidados, numa conversa que fluíu com a facilidade esperada. E foi só questão de se pegar por uma ponta...

Avante!: Começemos por uma questão «cósmica» e que anda nas bocas do mundo desde que se desencadearam os recentes acontecimentos nos países socialistas: afinal o marxismo-leninismo está morto?

José Barata Moura: Há quem repita que está morto, em muitos sítios e cabeças talvez tenha congelado, mas o problema é que para muita gente que por aí fala dele nem sequer chegou a nascer; uma das questões destes debates sobre marxismo-leninismo é precisamente investigar o que ele é, não como definição de manual, mas como pensar vivo que também nunca deixou de ser.

Manuel Gusmão: O primeiro problema é o próprio sentido da questão: como é que uma coisa como o marxismo-leninismo pode estar morta? Estamos hoje confrontados com um tipo de discurso, nomeadamente na comunicação social, que dá essa «informação» e não apresenta isso como uma questão ou sequer como o resultado de uma análise; os leitores, «os simpáticos leitores são informados que o m-l morreu» e isto é desde logo contestável. Geralmente essa formulação vem ou deduz-se do que parece ser o significado dos acontecimentos nos países socialistas no Leste Europeu, mas a própria formulação chama a atenção para uma característica particular do modo de existência do m-l, que é esta: é que se para muita gente poderá haver o consenso de que o m-l é uma forma de pensamento, não se pode dizer a propósito de uma série de acontecimentos políticos num conjunto de países, que uma forma de pensamento morreu ou, ao dizer-se isso, estar-se-á imediatamente a

pressupor que o m-l não é apenas uma forma de pensamento. E de facto não é, ou seja: o marxismo-leninismo, sendo uma forma de pensamento (e eu diria um sistema de teorias de natureza filosófica e científica) não é de facto apenas isso e talvez na história das sociedades humanas seja não o caso único, mas um caso particularmente interessante de uma forma de pensamento, que é, ao mesmo tempo, socialmente protagonizada e radicada em movimentos e organizações sociais e políticas, em partidos políticos.

Portanto, o m-l é, por um lado, um sistema de teorias de natureza filosófica e científica e, ao mesmo tempo (e nomeadamente enquanto socialmente protagonizada) uma ideologia e é, nesse sentido, aquilo que chamamos nos documentos do Partido - e que é desenvolvido, em parte, nas Teses para este Congresso - um guia para a acção que gera programas políticos. Este sistema e esta unidade entre um sistema de teorias, uma ideologia e programas, é uma unidade complicada, porque é uma unidade de coisas diferentes, que podem inclusivamente ter ritmos de desenvolvimento ou evolução diferentes.

Se se pode tratar de uma sistema, eu só o posso conceber como um sistema aberto (e isto é uma formulação utilizada nas Teses) ou seja um sistema que, quer do ponto de vista lógico-formal, quer do ponto de vista histórico, é um sistema em processo, em evolução, e no qual se pode alterar o conteúdo de categorias, as relações entre as teorias que compõem o sistema. Esta noção de um sistema aberto vêmo-la surgir hoje em diferentes tipos de disciplinas científicas. É a noção de um sistema que está em evolução. O «aberto» significa que ele é também «histórico»

e que no interior desse sistema, há coisas que caem, que caducam, e há coisas que se constroem. Portanto, a questão fundamental é que ele está em movimento.

A outra ideia que eu penso que é importante nas discussões hoje sobre isto é que não se trata de um sistema aberto apenas porque nós achamos que deve ser assim, ou porque na situação nacional e internacional complicada em que nós estamos, esta seria, digamos, uma «safa», mas porque de alguma forma, tem sido, de facto, assim; é uma mistificação ignorar que tem havido conteúdos de categorias que se mudaram, que tem havido componentes da ideologia que se alteraram historicamente, e que têm sido elaborados com base em princípios marxistas-leninistas programas políticos historicamente diferenciados, mesmo se a dogmatização e a estagnação foram ou são também reais. Tem sido assim, pode e deve continuar a ser assim.

Reivindicar o marxismo-leninismo

João Arsénio Nunes: Durante algumas décadas, quando se falou em m-l, tinha-se muitas vezes em vista um sistema por assim dizer completo de pensamento. Eu lembro-me de nos anos 50, e mesmo nos anos 60, se publicarem muitos manuais do m-l que tinham, no capítulo 1º, o materialismo dialéctico ou filosofia m-l; no cap. 2º, o materialismo histórico ou teoria geral da sociedade do m-l; no cap. 3º, a economia política e no cap. 4º a teoria política do partido, a luta de classes; no cap. 5º, a teoria da construção do socialismo e do comunismo. Nos fundamentos disto estava a pretensão da existência de uma filosofia m-l, ela também completa e que correspondia e respondia ao quadro acabado das filosofias estabelecidas nos seus diversos capítulos. Esta pretensão foi muito desenvolvida no período estalinista, e o Staline, pessoalmente, teve uma contribuição importante porque depois de ter escrito coisas interessantes e úteis acerca propriamente das questões do leninismo nos anos 20, começou com estas dissertações filosóficas já na fase da plena consolidação do poder, designadamente no célebre manual da história do Partido

Bolchevique da URSS com um capítulo sobre o materialismo dialéctico e histórico, que depois ficou sendo a cartilha do movimento comunista internacional em matéria de filosofia e teoria do materialismo histórico.

Esta pretensão foi enunciada como um sistema fechado, harmónico e completo em todas as suas partes e concebido como uma ciência alternativa à ciência burguesa. Aliás, a teoria das duas ciências foi depois explicitamente teorizada e aplicada (por exemplo, nos anos 50 havia uma biologia burguesa e uma biologia proletária, chegando-se a extremos de fantasia e irrealismo). É claro que havia uma homologia entre esta pretensão, este tipo de construção, e a pretensão de conceber o próprio processo de construção do socialismo como um processo perfeitamente previsível e delineável, e sobretudo um processo em campo fechado. Ou seja: nos territórios da URSS e do campo socialista determinavam-se as leis e os prazos para a construção do socialismo, e tudo ficava assim em recinto fechado. Há uma relação estreita entre as duas coisas e, por isso, também a crise é simultânea - a crise da concepção do socialismo como campo fechado é paralela com a crise da concepção do m-l como sistema completo e fechado. Grosso modo isso data dos anos 60 e agora deu novos passos, e a meu ver ainda bem. Isto é também para nós, comunistas, uma certa chamada à realidade de que houve de facto um afastamento um bocado prolongado.

O pensamento marxista-leninista tem uma dimensão claramente auto-reflexiva; no próprio movimento de estudo da realidade que se move tem de pensar-se a si próprio, procurando não só integrar o que os novos conhecimentos forjados pela humanidade implicam para a sua própria teoria, mas interrogar-se sobre o que tem de mudar não só no conteúdo das noções, como do ponto de vista dos instrumentos de análise da realidade. Nós temos insistido em que o m-l se desenvolve na apropriação do que têm sido as revoluções socialistas, os movimentos dos trabalhadores e da classe operária nos países capitalistas, os movimentos de libertação nacional, as próprias transformações progressistas em geral, no mundo.

Entretanto, o que foi sendo praticado no quadro desta espécie de metafísica com o nome de m-l não é uma ideologia como outra qualquer, no sentido de que se situa na continuidade de uma tradição de pensamento racionalista e na continuidade duma produção científica efectiva, nomeadamente, dos trabalhos históricos e de crítica de economia política do Marx, assim como dos trabalhos da teoria política de toda a história do movimento socialista e nomeadamente do Lenine. Nesse sentido, mesmo nas suas piores fases, há elementos e componentes científicos e racionais na história do m-l. A caricatura que se faz dos manuais enciclopédicos às vezes é abusiva e houve manuais - cito como exemplo o de Kuusinen - em que eu aprendi muitas coisas.

Penso que hoje o Partido deve conti-



nuar a reivindicar-se do m-l e eu, pessoalmente, considero-me marxista-leninista neste duplo sentido: nós não abandonamos a tradição, nem prática nem teórica, do movimento comunista; a elaboração do pensamento do movimento comunista foi vivida e praticada em referência a essa forma. Disto resulta muito em concreto que não há nada a abandonar hoje dos fundamentos, metodologias e da maioria dos resultados essenciais da investigação de Marx e dos marxistas. Há, sim, que a aprofundar e que a recuperar em muitos aspectos em que foi esquecida; e passa-se exactamente o mesmo - e aí ponho particular ênfase - em relação à produção do Lenine, que, apesar dos seus limites históricos, continuou a considerar que foi o fundador da ciência política do marxismo, ou do marxismo como ciência política.

A morte anunciada

Gisela da Conceição: Há uma questão prévia que deve ser colocada porque o marxismo-leninismo circula num certo discurso da comunicação social, por exemplo, como se se tratasse de um conceito transparente: afinal de que é que se fala quando se fala de marxismo-leninismo? Temos aqui duas palavras unidas por um traço de união que obviamente as aproxima mas que também elide a diferença e a heterogeneidade, quer teórica quer prática, que efectivamente há. O traço de união dilui tendencialmente a autonomia irrecusável de dois pensamento distintos, mas acaba por dar conta de algo que justifica, do meu ponto de vista, a sua utilização: o marxismo-leninismo designa, sem dúvida, a teoria e a prática de Marx e de Lenine, mas assinala, também, a unidade dialéctica da teoria e da prática revolucionárias protagonizada por Lenine. Neste sentido, a expressão «marxismo-leninismo» não traduz uma adição abstracta, antes revela a vitalidade concreta de uma conjunção histórica privilegiada que se constituiu como matriz de um projecto aberto a reavaliações e desenvolvimentos criativos. Quando se fala em marxismo-leninismo fala-se disto; ou, pelo menos, é disto que eu falo.

Ora o m-l tem uma morte anunciada desde o seu nascimento. Por razões óbvias. É um pouco estranho, até, que haja um tamanho encarniçamento contra um defunto de tão longa data. Têm-lhe sido passadas várias certidões de óbito. A certidão de óbito que lhe é agora passada parece resultar da leitura imediatista dos acontecimentos nos países de Leste. E não deixa de ser curioso que, para invalidar o marxismo-leninismo, se recorra precisamente, em alguns casos, a um princípio fundamental do próprio marxismo-leninismo. Invalida-se o m-l à luz da prática; sendo a prática o critério de verdade (princípio fundamental do m-l) a «prática» mostra que o m-l está morto porque não pode, nos seus pressupostos, fundamentar (como, ao que parece, «está à vista») a construção da sociedade socialista. É uma preciosidade teórica invocar um princípio do próprio marxismo para o invalidar. E não se trata de um princípio qualquer: o princípio da prática como critério de validação da teoria é um princípio que envolve pressupostos teóricos determinantes do materialismo dialéctico. Portanto, quando se invoca a prática, dir-se-ia que se está a «salvar» algo do m-l para o invalidar; mas acontece que esse «algo» não é um algo qualquer: a consideração da prática como via de acesso ao real e critério de verdade implica o reconhecimento de segmentos decisivos, nucleares, da teoria marxista. Acresce ainda que a «prática» nomeada neste tipo de procedimento argumentativo não é a prática marxista que não acolhe concep-

ções imediatistas nem reduzidos entendimentos da experiência.

Av.: Portanto o marxismo-leninismo mantém toda a actualidade como força transformadora das sociedades...

G.C.: ... O que é que eu penso em relação à vigência e ao valor do m-l? Faz todo o sentido que o Partido mantenha o m-l como fundamento teórico e instrumento de análise científica do real e guia para a prática revolucionária como já foi dito, o m-l é um sistema aberto que não só acolhe como exige desenvolvimentos criativos e reavaliação histórica; é evidente que houve períodos de estagnação e de inércia, o que, na teoria e na prática, acaba por corresponder a uma regressão, mas isso não invalida a necessária natureza do marxismo como processo em construção. O marxismo inscreveu no património histórico, científico e cultural da humanidade aquisições incontornáveis. Neste sentido, toda a posição anti-marxista corresponde, objectivamente, a uma posição pré-marxista e equivale a uma regressão teórica e prática. No fundo, é fácil dizer não importa quê - e parece-me que é um pouco o que, por aí, se tem andado a fazer - quando se sai fora do campo da análise científica e se passa para o campo da imprecisão retórica. O marxismo tem a historicidade como sua dimensão constitutiva. Será a história a dizer, eventualmente, do seu termo. Não penso que já o tenha feito: basta analisar as condições objectivas do nosso viver.

A importância do hífen

Av.: O marxismo-leninismo não é a soma abstracta de duas obras. E Marx e Lenine, são a mesma coisa?

J.A.N.: Marx e Lenine são a mesma coisa? Trata-se de duas figuras diferentes, com produções distintas, e até com uma distância cronológica apreciável. Acho bem que se distingam as coisas. A repetição desta fórmula - umas defendendo e outras atacando o marxismo-leninismo - leva a que fiquemos agarrados a este objecto, com risco de se tornar um fetiche, com prejuízo da aprendizagem do que um e outro escreveram. Aproveito até para criticar uma passagem das Teses onde se fala da obra de Marx, tracinho, Engels. Embora eles tenham escrito vários livros em conjunto, vou propor que isso seja corrigido porque se trata de dois autores, de duas fortes personalidades.

Entretanto ninguém pode pretender que, quando se ataca o hífen, quando se põe em causa o m-l, o que se pretende é salientar a obra de cada um e contribuir para o aprofundamento de cada uma delas. Não, o que se pretende é afastar em primeiro lugar o leninismo, a obra de Lenine, para depois termos um marxismo da época do capitalismo concorrencial, ou seja, dispormos de um marxismo do séc. XIX e não dispormos de um marxismo do séc. XX. Ou seja, há um objectivo político claro. E mal escondido no ataque à expressão marxismo-leninismo, e o que se visa de facto com isso é o leninismo.

Marx e Engels lançaram as bases de uma análise científica da sociedade capitalista e das potencialidades da sua superação - foi isso, no fundo, o sentido da teoria do materialismo histórico e da teoria crítica da economia capitalista. Mas pouco elaboraram quer do ponto de vista dos fenómenos mais modernos do capitalismo (nomeadamente os que se relacionam com o imperialismo), quer no que diz respeito à teorização da acção do movimento operário no quadro de relações sociais complexas e, sobretudo, de relações internacionais constitutivamente complexas como as da época do imperialismo, e essa análise foi o Lenine que a fez. É nesse sentido que, a meu ver, ele é



um marxista profundamente moderno, porque diversos problemas que se acen- tuaram na história do séc. XX foram percebidos muito precocemente na sua elaboração teórica, designadamente a problemática da combinação dos modos de produção numa sociedade e da inter- relação entre factores internacionais e nacionais na génese duma crise social e da potencialidade de uma revolução.

Daqui resultou também a possibilidade da elaboração de uma teoria da política revolucionária que não é mera emanção do grupo social operariado, mas que é uma produção científica que precisa de ser realizada por intelectuais socialistas e que, longe de emanar directamente de uma classe, é uma teoria que se dirige à análise das relações de todas as classes entre si e como elas se articulam através do poder político, isto é, à questão do Estado.

Há um relevo da questão do Estado e das formas de organização do movimento operário para a revolução através da mudança do Estado, que não tinha paralelo nas análises anteriores de Marx e Engels.

Marx e Engels não são únicos

M.G.: Queria voltar a algumas coisas aqui já apontadas. É muito claro, como disse o J.A.N.: o ataque à expressão **marxismo-leninismo** é, primeiramente, um ataque ao leninismo; mas é um ataque que comporta sempre, teórica e historicamente, um abandono posterior do próprio Marx. O que mostra de uma forma indirecta a unidade da expressão.

Lenine não só produz num outro espaço histórico e elabora em zonas onde Marx e Engels não elaboraram e provavelmente não podiam ter elaborado. Do ponto de vista teórico é entretanto profundamente mistificatório não ver a ligação no marxismo-leninismo, mesmo em formulações que são consideradas contributos originais de Lenine, ver aí uma separação em relação a fórmulas de Marx pode ser, nos textos, demonstrado que é falso. Inclusivamente a questão da fórmula da «ditadura do proletariado», que se encontra em textos de Marx e em textos de Engels e precisamente em documentos de crítica aos programas de Ghota e de Erfhurt.

É evidente também (e prevenindo outro tipo de acusações) que quando falamos de m-l estamos a referir este tipo de unidade que a Gisela e o João Arsénio já referiram; há aqui um nexo que não se pode perder à cerca do universo que a expressão m-l corporiza, ou seja, sistema de teorias, ideologias e programas de acção política de transformação da sociedade. Por outro lado, ela tem um lado convencional; é evidente que a expressão não indica que Marx e Lenine são (inclusivamente com a elisão de Engels) os únicos autores marxistas-leninistas e que depois da própria morte de Lenine e no próprio tempo de Lenine não há outros pensadores que para nós, que nos reivindicamos do marxismo-leninismo como base teórica da acção do nosso Partido, são autores fundamentais; inclusivamente, e naturalmente, no nosso próprio país há produção teórica e prática que é património do m-l - e não tem lá o nome. É claro que há formulações e análises, produzidas no tempo de

Lenine e posteriormente, e que são hoje património com que temos de lidar, de um ponto de vista crítico, como a própria obra de Marx, Engels e Lenine o fez sempre, do ponto de vista crítico e antidogmático, que é uma coisa em que as Teses insistem, como já o Programa do Partido.

Nesta medida, é evidente que o marxismo-leninismo não se reduz às obras escritas destes autores que são citados na fórmula...

J.A.N.: A questão da unidade do marxismo-leninismo é importante, no sentido de dizer que a política dos comunistas se baseia numa análise histórica científica. O marxismo está aí para significar o materialismo histórico, e o leninismo uma teoria da política baseada no materialismo histórico. Ocorre-me que o Gramsci, a propósito desta expressão, dizia que isso não é nada de extraordinário; que esta preocupação da unidade da teoria e da prática também existiu na Igreja, e que por isso também se podia perfeitamente

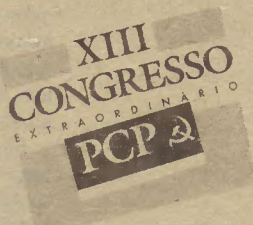
Afinal de que é que se fala quando se fala de marxismo-leninismo? Temos aqui duas palavras unidas por um traço de união que obviamente as aproxima mas que também elide a diferença e a heterogeneidade, quer teórica quer prática, que efectivamente há. O traço de união dilui tendencialmente a autonomia irrecusável de dois pensamentos distintos, mas acaba por dar conta de algo que justifica, do meu ponto de vista, a sua utilização: o marxismo-leninismo designa, sem dúvida, a teoria e a prática de Marx e de Lenine, mas assinala, também, a unidade dialéctica da teoria e da prática revolucionárias protagonizada por Lenine. Neste sentido, a expressão "marxismo-leninismo" não traduz uma adição abstracta, antes revela a vitalidade concreta de uma conjunção histórica privilegiada que se constituiu como matriz de um projecto aberto a reavaliações e desenvolvimentos criativos.

chamar ao cristianismo «cristianismo-paulismo» porque o lado militante e organizador o S. Paulo que o desenvolveu; simplesmente, no caso, isso era prejudicado pela natureza divina de Cristo.

O capitalismo na sua essência não mudou

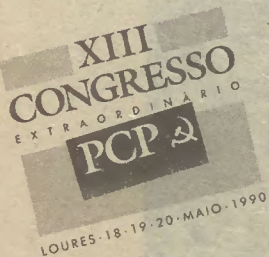
Av.: Haverá, então, um marxismo a Ocidente e outro a Leste...

J.B.M.: - E porque não um a Norte e outro a Sul? E já agora a oes-noroeste ou



Mesa
redonda

Um sistema aberto a transformar o mundo



a sul-sudeste? Não sei se essa objectivação de endereço geográfico, que é corrente em muita literatura marxológica não só estritamente contemporânea, será a mais correcta para reflectir e transformar a realidade, é certo que nós poderíamos individualizar um corpo teórico, às vezes contraditório, dando-lhe por nome «marxismo ocidental», mas isso sempre funcionou como elemento de luta ideológica e política contra o socialismo e o materialismo, essenciais ao marxismo.

M.G.: - Uma das características do m-l é o pensar a sua própria historicidade; desde a sua própria formação em que pensou por que é que surgiu naquele momento e não antes, e sempre pensou a sua operacionalidade quer teórica quer prática em termos da relação entre si enquanto pensamento e as sociedades históricas reais. Nesse sentido pode dizer-se que não é escandaloso para um marxista admitir que o m-l cessará a sua operacionalidade teórica e prática, ou seja, cessará um determinado tipo do seu modo de existir e de funcionar, da sua eficácia na interpretação da transformação da realidade. Isso para nós não é motivo de escândalo; a questão está em saber se já cessou, ou seja, se o mundo e as sociedades contemporâneas tornaram o m-l exclusivamente uma forma de pensamento que se pode integrar na história da filosofia e na história da cultura e se lhe retiraram a sua eficácia histórica. É também, deste ponto de vista que se pode dizer que não morreu. E porquê? Porque consideramos que o capitalismo e a sua forma imperialista, mesmo com transformações inegáveis, não desapareceu, nem mudou no essencial a sua natureza exploradora e opressora. Nesse sentido, pretender, por exemplo, ver no livro sobre o imperialismo de Lênine uma descrição da situação do imperialismo hoje, é uma operação ideológica com uma enorme margem ou de ignorância ou de manipulação. O problema que se põe é o de saber se nas transformações do mundo de hoje as características com que ele constroi a noção se alteraram tão profundamente que tornaram inútil ou vazia a noção - que é um problema diferente de saber se o seu conteúdo descritivo não se alterou. É natural que se tenha alterado. E nada, naquela definição de sistema aberto, nos pode isentar a nós, comunistas e m-l de hoje de analisar o mundo nosso contemporâneo e de pensar que a análise já está feita, **quando a análise não está já feita** e tem sempre de ser continuada, porque se um dos nossos princípios é que o mundo se move, não podemos chegar a uma data xis e dizer «pronto, ficou tudo definido e descrito». É evidente que temos de continuar o movimento da realidade.

Sistema aberto

Av.: Temos portanto a questão do marxismo-leninismo como sistema aberto...

M.G.: - Sim, ainda a noção de sistema aberto. Um problema que se põe é o de saber se as alterações são de tal forma que invalidam ou anulam, ou transformam radicalmente o sistema e inclusivamente o levam a definir, a desaparecer. Isto é o problema de saber quais são as leis ou as estruturas fundamentais do sistema.

Se as alterações forem tantas nas categorias, nas teorias e nas relações entre as teorias que afectem as relações essenciais que definem o sistema, então o sistema dá lugar a outro. É um pouco a nossa própria noção de modo de produção; nas sociedades históricas concre-

tas os modos de produção podem coexistir formas que têm a ver com modos de produção diferentes, mas o modo de produção dominante gera-se quando os traços essenciais do modo de produção anterior são atingidos. Ora nos nossos documentos uma das coisas que se tem dito (e que eu penso que o José Barata Moura tem pensado, proposto e insistido) é que uma unidade fundamental deste sistema de teorias é a unidade do materialismo e da dialética.

J.B.M.: - Quando se fala do que é ou não válido, do que está vivo ou pode fazer-se frutificar, talvez valha a pena voltarmos um pouco à origem para percebermos onde está de facto a novidade dessa maneira de ver que Marx e Engels começam a desenvolver e a trabalhar a partir dos anos 40 do século passado. Na raiz está não apenas uma vontade ou um desejo de transformar a realidade, mas também uma compreensão de que para a transformar é preciso conhecê-la, no que ela é e nas possibilidades que projecta, assim como organizar as forças sociais que estão em condições de, pela prática, realizar essa transformação.

Ou seja, não são apenas as teorias, também a realidade é um sistema aberto. «Sistema», porque se encontra estruturada segundo concepções que importa investigar; «aberto», porque a história continua. Uma totalidade dialética é sempre um sistema aberto e em transformação, não um circuito fechado que se repete.

O marxismo pode ter a preocupação de ser «unitário» (*einheitlich*), isto é, de investigar a articulação entre os diferentes sectores da realidade, entre as diferentes forças que interagem umas sobre as outras. Mas de modo algum pretende ser um repositório apriorístico de «verdades» acabadas que apenas há que repetir ou «aplicar».

Quando nós falamos de **cientificidade** também não é pra dizermos que temos no bolso, na manga ou no manual a teoria acabada e pronta; a cientificidade não é um certificado de garantia, é um programa de investigação, de procura da tal sistematicidade ou da tal articulação e do respectivo fundamento material em processos histórico-sociais objectivos que estão em curso. Para nós a expressão «sistema aberto» é um pouco redundante; mas pode ser importante empregá-la porque a generalidade das pessoas, quando se fala em sistema, pensa imediatamente em totalidade conclusa, terminada, perfeita, onde cabe tudo, e mais: onde já está tudo - quando para nós **sistema** é mais essa procura de uma articulação, de uma racionalidade entre diversos aspectos, sabendo nós que esses mesmos aspectos estão em desenvolvimento.

Pensar-se a si próprio

J.A.N.: Não deixa de ser um dos paradoxos mais impressionantes das correntes predominantes do pensamento contemporâneo haver, por um lado, a insistência justa na mundialização de todos os fenómenos, de todas as evoluções económicas, ideológicas, de comunicação, etc, e ao mesmo tempo a renúncia em pegar as coisas do ponto de vista do seu conhecimento nas suas conexões mundiais. E esta exigência, que nós marxistas continuamos a colocar, de um «ponto de vista da totalidade», é imediatamente identificada com um desígnio totalitário.

M.G.: O pensamento marxista-leninista tem uma dimensão claramente auto-reflexiva; no próprio movimento de estudo da realidade que se move tem de pensar-se a si próprio, procurando não só integrar o que os novos conhecimentos forjados pela humanidade implicam para a sua própria teoria, mas interrogar-se

sobre o que tem de mudar não só no conteúdo das noções, como do ponto de vista dos instrumentos de análise da realidade. Nós temos insistido em que o m-l se desenvolve na apropriação do que têm sido as revoluções socialistas, os movimentos dos trabalhadores e da classe operária nos países capitalistas, os movimentos de libertação nacional, as próprias transformações progressistas em geral, no mundo. E ainda há outra coisa, que é a relação do próprio pensamento m-l com outras formas de pensamento e outras teorias de natureza filosófica, com o próprio desenvolvimento das ciências disciplinarmente consideradas; essa relação é nítida em Marx, Engels, Lenine, noutros pensadores marxistas-leninistas, e uma das coisas que caracterizou os períodos de estagnação seja a Leste seja a Oeste, é a paralisação destas várias frentes do desenvolvimento da própria teoria, quer do questionamento da experiência histórica mundial, quer do movimento da auto-reflexividade da teoria em contacto com a avaliação dessa experiência - que

Entretanto, houve factores reais de estiolamento e, para citar uma questão central, basta referir uma atitude de intervencionismo administrativo que, com vaga referência a uma expressão de Marx, se legitimava como expressão dum "ponto de vista de Partido" nas ciências sociais. Daqui resultavam não só coisas caricatas, como por exemplo que em vez de "revolução de Outubro" se tinha de escrever "Grande Revolução Socialista de Outubro", mas também outras mais graves e substanciais, nomeadamente, que em muitos casos a posição assumida e a análise feita por um partido comunista, ou pela Internacional Comunista, numa dada situação funcionavam como critério de verdade histórica.

se transforma, por vezes na recitação retórica do que já foi dito, - quer de um curto-circuito na interacção crítica com outras formas de pensamento.

Estiolamento teórico

Av.: Outra questão actualmente muito discutida é a do chamado estiolamento teórico nos países socialistas...

J.B.M.: Eu penso que o estiolamento teórico às vezes é uma coisa que acontece quando se parte do princípio que uma pessoa só pode abrir a boca para dizer coisas certas, e não tem o direito de dizer disparates. Claro que também há quem imagine que o reconhecimento do direito ao disparate o dispensa do incómodo de procurar dizer coisas acertadas...

Muitas vezes a impressão de estiolamento teórico provem de a maior parte da produção teórica que foi traduzida, ou que chegou ao Ocidente, ser apenas aquela formulação que já teria um rigor garantido, uma validade confirmada. Poderá ser abusivo, até em termos de justiça objectiva, pensarmos que os manuais de m-l foram a única expressão, nos países socialistas, do pensamento m-l. Mas creio que o problema do manual é interessante, porque há aqui

uma questão que nós ainda não conseguimos resolver nem com os manuais nem sem eles: como é que efectivamente se consegue operar a popularização dos saberes, num sentido não apenas simplista e caricatural. É uma questão hoje comum a todos os domínios científicos, relativamente à qual uns estarão mais adiantados do que outros. O problema surge porque temos, de um lado, um aumento generalizado médio dos níveis de cultura, uma apetência pelo saber, uma maior disponibilidade de lazer, um interesse mundial alargado pela informação e acesso a ela; e, do outro lado, em virtude da complexificação da vida contemporânea, saberes específicos cada vez mais técnicos. Como é que vamos socializar estes saberes, de modo a que não fiquem pertença apenas de meia dúzia de sábios, ou de meia dúzia de milhares de especialistas?

O manual tem sido, tradicionalmente, uma forma de procurar a divulgação. Mas muitas vezes fica-se pelo traço grosso, pela simplificação, pela fórmula sacramental.

Uma das razões do estiolamento teórico do m-l foi precisamente o ter-se passado a abreviá-lo com a simples recitação desta ou daquela formulação dogmática. Isto não significa que não haja manuais bem feitos. Tem é de se cuidar também do uso que se dá ao manual. Todos estamos à espera é que alguém pense por nós, e às vezes ficamos convencidos de que se lermos um livro não precisamos de pensar, porque basta repetir o que lá está. Isto acontece com a economia, com a filosofia, com a estética, com tudo! Ora, o manual, como qualquer produto cultural, tem que entrar numa dialética de recepção e de criatividade por parte de quem lê, se calhar, tem que continuar a ler e a olhar para outras coisas, a conversar com outras pessoas, a experimentar, a fazer e a pensar também.

Muitas vezes o que aconteceu em relação ao m-l é que se julgou que por haver algumas formulações mais ou menos articuladas e esquematicamente bem definidas, isso substituiu a necessidade quer de quem lê, quer de quem escreve, quer de quem actua, de continuar a pensar e a investigar.

Av.: Isto aplicado aos países socialistas...

J.B.M.: ... E noutros lados também! Este fenómeno é comum a todo o género de divulgação do tipo manual. Pode acontecer no m-l ou na Física ou na Química! Ou na estética! Um tipo pode empinar «as regras do belo» sem nunca se por a olhar para algo que seja belo nem ser capaz de se apropriar emotivamente ou criativamente disso que é belo e que está ali.

Outra raiz do estiolamento dos problemas: é manifesto que a construção do socialismo, a partir e depois da tomada do poder, ou de se terem realizado algumas transformações estruturais que efectivamente alteraram as relações de propriedade e até a maneira de produzir e reproduzir o viver, trouxe consigo também contradições, dificuldades, problemas novos que tinham e têm de continuar a ser estudados e respondidos. Problemas de democracia, de organização económica em sistema socialista, problemas culturais, educativos, ideológicos, etc. É que a realidade continua a desenvolver-se e a gente não pode de modo nenhum parar e dizer que, porque já temos o manual de não sei quê, já temos a resposta para tudo, e quando as respostas que temos não se adequam há realidade que há, então a realidade que passa a haver é a da teorização que a gente já tinha. Isto é, faz-se o possível por desviar os olhos dos problemas e



José Barata Moura



Manuel Gusmão



Gisela da Conceição



João Arsénio Nunes

do procurar de respostas para eles. A «chapa» é «aplicar».

Vejo por isso com grande preocupação, hoje em dia, que a realidade dos problemas nas sociedades e nos países socialistas não esteja talvez a ser olhada na perspectiva da sua resolução, mas da sua simples substituição. Embala-se ao som de «o marxismo morreu, o socialismo está defunto» para, uns compassos adiante, se dar como «descoberta» que a única via de «solução» é o «regresso ao capitalismo», isto é, à aplicação de receitas, não já do m-l, mas de algo de bastante mais devoluto. Voltamos a topar, assim, com o mesmo expediente de pôr entre parêntesis a necessidade de defrontar a realidade para a procurar compreender e transformar. Estamos a substituir a repetição e a aplicação de um manual por outra repetição e aplicação.

Av.: Só que capitalista...

J.B.M.: Sim, e isso preocupa-me.

Formações idealistas

G.C.: Estiolamento e vulgarização. Com a vulgarização põese a questão central da pedagogia do marxismo que apresenta problemas específicos.

Não é por acaso que um conceito tão invocado, nos dias de hoje, como o de liberdade abstracta faz muito mais facilmente caminho que um conceito de liberdade concreta que implica a análise das condições concretas da liberdade, da sua forma e dos seus limites. As pessoas não têm uma formação materialista. Têm uma formação de base idealista e depois fazem opções; a formação das pessoas continua a processar-se no quadro do idealismo, no quadro do capitalismo, e é difícil fazer essa inflexão. De certo modo, e olhando hoje para determinadas interpretações tão expeditas quanto abstractas, do que se está a passar no mundo, quase parece que estamos perante uma inversão da última das Teses sobre Feuerbach; é como se se dissesse: «já houve tentativas para transformar o mundo, agora vamos lá interpretá-lo».

M.G.: Quanto à questão do estiolamento. No capítulo 1 das Teses ao Congresso fala-se sobre as causas das gravíssimas crises dos países socialistas europeus e o estiolamento vem lá como uma delas.

No documento começa-se por dizer que as cinco causas estão inter-relacionadas (e o que se formula é um determinado estágio de análise das situações, que necessita de desenvolvimento e aprofundamento. Quanto a mim, o estiolamento teórico deve-se também às outras quatro causas que são definidas e é, por outro lado, ao mesmo tempo (e isto para nós não constitui motivo de espanto) um factor que consolida os efeitos das outras. Por exemplo, quando se fala das gra-

ves limitações não só no que respeita ao exercício do poder dos trabalhadores, mas também no que se relaciona com os direitos e liberdades dos cidadãos, é evidente que isso ajuda a criar estiolamento teórico. Quando se refere o modo como se confundiram e fundiram funções e estruturas do Partido e

Penso que as teorias não vivem por si sós - a sua vida está exactamente em que as encarna, protagoniza, desenvolve e, na prática, as realiza. Portanto o m-l está vivo na medida em que houver protagonistas sociais, teóricos e práticos, que lhe dêem vida, não como quem ampara um cadáver ou quer pôr um livro a mexer, mas como quem continua a pensar, a viver, a trabalhar e a transformar. A questão da vida ou não vida do m-l passa muito pelo nosso estudo, trabalho e intervenção prática, e não apenas enquanto pensadores mas também enquanto Partido e enquanto intervenientes.

do Estado, isso contribui necessariamente para um certo estiolamento teórico, que por sua vez vai agindo consolidando essas limitações à democracia e essa fusão e confusão entre Partido e Estado. Portanto, todas as outras quatro causas apontadas geram estiolamento teórico e ele próprio agrava o efeito das outras causas.

Entretanto é preciso recordar que as circunstâncias históricas em que estas causas actuam são umas, e não outras, em abstracto, e potenciam provavelmente o carácter negativo destes fenómenos. Agora a questão que se nos coloca é conduzir ao mesmo tempo uma crítica da própria construção histórica do socialismo e continuar a análise da realidade do capitalismo.

O que os nossos adversários nos criticam, no fim de contas, é a nossa vontade de transformação; isso é visto, necessariamente, quase como «totalitário» e esta é uma questão chave. O que é aberrante é exigirem-nos, a nós comunistas, que nos conformemos com o que existe, com o modo como as coisas são, e se tente impor a noção de que as sociedades humanas não podem tomar consciência do modo como existem, das possibilidades do seu desenvolvimento, e intervir nesse desenvolvimento. Cabe aqui dizer que quando nós falamos em transformação não estamos a falar de um «dever ser» abstracto ou moralista, ou porque temos um raio de uma ideia metida na cabeça à qual queremos obrigar o

mundo a conformar-se; não é nesse sentido, mas no sentido em que no movimento de transformação do mundo social, histórico, a nossa intervenção pesa, quer queiramos quer não; então, é melhor que pese no sentido que nós projectamos, procuramos e insistimos.

Coisas caricatas

J.A.S.: Quanto ao estiolamento teórico, e em relação ao PCP. O Partido nos últimos anos não fez nada para organizar os intelectuais comunistas do ponto de vista de uma análise nos seus vários campos - historiografia, sociologia, teoria política, etc. E isto, quer do ponto de vista da intervenção na sociedade a partir dos seus conhecimentos e em relação com a política do Partido, quer do ponto de vista de fazer frutificar na própria elaboração teórico-política do Partido, como organização, os conhecimentos nos vários domínios das ciências sociais que os intelectuais comunistas adquirem. Acho que há um atraso chato, e complicado de superar.

Mas também é verdade que a função prioritária de um partido político não pode ser a de fazer cultura e que as condições ambientes da sociedade portuguesa, nomeadamente as características de comportamento dos outros partidos políticos, não colocam ao PCP grandes exigências culturais.

Por outro lado, também não são de subestimar as virtudes inerentes aos nossos defeitos. Um certo empirismo da tradição teórica do Partido é indissociável dum grande sentido prático e da atenção ao concreto, que é nomeadamente uma das características do marxismo do Álvaro Cunhal. Além disso, esse empirismo poupou-nos, sobretudo aos intelectuais, de qualquer sobrecarga de «directivismo» teórico que seria, esse sim, estiolante.

M.G.: Eu diria que nós não temos sabido encontrar as melhores formas não só de acolher no colectivo mas de organizar o contributo científico específico dos militantes intelectuais. O contributo científico específico dos intelectuais comunistas que trabalham e investigam em determinadas zonas disciplinares não é toda a produção teórica do Partido, mas é uma componente importante, e nós ainda não conseguimos encontrar as formas de acolher e, sobretudo, não a temos conseguido organizar de uma forma eficiente, duradoura e constante.

J.A.S.: Em relação aos países socialistas, eu só conheço um bocadinho o caso da RDA, e mesmo isso circunscrito à historiografia, à história contemporânea e do movimento operário. Houve aí muitos problemas, mas penso que o tipo de crítica que se ouve por aí sobre o que é a produção teórica e científica nas ciências sociais nos países socialistas não tem nada a ver com o que eu conheci, de facto.

Para citar apenas alguns domínios,

que felizes seríamos se em Portugal a investigação em matérias como a história do fascismo, os estudos da formação da classe operária, a história comparada das revoluções, pudesse ao menos aproximar-se um bocadinho (quanto à profundidade e sistematicidade das pesquisas, ao tratamento teórico, à divulgação pelo ensino) da que se praticou na RDA.

Entretanto, houve factores reais de estiolamento e, para citar uma questão central, basta referir uma atitude de intervencionismo administrativo que, com vaga referência a uma expressão do Marx, se legitimava como expressão dum «ponto de vista de Partido» nas ciências sociais. Daqui resultavam não só coisas caricatas, como por exemplo que em vez de «revolução de Outubro» se tinha de escrever «Grande Revolução Socialista de Outubro», mas também outras mais graves e substanciais, nomeadamente que em muitos casos a posição assumida e a análise feita por um partido comunista, ou pela Internacional Comunista, numa dada situação funcionavam como critério de verdade histórica. Eu não digo que não haja uma unidade dialéctica da teoria e da prática e, portanto, um «ponto de vista de Partido», mas penso é que temos de perceber que esse «ponto de vista de Partido» se elabora na medida em que as ciências sociais funcionarem de uma maneira rigorosa, segundo os seus critérios próprios de cientificidade.

O «ponto de vista» do Partido

J.B.M.: Ora aí está uma questão interessante, essa do «ponto de vista do Partido». A expressão exacta que aparece em Marx, em Engels, em Lenine, também (uma vez mais em alemão...) é «Parteilichkeit» que tem, efectivamente, na raiz a ideia de partido e de partidário. Mas como se toma esta expressão como: «ponto de vista do Partido» pode estar a haver uma deslocação semântica que perverte o seu sentido marxista.

J.A.S.: E essa perversão foi praticada...

J.B.M.: Concerteza! A «Parteilichkeit» em termos de Marx e de Lenine é alguma coisa que talvez pudessemos traduzir um pouco melhor em português por «tomada de partido». Ou seja

Mesa redonda

a ideia de que, designadamente no quadro da investigação e da intervenção social, o marxismo quando faz teoria não pretende um saber neutro, higienicamente puro, desinfectado e pairante, mas que, pelo contrário, no caso de determinados conflitos ou contradições, manifesta e fundadamente ele toma partido. Ora travestir isto em «ponto de vista do Partido» é perder muito do que de fundamental existe na expressão. Não quero com isto significar que seja liminarmente disparatado apurar um **ponto de vista do Partido**. Só que importa saber como se lá chega: é uma simples formulação dogmática inicial ou, pelo contrário, é já o resultado da investigação, do debate, da discussão no conjunto do Partido ou nas instâncias pertinentes? Se se verificar a última hipótese, com certeza que em relação a determinadas questões é importante dizer-se que o ponto de vista do Partido é este ou é aquele. Mas, mal andariamos nós se em qualquer domínio da intervenção ou da investigação confundíssemos **tomada de partido** com: o **ponto de vista do Partido**, e pior ainda se imaginássemos que só há o ponto de vista do Partido. Concordo com o J.A.S. quando diz que isto não foi muitas vezes acautelado.

Liberdades formais... e reais

M.G.: Há outro problema ainda relacionado com as tais consequências do estiolamento teórico, que é, por exemplo, o que aconteceu com a famosa crítica de Marx, que Lenine prolonga, em relação ao carácter formal da democracia nas sociedades burguesas; isso foi a certa altura tomado como se certo tipo de liberdades e direitos fossem dispiciendos, contornáveis, quando a crítica o que dizia é que as sociedades burguesas instituíam formalmente determinados direitos e liberdades, que depois não eram de facto exercidos pela maioria dos cidadãos; ora a componente m-l, comunista, é a de trabalhar no sentido de que as sociedades construam materialmente as possibilidades concretas da efectivação do exercício desses direitos e liberdades.

Outra questão: a da democracia re-

presentativa. Nas sociedades democráticas do mundo capitalista é esta regra esquisita: os representantes são geralmente escolhidos numa faixa social altamente restrita do universo social dos representados - que operários, empregados, camponeses, etc, etc, parece que têm necessariamente que ter como representantes pessoas que são de determinados estratos sociais muito limitados. Nós integramos no nosso programa a democracia representativa, lutamos pela fidedignidade da representação e pelas suas condições materiais, e acrescentamos-lhe uma inalienável componente participativa.

G.C.: Ainda sobre o estiolamento teórico. Penso que nada nos isenta, a

nós comunistas, da responsabilidade pela pobreza da nossa produção teórica. Nós sublinhamos a unidade dialéctica da teoria e da prática, recaindo sobre a última o primado na determinação. Mas a prática, ela mesma, deve ser objecto da teoria. Há a prática e há a teoria da prática; e há a teoria que fornece à prática instrumentos específicos de transformação.

J.B.M.: Penso que as teorias não vivem por si sós - a sua vida está exactamente em que as encarna, protagoniza, desenvolve e, na prática, as realiza. Portanto o m-l está vivo na medida em que houver protagonistas sociais, teóricos e práticos, que lhe dêem vida, não como quem ampara um cadáver ou quer por um livro a mexer, mas como

quem continua a pensar, a viver, a trabalhar e a transformar. A questão da vida ou não vida do m-l passa muito pelo nosso estudo, trabalho e intervenção prática, e não apenas enquanto pensadores mas também enquanto Partido e enquanto intervenientes.

Aliás isto não é muito diferente de algo que também vem no manual, mas não é «de manual»: o que faz uma teoria ser força material. É-o (e disse-o Marx há já bastante tempo) quando encarna e impregna massas, agentes sociais que estão em condições objectivas de transformar. A questão da vida do marxismo é isso mesmo.

É evidente que depois também há muita gente para a qual o marxismo poderá estar morto porque nem sequer, para eles, começou a viver... ■

XIII
CONGRESSO
EXTRAORDINÁRIO
PCP

biografias MARX-LÉNINE-ENGELS

Não se pode compreender o marxismo e não se pode expô-lo integralmente, sem ter em conta todas as obras de Engels

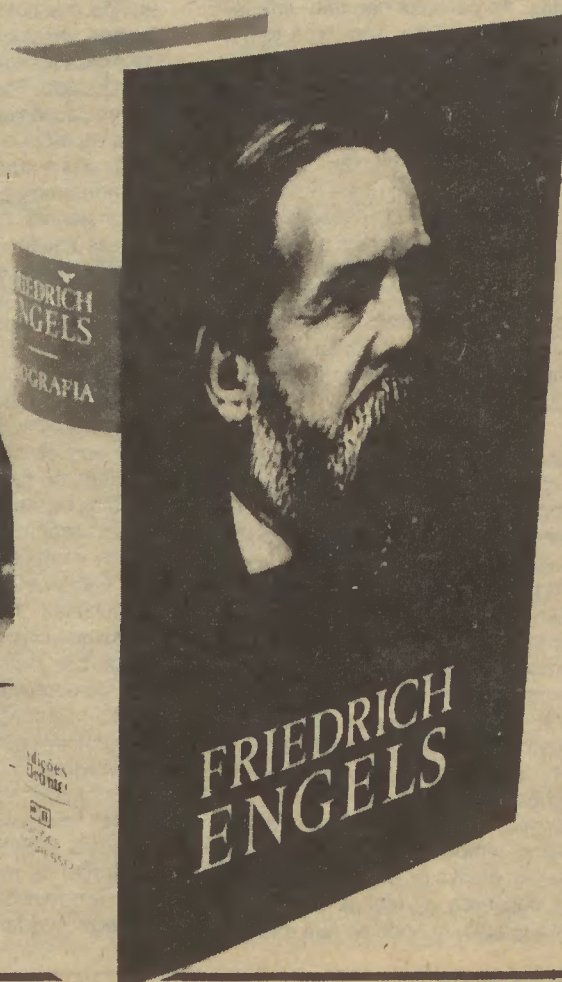
Lénine

Uma iniciativa de

edições
Avante!



Mais de 600 páginas
Formato: 14,6x22,0
Volume encadernado
Vários extratextos
Com fotos



Opinião

XIII
CONGRESSO
EXTRAORDINÁRIO
PCP 
LOURES · 18 · 19 · 20 · MAIO · 1990

Revolução científico-técnica modernismos e social-democracia

O colectivo partidário realiza com empenho o debate preparatório do XIII Congresso (Extraordinário). São realizadas reuniões, assembleias, encontros e sessões abertas para discussão das Teses apresentadas pelo CC do Partido. É um processo ímpar no universo político português — constitui uma demonstração do conceito de democracia participativa que informa o estilo do PCP na formação do entendimento colectivo. Aqueles que combatem o centralismo democrático enquanto princípio orgânico já se deram conta das «guerras de galos» travadas nos bastidores dos congressos realizados pelos partidos da burguesia? Não lhes diz nada a diferença?

Afirmam a caducidade da base teórica, de natureza filosófica e científica, que informa a actividade do Partido. Mas fazem-no numa base meramente ideológica. Demonstram ter do marxismo-leninismo um entendimento restrito, estático, no fundo, dogmático. E porque está também na moda, afirmam-se numa atitude essencialmente dubitativa. Transforma a dúvida em dogma. Haviam partido da «reivindicação» da dialéctica (que diziam ausente na análise do colectivo partidário) e agora ignoram essa mesma dialéctica no processo da cognição. Essa postura gera uma ambiguidade ideológica (será uma ideologia da ambiguidade?)

No período ascendente do processo revolucionário, alguns dos que hoje contestam a base teórica do PCP não se regiam pelos princípios individualistas-dubitativos que hoje demonstram? Qual a razão da mudança? Haverá certamente, no plano individual, diferentes motivos, mas a sua consideração levar-nos-ia a uma análise de raiz psicologista de impossível generalização, e o entendimento da ideologia que, mesmo sem o assumirem, informa a sua actuação só pode ser feito se considerarmos a lógica de classe que é subjacente aos interesses em jogo.

Modernismos...

Verifica-se, de forma cada vez mais nítida, que os processos em curso na URSS e nos países do Leste Europeu constituem, para aqueles que pregam a aproximação do comunismo à social-democracia, quase apenas um pretexto para uma efectiva capitulação política e ideológica. Alguns procuram, nesse caminhar, arrastar o colectivo partidário, talvez convictos da modernidade das suas ideias ou apenas procurando precaver o futuro em relação a outros azimutes (a lógica do mercado é, de facto, muito forte, e, nestes tempos, a publicidade conta muito).

Reduzem tendencialmente a análise dos acontecimentos àquilo que sirva aos objectivos predefinidos. Pretendendo isolar o significado intrínseco daqueles processos, interpretam a meu ver a realidade num prisma essencialmente ideológico, condicionado, objectiva e subjectivamente, por interesses de classe contraditórios que resultam da situação, também contraditória, em que intervêm no debate.

Operando no «espaço» ideológico de um partido comunista, procuram produzir um discurso referenciado aos objectivos gerais que definem a identidade comunista, mas, por outro lado, cedendo à pressão e colocando os interesses e a perspectiva individual em primeiro plano, não se poderá concluir que nesse mesmo discurso se situam em áreas de contacto com a ideologia dominante, que é a da classe no poder? Procurarão um ponto de fractura? Procurando-o ou nele se situando — são simultaneamente agente e objecto do processo de transmutação ideológica que protagonizam.

Revolução científico-técnica

A revolução científico-técnica realiza-se enquanto processo transformador do modo de produção. Desencadeia processos sociais novos, mas que, embora novos, continuam intrinsecamente dependentes do modo de produção dominante e das relações sociais estabelecidas. Constitui uma realidade contraditória em que se misturam a realidade e o mito. O impacto social da revolução científico-técnica é determinado pelo grau de transformação do conhecimento científico em património cultural comum e pelo grau da sua inserção no processo produtivo.

Por outro lado, a revolução científico-técnica é um factor determinante no processo de ascensão social de camadas médias da burguesia e do surgimento de interesses de classe específicos que medeiam o conflito das classes antagónicas, constituindo uma das suas consequências políticas. Nesse processo, surge a ideia da autonomização da acção política da intelectualidade, a qual tem por base a conquista de uma função de liderança no processo de transformação da sociedade pela classe média em formação.

Alteram-se aspectos determinantes do modo de produção. Dão-se modificações tanto no que se refere à natureza formal das actividades intelectuais como as implicações socio-políticas derivadas da sua inserção no processo produtivo. Criam-se condições para o surgimento de formas de luta reivindicativa da intelectualidade e da sua integração na luta geral dos trabalhadores, mas é um processo complexo, pois essa integração não supera a existência de interesses de classe específicos, de natureza contraditória.

Em consequência da revolução científico-técnica, o intelectual transforma-se num quadro essencial do sistema. Assume cada vez maior importância a função do quadro técnico — o intelectual que exerce uma actividade especializada, directamente enquadrada no processo produtivo. Todavia, existem diversos níveis de envolvimento no processo de produção e gestão dos recursos sociais, desde funções meramente auxiliares a funções de direcção política (exercício do Poder).

O quadro técnico transforma-se progressivamente no intelectual orgânico do sistema de produção capitalista. E o processo da sua proletarianização coloca-o numa situação de ambiguidade, pois, simultaneamente, cresce a sua dependência em relação ao sistema e a sua possibilidade de acesso ao exercício, mesmo que tutelado, do poder.

O posicionamento sociopolítico das camadas intelectuais é condicionado por factores contraditórios, verificando-se por um lado, o peso das transformações derivadas da revolução científico-técnica tanto no que respeita à esfera produtiva como às formas de gestão e à comunicação e, por outro lado, embora intimamente interligados, o processo de assalariamento das camadas intelectuais — o intelectual enquanto trabalhador por conta de outrem; a crescente integração da actividade intelectual no processo produtivo — surgindo o quadro técnico enquanto produtor de mais-valia (e, simultaneamente, enquanto agente orgânico do sistema de exploração capitalista); as condicionantes socioculturais da propriedade intelectual — o intelectual enquanto criador; e, também, a tendência das camadas intelectuais a desempenhar uma função de natureza crítica (num sentido de contra-poder), pelo facto de exercerem actividades cuja função e produto social está, directa e principalmente, explícita através das formas da consciência social.

Mas a formação da consciência social não é determinada mecanicamente pela situação socioeconómica dos indivíduos, tanto no que respeita à sua proletarianização como à sua aproximação aos centros de poder. A intelectualidade portuguesa tem, como legado histórico, largas tradições de participação na luta contra o fascismo, o obscurantismo e o atraso cultural. De participação no processo de transformação progressista da sociedade, integrando a sua forma de acção específica na luta de massas. De participação militante na luta política, integrando em número considerável o grande colectivo partidário que é o PCP. Será este elo histórico que, nas actuais circunstâncias, alguns pretendam quebrar?

... social-democracia

Vivemos um momento histórico em que a social-democracia representa da forma mais eficaz os interesses imediatos do sistema capitalista. É natural (embora seja triste ver) que, perante o súbito e profundo enfraquecimento do socialismo a nível mundial, haja quem perca a perspectiva revolucionária e assuma como lógica e aceitável a capitulação.

Colocam em causa a natureza de classe do Partido «descobrem» a tese do desaparecimento da classe operária. Dizem que há que procurar um novo «espaço» social e, em consequência, assumir uma nova identidade ideológica. E que são necessários novos princípios... e novos dirigentes (naturalmente!).

No fundo, reduzem o imenso processo de transformação da realidade política a nível mundial, de que somos testemunhas, à questão da luta interna pelo poder. E, se preciso for, mudam de identidade, de ideal, de entendimento, e já põem a questão de, a prazo, mudar de nome (em termos políticos, claro). Da mesma forma, pretendem transformar o sentido da militância política, limitando-a a um inócuo debate de ideias (o tal «clube de elite»...), querendo arrastar nesses caminhos um partido como o PCP. Afirmam-se portadores do sentido da modernidade (que, no plano da luta política, implicaria o abandono da base marxista-leninista da actividade do Partido) e apregoam o fim do movimento comunista internacional. Mas hoje, em virtude da crescente divisão internacional do trabalho (e da exploração capitalista), ganha redobrada actualidade a consigna: proletários de todos os países UNI-VOS! — em meu entender — é nesse sentido que devemos trabalhar.

■ Alexandre Branco

Porquê? algumas pistas

Se se pretende alterar alguma coisa — material ou ideológico — é indispensável olhar para o passado. Um olhar não muito demorado, porque o futuro aproxima-se veloz, mas pelo menos, um olhar atento e honesto de forma a tentar compreender a razão das mutações. Na actual situação nacional e internacional julgo que do nada e para reforçarmos a confiança no Homem e na sua capacidade de previsão.

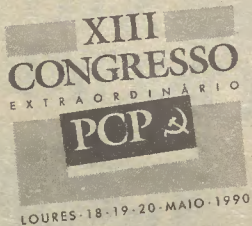
Sem masoquismo extremo ou harakiris sangrentos, mas antes num esforço

de esclarecimento e de ajuda ao debate, proponho-me detectar críticas e perspectivas diversas que ao longo de décadas foram lançadas, e nem sempre como veneno, aos comunistas e que estes — nós — nem sequer consideravam ou analisavam e, pelo contrário, desvalorizavam deliberadamente. E o período de discussão das Teses seria propício para esse exercício de análise.

Começemos por constatar que hoje é generalizada (vide Mesa Redonda sobre economia Avante, 29-3) a aceitação da



Opinião



importância da noção de **mercado** numa economia socialista. Os que, numa posição ao tempo considerada de direita, defendiam que a planificação centralizadora e absolutista não servia o socialismo e chamavam a atenção para o bom usufruto que se devia fazer do **mercado**, encontrarão alguma compensação perante a unanimidade hoje consolidada à volta do tema. Não se trata de uma realidade de agora: nós é que só **agora** a adaptámos, com todos os prejuízos do atraso. Devemos debater se o mercado deve ter uma função mais global (JPM) ou limitar-se a servir de barómetro das tendências dos consumos (OT). Mas não é relevante, e os reflexos condicionados podiam levar a tal, constatar que muitos dos que nos lançaram esse desafio no passado, se integraram (e de forma não tão inocente como parece) nas teias da ideologia mais liberal. O que é relevante, sim, é que não analisámos com rigor e objectividade as críticas formuladas durante dezenas de anos. E porquê?

A todos os que, cá e lá e algures, chamavam a atenção para a importância das **novas tecnologias, técnicas da gestão e alterações produzidas na composição e comportamento das classes sociais** — tudo exigindo uma revisão do quadro político, social, económico e cultural a evolução dos acontecimentos veio dar razão. É hoje patente que não se ter tomado em consideração, e seriamente, tais alertas, conduziu à não evolução atempada da ideologia, e das estruturas que lhe dão forma, de acordo com as alterações da realidade social-produtiva. Entre outras esta foi uma das causas que ajudou a conduzir o campo socialista à crise que o desmembra. A Mesa Redonda do Avante, 5/4, sobre Mutações sociais, apesar de repetitivas referências a que qualquer coisa está nas teses e de consequentes premissas levantadas por A.M. (embora não rematasse à baliza), mostra que entre nós estes fenómenos são ainda considerados quase como futurismo e como se não justificassem medidas imediatas (estratégicas, funcionais e organizacionais) que possibilitem começarmos já (ou ainda agora...) a adoptarmos-nos ao futuro. Desprezámos no passado, olhamos de soslaio ainda hoje — porquê?

O que nós ouvimos dizer da Escola de Frankfurt e em especial de Marcuse! A «**sociedade unidimensional**», termo com que este criticou — quer no capitalismo, quer no socialismo — a perversa fusão interna entre o Estado e a Sociedade Civil, numa liga forte que deforma e sufoca a cultura e personalidade do cidadão, é agora (mas sem paternidade) o alicerce das análises e das críticas partidárias às razões da crise. Vai-se até mais longe: soma-se às componentes da liga os próprios partidos e aponta-se como condenável e não socialista o superlativo da «**sociedade unidimensional**». Como nos Evangelhos, mas sem

podermos apontar o Salvador, os três (P., E. e SC) eram um só. Ironia do destino. Mas porquê?

Hoje os **dissidentes do leste**, integrados nas dinâmicas que varrem os seus países (e por vezes até, dramaticamente ultrapassados por elas) podem afirmar que os verdadeiros dissidentes da ideologia socialista eram os próprios regimes que os classificaram de marginais. Podem não ter tido toda a razão, mas tiveram-na e a tempo, no essencial. E é doloroso ouvir ou ler alguns deles — Dubcek, por exemplo — lembrarem que quando lideraram os movimentos pre-perestroika, «os Partidos estavam connosco»! Todos tivemos responsabilidades, uns' mais do que outros, na forma dogmática como foram encarados esses momentos; mas porque nos comportámos como autistas?

E se quiséssemos prolongar os casos a rever, a lista seria longa. Mas para terminar, num outro quadrante da imensidade de problemas que enfrentamos, refiro a **situação das mulheres**. Na respectiva Mesa Redonda do Avante, 5/4, H.N. toca fundo nesta questão, mas não é seguida. Pela sua voz fica registado que a questão feminina não resulta só da problemática económico-laboral, que o seu enquadramento vai mais fundo e que para a superação dos atrasos há que olhar (ideologicamente) de forma diferente para esta questão. À mesma conclusão chegaríamos se abordássemos a **frente das cooperativas e auto-gestão, ou a juventude...**

E como ninguém, por menores responsabilidades que tenha, deve sacudir a água do capote, lembro longas e amigáveis trocas de ideias sobre o feminismo e a mulher no mundo, com Isabel Barreno, em Paris, muito antes de 1974. E era ela que estava já mais perto da razão e eu, com o meu instrumentalismo da frente, diluindo-a como mera parcela subalterna na globalidade da luta de classes, manifestava uma visão limitada. Porque o fazia, porque o fazíamos, porque ainda existe a tendência para o fazer?

Seria irrelevante olharmos para o passado, nestas e noutras questões, recuando, pelo menos, até aos anos 60, se não tentássemos extrair dessa reflexão conceitos positivos para balizar o futuro.

A ruptura das **utopias** socialistas, i.e. das ordens estabelecidas, foi tão radical que precipitou (em termos de laboratório/análise) — ou que pôs a nu — muita coisa que já antes andava dispersa, mas que tínhamos resistência em sequer considerar, quanto mais em levar a sério. Parece pois indispensável tentar fazer passar a mensagem de maior humildade, no sentido de uma cultura humanista ao ouvir os outros e não mais interiorizar preconceitos, que funcionam como férreos cadeados que nos prendem o raciocínio. Isto é, muito concretamente, as ideias e conceitos de Marx, Engels e Lenine, e aqueles que forem contemporâneos, devem ser só um guia

para o pensamento e para a acção e não um esquema fechado, onde se entra na letra X, selecciona-se a alínea Y, consulta-se a página Z e julgamos ter encontrado a **solução** para os problemas que percorrem o mundo. Daí a minha reserva a referências clássicas ao «leninismo» ou ao «marxismo-leninismo» tal como sempre o foram e ainda são, por vezes, encarados; e daí também a opinião em considerar muito válida e actualizada a formulação encontrada nas teses do PCUS para o próximo Congresso: «**a metodologia dialéctica de Marx, Engels e Lenine**». Com ou sem efigies.

Também no plano da organização e da formação de opiniões-decisões no P., se devem procurar tirar conceitos positivos. Porque há mais do que razões para admitir que uma das principais causas de termos deixado cair o debate e a criação ideológica e política ao seu nível actual, está nos esquemas organizacionais e no «centralismo-democrático» utilizados. Parece ser da forma de encarar os problemas e de lhes dar enquadra-

● Divisões, não!

... «**Prossigamos. Temos nós forças suficientes para levar a nossa propaganda e a nossa agitação a todas as classes da população? Certamente que sim.**

«**Os nossos “economistas”, que têm muitas vezes tendência para o negar, esquecem os gigantescos progressos realizados pelo nosso movimento de 1894 (mais ou menos) a 1901. Verdadeiros “seguidistas”, têm com frequência ideias próprias do período inicial do nosso movimento, já há muito tempo ultrapassado. Nessa altura as nossas forças eram de facto mínimas, era então natural e legítima a resolução de nos consagrarmos inteiramente ao trabalho entre os operários e de condenarmos severamente todo o desvio desta linha; então toda a tarefa consistia em consolidar-mo-nos no seio da classe operária. Agora está integrada no movimento uma massa gigantesca de forças; vamos chegar até nós os melhores representantes da jovem geração das classes cultas; por toda a parte, encontram-se contra a sua vontade nas províncias pessoas que já tomaram ou querem tomar parte no movimento»...**

... «**Um dos defeitos fundamentais do nosso movimento, tanto do ponto de vista político como de organização, é o de não sabermos empregar todas estas forças e atribuir-lhes o trabalho adequado.**» (V. I. Lenine, Obras Escolhidas, Pág. 141 — Vol. I)

Palavras de Lenine. Outro tempo, condições diferentes mas não no essencial.

O que se está passando no mundo «comunista», se, por um lado esmaga alguns conceitos tidos até há alguns meses atrás como «irreversíveis», também por outro lado alarma e procura o mundo capitalista-imperialista, o que só por si deixa antever perspectivas encorajadoras para o socialismo, depois de corrigidos alguns erros, reforçado tudo o que de bom se conquistou, procurando e encontrando métodos diferentes daqueles que causaram a convulsão que se atravessa.

Nós bem sabemos que o inimigo tem — e sempre teve — grandes forças... e recursos; mas também sabemos que temos imensa razão e força suficiente — a unidade e a justiça social, na luta pela abolição da exploração humana.

O capitalismo, pressionado pelas lutas dos trabalhadores de todo o mundo

mento eficaz — que tudo depende. Longe de pretender apontar receitas para que um PC passe a não errar, **mas se a sua estrutura e funcionamento forem democráticos e transparentes, ele estará mais protegido** contra atrasos e erros.

A única conclusão que se tira, é que não seremos os melhores por decisão irreversível da história, mas que nos poderemos aproximar dessa meta se o ambiente funcional em que participamos o ajudar. Como? Estando colado à realidade em movimento, embora com uma identidade própria e actualizada, e permitindo fazer circular com eficácia e sem restrições — e até apuramento — as nossas interrogações individuais, as propostas e alternativas dos militantes, as perspectivas apontadas por amigos ou aliados, as críticas de opositores e até eventuais soluções positivas dos nossos adversários. Isto se queremos revolucionar, e a prazo, o sujeito da nossa acção: a sociedade.

■ Luís Santos

— e só por isso! — foi adoptando processos novos de exploração quando teve de ceder, aqui e além, nalguns pontos conflituosos; ou, sempre que podia, esmagando agitações pela violência estatal; ou «embalando» justas revoltas com luxuosas «promoções» religiosas; ou ainda semeando «paraísos» de coca-cola, «jeans» ou similares das sociedades de consumo.

A tecnologia capitalista vem «refinando», ao criar novas profissões. Os quadros técnicos aumentam... e as aparências também, pois as condições de trabalho não melhoram! A maioria dos novos e até dos «velhos» empregados são contratos a prazo, salários relativamente baixos e sob a ameaça permanente de despedimento. Hoje trabalham e amanha talvez, sim ou não.

As empresas privadas são cada vez mais, o que facilita aos capitalistas o aumento crescente das suas exigências. Com as privatizações, a maioria dos trabalhadores, operários, professores, jornalistas, artistas, advogados, médicos, enfermeiros, trabalhadores em geral, estão a ser passados a profissionais livres, contratos a prazo, recibos verdes, ou muitos passam à reforma antecipada. Daqui o sofisma do capitalismo se gabar de que o desemprego diminuiu! Ao reduzirem drasticamente o número de trabalhadores nos quadros de pessoal efectivo das empresas ou das instituições, preenchendo as vagas com contratados a prazo em constante substituição, arranjaram maneira de apresentarem números demagógicos. O que há muito, dizem eles, são profissionais livres ou reformados, não são desempregados!

Este é o capitalismo moderno, sofisticado, que temos pela frente.

Que fazer?

Unidade. Unir todos os trabalhadores explorados ou em vias disso. Reforçar as nossas forças começando por apaziguarmos todas as tensões entre nós, sem seguidismos nem complexos de classe.

Luta renovada. Mobilizar todos os sectores. O sector intelectual poderá dar resposta ideológica, eficaz e mobilizadora contra a demagogia e propaganda do nosso inimigo de sempre. Temos muitos capazes de o fazer. E se alguns estão desavindos há que diligenciar a sua recuperação plena.

Aumentar o número de militantes? Sim. Divisões? Não!

■ Eduardo Coelho



Cartas do leitor

Diferentes perspectivas para um mesmo problema

A população mundial já ultrapassou os 5 mil milhões de habitantes. Destes, mais de 4 mil milhões vivem em países que não alcançaram o nível de desenvolvimento que se considera satisfatório, ou seja, suportam as condições de vida do subdesenvolvimento. Mas isto não ocorre apenas no chamado Terceiro Mundo, pois são conhecidas as estatísticas que apontam a existência de 40 milhões de pobres (que vivem abaixo do nível normal de subsistência) nos países da CEE e 35 milhões nos Estados Unidos da América. Deduzindo, portanto, a maioria esmagadora desta pobre humanidade restam menos de 1 milhão de beneficiados na sua condição de vida ou pelo sistema socialista ou pela abundância de alguns países capitalistas.

A partir de um raciocínio simples com base no conhecimento da exploração que o imperialismo exerce nos países do Terceiro Mundo para levar a abundância às metrópoles capitalistas, concluí que o único sistema justo, que permite o desenvolvimento sem a exploração de outros povos e o atendimento social básico para o bem-estar dos cidadãos é o socialismo. Por isso tornei-me comunista e luto sem dúvidas essenciais dentro do colectivo do PCP.

Certamente muitos poderão dizer que é um raciocínio simplista, que um filósofo disse isto e um economista disse aquilo, e que o assunto hoje é a fusão do socialismo com a social democracia. Certamente o debate tem interesse, como qualquer investigação intelectual com base científica. Mas desde muito jovem vejo-me numa batalha incessante, assistindo a perseguições, prisões, mortes, dos revolucionários na América Latina, na Europa, na África, na Ásia. Essa luta ainda não terminou, pois recentemente o Panamá foi invadido, os Estados Unidos interferiram descaradamente nas eleições da Nicarágua através do boicote de alimentos à população, Angola continua a sofrer os actos terroristas da UNITA financiada pelos EU, na África do Sul continuam a morrer os donos naturais daquele país, em Moçambique morrem de fome as populações que ficam privadas do apoio do seu Governo devido às destruições impostas pelos grupos da RENAMO, em todo o mundo discute-se sobre a capacidade deste ou daquele país construir a bomba atómica.

Aceitar agora, só porque alguns dos países onde o socialismo foi implantado na Europa querem usufruir do colorido mercado de consumo capitalista, que tudo mudou, que a classe operária deixou de ser o motor da história, que os exploradores capitalistas até são socialistas, que a nossa tarefa não é mais a de denunciar a miséria e a exploração porque isso é uma cassete antiga, que é melhor ocupar o tempo em um «club de elite» (como já foi caracterizado o INES na RTP) tratando de transformar um Partido revolucionário como o PCP dando-lhe um novo «visual» moderninho, parece-me não apenas um absurdo de quem não conhece a realidade do mundo em que vive mas um demissionismo inaceitável. Tenho pena quando vejo antigos camaradas ali plantados, dedicados às discussões intermináveis sobre os pontos de vista dos vários candidatos a Secretário-Geral que fazem a sua autopromoção através dos meios de comunicação dos inimigos do PCP e, para isto, adoptam a casete anticomunista. Digam-me esses dotados camaradas e amigos, o mundo mudou de forma a alterar o antigo poder? Não há mais exploração? Há justiça? A Nicarágua ainda existe? Posso descansar dessa luta que conduziu toda a minha vida? Que fazer dos 4 mil milhões de seres humanos que estão condenados a sofrer para que 1/5 da humanidade goze das delícias (?) da sociedade de consumo? Esquecê-los?

Zillah Branco — Brasil, Chile, Cabo Verde, Portugal

• Forçar o diálogo

Falta pouco mais de um mês para o nosso Congresso. Parece tarde, portanto, para colocar novas questões. Abalanço-me a fazê-lo, no entanto, devido à importância que lhes dou.

Já participei em dois plenários para a apreciação das Teses propostas para o XIII Congresso. Algo me chocou no modo como decorreram. Não posso dizer que pela primeira vez; já em anteriores plenários tinha sentido a mesma sensação de estar a participar de um acto sem finalidade objectiva.

A maior parte dos presentes não tinha lido as Teses. Muitos, analfabetos, outros que, ao

fim de anos sem ler e escrever, eram incapazes de analisar um texto e de fornecer uma opinião sobre o mesmo. Os camaradas que vieram dinamizar os plenários também não ajudaram. Fizeram intervenções muito longas, nada formativas.

Na minha opinião, atendendo ao auditório, deveriam abordar duas ou três questões mais prementes, visando preencher o vazio político-ideológico em que se encontrava a maior parte dos assistentes. E forçar o diálogo sobre essas questões, com perguntas directas, insistindo nas respostas.

Como já tive oportunidade de dizer várias vezes, parece que, para nós, só são importantes as intervenções muito longas, se possível de várias horas ou com muitas páginas. Para trabalhadores é demasiado.

Aprecei o esforço dos camaradas a que me refiro mas, com franqueza, não seria preferível que os presentes ficassem com uma ideia clara sobre duas ou três questões, como o centralismo democrático, por exemplo, em lugar de serem esmagados com a citação de todos os pontos das Teses?

Quando de congressos anteriores esta questão preocupou-me bastante, e disse-o, sempre sem resultados, pelo visto, atendendo ao modo como as coisas estão a correr.

Outro aspecto que sempre me preocupou e me levou a intervenções, nem sempre compreendidas, com certeza por minha culpa: a chamada «eleição dos delegados».

Posso afirmar que, no sector a que pertenço, quando da eleição dos delegados ao XII Congresso, não houve eleição. Foram indica-

dos pelo organismo dirigente e foi nítida a intenção de enviar camaradas que assegurassem o levantamento da cartolina sempre que fossem convidados a fazê-lo. Temos de enveredar, decididamente, por outro caminho!

Considero que o voto secreto deve ser utilizado sempre que necessário, depois de debate profundo. Só assim muitos camaradas serão capazes de exprimir a sua verdadeira opinião, libertando-os de um acto mecânico.

Não me digam que o Art.º 26 do «Regulamento para o Debate no Partido» contempla este aspecto. Tomar opção entre o voto secreto ou de braço no ar não resolve o problema, incentiva o seguidismo, o deixar andar.

Afirmo que, nos organismos de base, o voto secreto é útil, pelo interesse que desperta nos intervenientes, por permitir um conhecimento mais exacto da posição dos intervenientes. (...)

Ernesto Rodrigues — S. Domingos de Rana

Os militantes «especiais»

Continuo a exercer o meu direito de protesto quanto aos processos e truques utilizados pelos camaradas que não resistem ao brilho das luzes da ribalta e dos lupanares ideológicos de certos semanários:

1.º — Por que razão o camarada José Luís Judas continua a autorgar-se do privilégio de ser militante-especial ao ir, mais uma vez, para

o «generoso» Expresso (31 de Março), opinar contra posições do Partido e fornecer argumentos espúrios à campanha contra o PCP?

— Que acha o camarada Judas do aproveitamento que esse jornal faz da sua entrevista ou acha que não faz? Que tal o destaque da 1.ª pág. enquadrando logo a entrevista no exacto contexto dessa campanha? E quanto ao título da 2.ª pág. — «Todos os comunistas portugueses imaginaram o seu Palácio de Inverno» — que mais não é do que uma afirmação do próprio camarada? Na actual situação política internacional e no contexto em que na entrevista o afirma, não o acha, no mínimo, uma extrapolação abusiva e acintosa para os comunistas portugueses? Com que base e com que direito se atreve o camarada a dizer uma coisa destas? Bom, de facto e como o camarada Judas fez questão de nos convencer, ele, na entrevista em causa, falava mesmo «por ele». Então que não fale pelos outros, que não fale pelos outros!

2.º — Sendo um documento individual o tal da sua reflexão crítica sobre as Teses e, reconhecendo José Luís Judas que há espaço no Partido para expor as suas ideias, porque não as divulgou, por exemplo no «Avante!» e foi a correr para o «prestimoso» Expresso?

Era, aliás, muito melhor que assim tivesse feito e por todos os motivos. Sempre ficariam mais em família, digamos, alguns disparates e inverdades que disse e, também por aí, se pouparia a «imagem» do Partido. Afinal o camarada Judas é um destacado militante com grandes responsabilidades (que o Partido lhe atribuiu) e não deve andar por aí, à toa, a expor-se sem necessidade.

E ainda:

Um jornal local de Espinho (29 de Março), propriedade de um grupo monopolista sediado nesta cidade, anunciou para os dias 19 e 20 de Maio próximo, um colóquio promovido por uma «comissão de juventude», a decorrer num luxuoso hotel e onde deverão participar, para além do «jet-set» Boris Yeltsin, o monopolista Américo Amorim, o Lucas Pires e o camarada Barros Moura.

Aqui fica mais uma pergunta: — será mesmo verdade que o camarada Barros Moura já assegurou a sua presença neste convénio de tão exóticas personalidades e homens da alta finança, logo nos dias do nosso Congresso?

Bom, eu cá acho que um dos ensinamentos da crise dos países socialistas é que os comunistas não devem autorgar-se, a si próprios, de privilégios e devem combater as manifestações de arrogância, sintoma público da falta de modéstia interior a transformar-se em intolerância.

João Dinis — Espinho

Nota — Os títulos anteceditos de • são da responsabilidade da Redacção; todos os restantes são propostos nas próprias cartas pelos seus autores.



O Congresso na comunicação social

O ESCÂNDALO



Na ingrata tarefa de descobrir as razões, para tanta falsificação, animosidade e azedume contra o PCP e os comunistas, acabamos por chegar à estranha conclusão de que, sendo em geral sóbrios, discretos e comedidos, somos entretanto um grande escândalo feito de vários escândalos.

É o supremo escândalo de, em tempo de não poucas renúncias e rendições, não renegarmos ideais, valores, convicções e princípios e ao mesmo tempo combinarmos a sua reafirmação com uma revivificação e um enriquecimento sustentados num corajoso confronto com os actuais desafios. Acontece, porém, que é isso que está sendo baptizado de «fê» sagrada de rígida «ortodoxia» por um afinadíssimo coro em órgãos de comunicação social.

O escândalo de não confundirmos o diálogo, o debate de ideias e a intercomunicação com a deriva, a abdicação e a promiscuidade ideológicas. Acontece, porém, que é isto que está sendo apresentado como «rigidez ideológica» e empedernido «dogmatismo».

O escândalo de não confundirmos, o ano, a conjuntura ou período que se vive com a mais larga e mais rigorosa perspectiva da trajectória e do processo histórico do século que agora vai terminar, e de termos a coragem de, contra a corrente, enfrentando com lucidez a evidência de graves fracassos, evocar conquistas e transformações alcançadas ao

longo de décadas e salientar o vasto património de avanços cívicos, sociais e políticos que neste século, a Oeste e a Leste, são inseparáveis dos ideais, da luta, da generosidade e dos sacrifícios dos comunistas. Acontece, porém, que é a isto que há quem chame espírito de «seita», congregação em torno dos próprios mitos «recusa de entender o mundo» e as suas mudanças, resistência desesperada ao curso dos acontecimentos e de História, a «última cruzada».

O escândalo de, quando são o simplismo, a superficialidade, o culto deseducativo da onnipotência e da omnisciência e o receituário retórico mas preguiçoso que facilmente edificam prestígios, assumirmos a complexidade dos problemas e o percurso áspero e trabalhoso da busca das respostas e soluções, termos a humildade de reconhecer limitações e deficiências e de procurarmos a sua superação pelo recurso à contribuição de um vasto colectivo. Acontece, porém que é a isto que há quem chame autismo, teimosia, férrea oposição à renovação.

O escândalo de, num tempo em que as outras principais forças políticas nacionais, reclamando-se todas do capitalismo, parecem não ter nem memória, nem passado, nem família ideológica, nem solidariedades internacionais nem responsabilidades, sermos capazes de assumir o passado, de examinar autocriticamente condutas e orientações, de reflectir com lucidez sobre as lições da experiência, de fazer irromper novas ideias e desbravar novos caminhos. Acontece, porém, que é isto que está recebendo a citação do Conde de Salina de que «é preciso mudar alguma coisa para que tudo fique na mesma».

O escândalo de, sacudindo justamente mimetismos, colagens e facturações indevidas, lançarmos à cara de quantos nos querem dar lições de liberdade e democracia o inigualável património de 69 anos de vida e de luta do grande partido nacional que é o nosso, um percurso histórico ímpar na sociedade portuguesa que nada pode fazer esquecer ou apagar. Acontece, porém, que é isto que é crismado de «isolamento», solidão, falta de futuro, certeza de «declínio» e «ocaso».

O escândalo de, perante um intrincado conjunto de novas e prementes questões, ter convocado um Congresso Extraordinário que apela à opinião e participação de todos os militantes e assenta num intenso debate democrático durante dois meses (enquanto — calcule-se que «debates» estes — no PSD oito dias antes da publicação das moções já os delegados estavam todos eleitos e enquanto no PS oito dias depois da publicação das moções já os delegados estarão todos eleitos). Acontece, porém que é isto que está sendo qualificado de «virtual» recusa de discutir e debater, debate «burocraticamente» desenvolvido, debate «paupérrimo», «exclusões» e «falta de democracia».

O escândalo intolerável de com a sua existência, presença profunda e dinâmica na sociedade portuguesa, com a sua luta, acção e propostas, com a sua ligação aos trabalhadores e sua sintonia com as grandes aspirações populares, o PCP e os comunistas portugueses serem uma poderosa força de resistência a uma política retrógrada, injusta e incapaz e serem um considerável obstáculo para projectos sempre activos de repetição de desgraçados consensos, entendimentos e alianças entre o PS e a direita, em nome de uma mesma «cultura política» e de um mesmo projecto de sociedade terminal chamada capitalismo. Acontece, porém, que disto há quem diga ser gritante «anacronismo», triste expressão do «atraso português», penosa «sobrevivência» com os dias contados.

Finalmente, o escândalo de acreditarmos que o que verdadeiramente somos, queremos e fazemos acabará por brilhar mais do que os rótulos e etiquetas desfiguradoras que, interesseiramente, tantos nos estão colando. ■

ANTÓNIO COSTA

Então isso faz-se?

«Esquecendo as mutações do Leste, passando por cima do seu Congresso e das movimentações que o sobressaltam, o PCP interpelou o Governo (...) [na AR sobre a integração na CEE]».

«O Jornal» de 6/4

Uma «cacha» que merece o «Pulitzer», já!...

«(...) Quando Gorbatchov não passava de um obscuro subdirector do KGB, ou até mesmo mais tarde, quando, ocupando um posto sensível na política internacional do PCUS, compareceu no Congresso do PCP realizado no Porto».

Rui Pereira e António Costa Santos, no «Expresso-revista» de 8/4

... e outro «Pulitzer» para o recorde de bilis por linha!...

«(...) os comunistas portugueses (...) fazem das fraquezas forças e congregam-se em torno dos seus próprios mitos, indemnes às mudanças que recusam entender num mundo que, apesar de em mutação, não é o seu. Estão prontos a fechar os olhos, sempre que for caso disso, e nesta peculiaridade reside a idiosincrasia que, forjada numa época revolucionária, apenas encontraria hoje paralelo na Roménia de Ceausescu. Acenam com o fantasma do fascismo, reclamam contra Cavaco e as medidas social-democratas (...) ao mesmo tempo que, intimamente, fazem apelo ao desenrascamento individual (...)».

R. Pereira & A.C. Santos no «Expresso-revista» de 8/4

... e ainda, os ontens que zurram ou um terceiro «Pulitzer» para a inovação do ano.

«Como encaram hoje os comunistas a dura realidade dos amanhãs que já não cantam?; (...) «alguns [«dos militantes de base] optam por desligar o televisor e deixar de ler jornais».

R. Pereira & A.C. Santos no «Expresso-revista» de 8/4

Santa ignorância ou preso por ter cão e por não ter

«(...) uma fraca participação de militantes. Um exemplo concreto disso é dado pelo facto de, na preparação do Congresso de 1988, a participação dos militantes ser elevada ao ponto de o partido ter optado por fazer reuniões dividindo cada uma das organizações por sectores. Agora vê-se na necessidade de ter várias organizações numa única reunião de forma a obter uma participação mais significativa».

«Semanário» de 7/4

Orgulhosamente cassette, Jeová o guarde!

«A linha oficialista, quer nas Teses a apresentar ao Congresso do próximo mês quer em debates (por exemplo, os publicados no «Avante!») evidencia ou desorientação ou continuada e teimosa incapacidade de perceber o curso da História «(...) A discussão que se desenrola burocraticamente nas reuniões do Partido é paupérrima (...) Pelo caminho que insiste em tomar, afastando, no percurso, um após outro, os elementos mais prestigiados (...) o PCP coloca-se, em absoluto, fora do campo da possível reconstrução de uma «esquerda europeia». Transformar-se-á numa espécie de seita política, reunida em churrasco, como acontecerá este fim-de-semana, capaz porventura de encher estádios (como certo movimento religioso anualmente faz no Restelo), mas longe de qualquer realidade. Orgulhosamente sós...»

Cáceres Monteiro, em «O Jornal» de 6/4

Como acabamos de ver

«É necessário desenvolver o diálogo no princípio de uma boa-fé de base que implica uma abertura crítica às ideias do outro. Essa espécie de generosidade em que se não discute para ter razão, mas para efectuar um confronto vivo de razões».

Eduardo Prado Coelho, escrevendo sobre «O fantasma do marxismo», no «Público» de 9/4.

Situação das crianças em Portugal



Uma realidade dura e bem amarga

Há fortes razões para encarar com preocupação a situação das crianças no nosso País. Sobram os motivos. Não tanto pela falta de consagração na lei dos seus direitos — no caso até razoavelmente preenchidos —, mas sim pelo fosso que também neste domínio está cavado entre essa existência legal e a realidade propriamente dita, esta, não raro, dura e bem amarga para muitos milhares de crianças.

Comprovou-o o debate parlamentar inteiramente preenchido faz hoje oito dias com uma análise às condições de vida da criança em Portugal, discussão agendada por iniciativa do PRD que se veio a revelar extremamente oportuna e útil, como reconheceram os intervenientes de todas as bancadas, incluindo a do Governo, não apenas por ter permitido re-enseñar problemas como ainda por ter funcionado como um alerta para os gravíssimos atropelos e mazelas que marcam o quotidiano de muitas das nossas crianças.

Este terá sido, aliás, um dos méritos desta iniciativa que se propunha ser — era esse o desejo dos seus promotores, como frisou Hermínio Martinho — «uma reflexão conjunta do pouco que tem sido feito para defender as nossas crianças do abandono, da exploração, da pobreza, da marginalização», ambicionando afirmar-se simultaneamente como uma

oportunidade para «*avançar com propostas concretas que possam conduzir à tomada de medidas adequadas para a concretização dos direitos da criança*».

Foi muito provavelmente esta situação de défilé na adopção de medidas concretas, reconhecida por toda a gente, que permitiu consensualizar as posições das diferentes bancadas, levando-as a apoiar, por exemplo, a ratificação pela Assembleia da República da Declaração Universal dos Direitos da Criança recentemente votada nas Nações Unidas e já aprovada pelo Governo.

Vida sem esperança

Mas se o debate foi negativamente útil, necessário e urgente ele teve também o seu lado «*cruel*», para utilizar o termo empregue pela deputada comunista Odete Santos, pois trouxe para primeiro plano neste final do século,

como disse, «*as vozes das crianças que em bando vagueiam na noite da cidade, vítimas da marginalização, acossados pela droga, por abusos sexuais, pelas sombras de uma vida de adulto sem esperança*».

Foram estas situações particulares que Odete Santos abordou detalhadamente na sua intervenção, apontando causas e responsáveis, em muitos casos comuns aos problemas daquelas outras crianças «*que à noite podem contar com um tecto*», mas que nem por isso deixam de estar em situação de risco.

Situação de risco que tanto pode ter origem nas tensões familiares decorrentes das condições de trabalho a que são sujeitos os pais — «*ritmos de trabalho brutais e longas jornadas*», como lembrou Odete Santos — e que estão na base da própria insegurança da criança, como no sistema de ensino competitivo e selectivo que deixa «*poucas oportunidades de sucesso*» no futuro ou no «*crescimento económico selvagem*», por isso mesmo carente de «*dimensão social*».

«*Criada numa sociedade dominada pela ideologia consumista, assediada pela frustração, pela pobreza, a criança-jovem torna-se um alvo bem recortado no mundo de*



Esperança no futuro?

violência e delinquência», salientou a deputada do PCP, antes de chamar a atenção da Câmara para o facto de os furtos praticados por menores, mesmo roubos, tráfico de droga, prostituição ou a própria violência dos «*skinnheads*» serem, afinal, reflexos «*desta sociedade que não resolve os problemas sociais primários, como a pobreza, a discriminação, o desemprego*».

Trabalho infantil

Não deixa de ser sintomático, entretanto, como tratou de assinalar a deputada comunista, pondo assim o dedo numa das feridas em aberto na sociedade portuguesa, que cerca de nove anos depois de ter sido lançado o primeiro alarme sobre a exploração do trabalho infantil, este flagelo continue a existir, com uma dimensão tal que obriga a que as próprias estatísticas oficiais, embora

seja difícil a sua quantificação, o assinalem.

«*Trata-se de crianças que chegam a trabalhar à hora do almoço* — observou Odete Santos — *nos intervalos das aulas, no próprio termos de aulas, pela noite dentro, em domingos e feriados, em ritmos bruscos porque é preciso cumprir a meta e coser N sapatos, N bainhas em almoçadas, lençóis, toalhas, ou é preciso bordar a ponto de cruz, cruces infindáveis da sua vida*».

E se ao serem obrigadas a começar cedo a vida estas crianças são por isso maltratadas, não o são menos, por outro lado, as que são «*vítimas de maus tratos físicos, psíquicos, que são vítimas de negligência e abandono*».

Sobre estas se deteve também na sua intervenção Odete Santos, lembrando a existência das 20 mil famílias com crianças em situação de risco, «*crianças agressivas, com uma elevada taxa de insucesso escolar, rebeldes,*

acusando debilidade física e atraso ou perturbação mental», crianças vítimas de espancamento, de «*trabalhos constantes, de castigos físicos que deixam marcas no corpo, mesmo queimaduras, que por vezes são amarradas, que se dedicam à mendicância, que são vítimas de abusos sexuais, crianças abandonadas na via pública*».

Crianças, em suma, em alta situação de risco a reclamarem a adopção urgente de medidas que possibilitem uma intervenção eficaz de apoio, desde logo, como tratou de realçar Odete Santos, com a «*despistagem de situações previsíveis*», com uma «*assistência cuidada às famílias durante o período de gravidez*», com a melhoria da assistência materno-infantil, com uma «*política de concentração das medidas preventivas e terapêuticas necessárias*», com uma «*coordenação mais centralizada nas medidas de luta contra a violência*».

Integração europeia: o debate continua

Um importante passo no conhecimento das principais questões com que o País se defronta no âmbito da integração europeia foi dado na passada semana com o debate parlamentar suscitado pelo Grupo Parlamentar do PCP em torno desta matéria.

Ao colocar o Governo perante as suas responsabilidades e ao levar as restantes forças políticas com representação parlamentar a tomar posição sobre questões da maior importância para o futuro do País, designadamente o PS que parecia andar um pouco distraído destas, a bancada comunista evidenciou a sua capacidade da iniciativa política, mostrou o seu inestimável papel na resolução dos problemas nacionais e contribuiu decisivamente para o esclarecimento de questões que interessam sobremaneira ao futuro do País.

Porque é disso mesmo que se trata, do futuro do País,

como sublinhou no último número do «Avante!», porquan-

to são os interesses nacionais e a necessidade dos portugueses serem informados e participarem que estão em jogo.

Uma participação que a importância das questões recomenda seja o mais alargada possível, uma vez que, em causa, hoje, estão transformações decisivas ao nível da Comunidade que irão ter implicações no próprio tratado de Roma e que têm a ver com a União Económica Monetária, com a construção da União Política Europeia pretendida por alguns sectores da Comunidade, com a actual correlação dos poderes inter-institucionais e com os próprios poderes dos parla-

mentares nacionais.

Mas o interesse do debate desencadeado pelos parlamentares comunistas na passada semana residia ainda no facto dele ter constituído um verdadeiro pontapé de saída para o necessário debate público que a partir de agora importa fazer e de ter permitido, simultaneamente, romper o obstinado silêncio que o Governo tem reservado ao tema, como as de uma coutada sua se tratasse.

As denúncias nesse sentido avançadas por todos os quadrantes da oposição e muito em especial pelo PCP, pondo a nu a forma governamentalizadora como o Executivo tem tratado as questões

da CE, com manifesto prejuízo da capacidade negocial e dos interesses nacionais, foram de resto um dos aspectos mais salientes deste debate que certamente não deixarão de produzir os seus efeitos e de obrigar o Governo a arrear caminho.

Tanto mais que — e esta foi sem dúvida uma das principais conclusões dos trabalhos —, ficou comprovado, a par da falta de transparência e de informação ser particularmente escandalosa a não explicitação de uma estratégia nacional de negociação e desenvolvimento, estratégia esta que terá necessariamente de contar, como sublinharam os deputados do

PCP, com a mobilização do País.

Relevo ainda para as iniciativas legislativas apresentadas pela bancada comunista no decorrer da interpelação, visando conferir-lhe uma ainda maior eficácia, num caso um projecto destinado a promover o desenvolvimento regional e local, noutro, um projecto de deliberação preconizando uma troca de informações com os deputados portugueses no Parlamento Europeu e a criação de uma Comissão Eventual que prepare a intervenção da AR no Encontro do Parlamento Europeu com os parlamentares nacionais a realizar em Junho próximo.



Liberdade e rock & Roll

Pode muito bem ter sido coincidência. Embora não sejam muito frequentes e tenham o condão de provocar bastas suspeitas - as mais das vezes justificadas - elas, as coincidências, existem. Pelo que importa sempre salvaguardar o benefício da dúvida.

Não é que a TV disponha assim de um grande capital de dúvidas no que a nós respeita, mas enfim... sejamos magnânimos.

Se a capacidade progamadora da nossa «caixinha» de surpresas televisivas não se regeu por uma maquiavélica lógica, a coincidência da programação de terça-feira do canal 1 foi famosa.

Depois da entrevista com Cavaco Silva, cheia de subliminares mensagens de estabilidade, segurança, progresso, saiu-nos em sorte mais um episódio de Torelo, o polícia de Las Vegas que há não sei quantos episódios anda infrutiferamente à caça de Lucas, o criminoso bem sucedido na vida.

Só que desta vez a história metia um russo, um «mig», agentes da CIA e da KGB, e muita, muita propaganda da maravilha que é o *american way of life*.

A coisa passou-se assim: um russo ansioso de liberdade rouba um «mig», passa impunemente por toda a segurança norte-americana e aterra em Las Vegas onde naturalmente é recebido como um herói. Mulheres, carros, jogo, rock, bebidas, chapéus à *cowboy*, fazem as suas delícias sob a vigilância atenta dos inefáveis polícias americanos desta feita arvorados em anjos da guarda do russo que escolheu a liberdade.

Estavam as coisas neste pé, com as nossas almas a ficarem pasmadas com a facilidade com que se ganham fortunas nos jogos de azar, quando tudo se complica. Eis que o governo americano negocia com os russos a tróca do herói por um espião morto, ou dois, essa parte não foi lá muito clara, para indignação dos telespectadores e dos polícias amargurados com a morte certa com um tiro na cabeça que espera o seu inefável amigo vindo do leste.

É claro que estas coisas não podem acontecer.

É claro que o governo americano, campeão da liberdade e da democracia não manda para morte certa quem escolheu a liberdade americana.

É claro que às vezes os governos, incluindo o americano, precisam de umas ajudinhas extras, quanto mais não seja de polícias duros de Las Vegas que enfrentam as ordens superiores para fazer vingar o amor à liberdade e à democracia.

É claro também que na América tudo se resolve com a imprensa e não há nada como uma boa dúzia de jornalistas para forçar o presidente dos *states* a receber de braços abertos o herói que se preparava para mandar para a morgue russa.

E assim acaba tudo em bem.

Com o russo em liberdade e com muito rock&roll, ou não fosse entregue aos bons cuidados do Rei do dito, o sempre imortal Elvis, que apesar de tudo não apareceu no episódio manifestamente feito depois de o mesmo estar já morto e enterrado.

Perguntar-se-á: mas o que é que a história tem a ver com Cavaco Silva?

Não consta que o homem queira ir para os EUA, goste de rock ou saiba pilotar aviões.

Pois não.

Mas aí é que está a coincidência. Ou não.

A boa vida, o sucesso, a segurança, o progresso, o respeito, onde é que estão?

Com os políticos que têm na Casa Branca o seu modelo paradigmático e na política americana uma permanente fonte de inspiração.

E então podemos parar para pensar um pouco. E chegar à conclusão que ínvios são por vezes os caminhos da propaganda.

É que há sempre duas formas de ver as coisas, como na história do copo meio cheio ou meio vazio.

Se nos lembrarmos dos episódios anteriores do Torelo e companhia chegamos à conclusão de que a morte, a corrupção, o abuso do poder, a droga, a prostituição, o crime organizado são o pão nosso de cada dia da vida de Las Vegas cujas luzes bastam para ofuscar os heróis à americana, mas não para fazer esquecer que na dita «pátria» de liberdade o crime compensa.

Isoladamente, o episódio em causa vale uma coisa; no contexto da série, pode valer outra muito diferente.

Como a política de Cavaco. Com tão boas palavras e tão péssima prática.

E cheia de engodos para quem se deixa levar pela música, pelas luzes e pelos amigos americanos.

Assembleia da República

Deputados do PCP confirmam: Ruptura na rede escolar de Setúbal reclama adopção urgente de medidas

Condições de funcionamento em muitos casos insustentáveis a par de gritantes carências e de situações de extrema gravidade de um ponto de vista social e educativo, configurando no conjunto uma situação geral de ruptura, eis, em traços largos, alguns dos aspectos mais salientes que caracterizam a rede escolar no distrito de Setúbal.

A esta conclusão chegaram recentemente os parlamentares comunistas que efectuaram um amplo programa de visitas a escolas daquele distrito para avaliação da situação actual, périplo durante o qual tiveram ainda ensejo de contactar com responsáveis pelo sector educativo da região.

Realizadas na sequência de uma decisão tomada nas suas Jornadas Parlamentares, estas visitas dos deputados comunistas permitiram observar, nomeadamente, a degradação da rede escolar, facto patenteado nas instalações provisórias que se mantêm há mais de quinze anos sem perspectivas de substituição, nos pavilhões em situação de derrocada iminente (caso das escolas secundárias de Cacilhas e preparatórias da Sobreira e Trafaria), nas salas sem um mínimo de condições para actividades lectivas, nas insuficiências registadas nas redes de água e electricidade ou na impossibilidade de funcionamento em condições de tempo adversas (Secundária de Palmela).

Carências de toda a ordem

José Manuel Maia, Apolónia Teixeira, Odete Santos, António Filipe, Paula Coelho e Victor Costa, puderam constatar igualmente a superlotação que afecta a grande maioria das escolas — decorrente da insuficiência de instalações escolares —, muitas delas a funcionar com o dobro da lotação prevista (Secundária 1 do Seixal e Secundária de Santiago do Cacém), com os prejuízos daí inerentes quer no plano educativo, quer no funcionamento das escolas ou da deslocação forçada de alunos do local de residência, com exigências acrescidas para a rede de transportes escolares.

Aos deputados do PCP não passou despercebida, por outro lado, a falta de condições de segurança existente em muitas das escolas visitadas, situação que decorre

da manifesta insuficiência de pessoal auxiliar, da inexistência em vários casos de pessoal de vigilância, da ausência frequente de policiamento e iluminação exterior ou da vulnerabilidade das vedações existentes. À falta de pessoal auxiliar e de vigilância importa ainda somar, entretanto, como salientaram os deputados comunistas na conferência de imprensa realizada no final do programa de visitas, a extrema precari-



Uma situação geral de ruptura afecta a rede escolar no distrito de Setúbal, designadamente na zona norte, onde são gritantes as carências e as más condições de funcionamento e onde se detectam situações de extrema gravidade de um ponto de vista social e educativo

dade dos vínculos laborais dos funcionários auxiliares, circunstância responsável pela situação de extrema instabilidade que atinge o quadro de pessoal.

A falta de equipamentos básicos essenciais para o seu funcionamento, visível sobretudo na preparatória da Amora e da secundária de

Pinhal Novo, constitui outro dos aspectos para o qual os parlamentares comunistas chamaram a atenção, fazendo notar a propósito a falta ou de refeitórios ou de biblioteca ou de cadeiras ou de salas de convívio ou de espaços adequados para a prática de educação física ou, simplesmente, imagine-se, de locais para abrigo da chuva.

Apoio social reduzido

O corte súbito do Plano de Emergência para o Distrito de Setúbal e a sua substituição pelo pseudo «plano de acção social para situações de emergência», medida governamental que teve como consequência, entre outras, o corte de subsídios de refeição, foi igualmente condenado pelo Grupo Parlamentar do PCP, uma vez que, foi salientado, veio reduzir ainda mais «as já escassas pres-

como o demonstram as situações «graves e absurdas», disseram, que vão desde a escola sem cantina que recebe 900 litros de azeite até à escola sem arcas frigoríficas que recebe «dávivas» da CEE em carne imprópria para consumo.

Do ponto de vista social e educativo, a realidade observada mostra, por sua vez, garantiram os deputados do PCP, sensível aumento nos últimos anos do número de jovens com deficiências físicas e mentais, reconhecidas ou não, a frequentar escolas, sem que exista um mínimo de condições para o seu acompanhamento e ainda para as elevadas taxas de insucesso escolar, repetência e abandono escolar, bem como de situações de desmotivação escolar.

Na sequência destas visitas, os deputados do Grupo Parlamentar do PCP, a par de idênticas iniciativas nou-

tro dos pontos do País, irão agora diligenciar pelos meios regimentais ao seu alcance por forma a que os graves problemas atinentes à rede escolar sejam discutidos na Assembleia da República, com a presença dos membros do Governo responsáveis, tendo em vista ultrapassar a grave situação existente.

tações de apoio social que eram oferecidas a jovens em situações de grande carência económica».

Particularmente verberado, a este respeito, foi a substituição dos subsídios por géneros, géneros esses distribuídos no entender dos parlamentares do PCP de forma irracional pelas escolas,

Desenvolvimento e Justiça Social em debate na União Interparlamentar

A criação de uma nova ordem económica internacional como base indispensável para a resolução do problema do desemprego que actualmente afecta 80 milhões de pessoas foi defendida pelo deputado comunista João Amaral no decorrer da 83.ª Conferência da União Interparlamentar (UIP), realizada na passada semana, em Nicósia, Chipre, sob o lema «Emprego, Formação

Profissional e Novas Tecnologias na Perspectiva do Desenvolvimento e da Justiça Social».

Desenvolvimento e Justiça Social que na perspectiva do deputado do PCP têm de passar necessariamente pelo encontrar de soluções para alguns dos principais problemas que hoje afectam numerosos países, designadamente as questões da dívida externa e

das transferências de tecnologia.

João Amaral chamou ainda a atenção para a necessidade de «defender e reforçar a inscrição do direito ao trabalho e do direito à formação profissional como direitos fundamentais e património dos cidadãos considerados individualmente», preconizando por outro lado o avanço da regionalização e do reforço dos municípios «como instrumentos deci-

sivos de participação dos cidadãos no processo de desenvolvimento».

«A solução dos problemas do emprego e formação profissional — afirmou João Amaral a concluir a sua intervenção — exige uma nova política económica mundial que tenha no centro das suas preocupações o Homem e as suas necessidades de realização pessoal a todos os níveis».

Trabalhadores

Jornada de luta

Sublinhada a exigência da regionalização

Continua na ordem do dia a defesa de direitos elementares

A acentuada convergência de reivindicações laborais por satisfazer, há muito tempo defendidas pelo movimento sindical, voltou a manifestar-se em grandes cidades como Lisboa, Porto, Coimbra, Aveiro e outras localidades do País, em 5 e 6 do corrente, nas diversas formas adequadas a cada sector, local de trabalho ou região.

Castanheira de Pera, por exemplo, mostrou bem sexta-feira passada, com uma concentração no centro da vila, como a questão do emprego e do próprio direito ao trabalho continua a congregar os esforços sindicais dentro do máximo de unidade, pois afecta, como é o caso, praticamente uma população inteira.

Ao reflectir isso mesmo, a União dos Sindicatos de Lei-

ria, que reuniu o plenário de activistas sindicais naquela localidade, no próprio dia da concentração, demonstrou, por outro lado, que os problemas são tão graves que não podem ser resolvidos olhando apenas para os seus aspectos relacionados com o trabalho do dia-a-dia.

O plenário dos activistas sindicais sublinhou a indispensável exigência da **regionalização**. Como foi dito à Comunicação Social, aqueles activistas exigiram «**uma efectiva regionalização do País, que a não ser feita rapidamente, terá como consequência a breve prazo o aparecimento de muitas outras situações** (como a da fábrica de lanifícios Fernandes Antunes, de Castanheira de Pera, que não paga salários nem garante o emprego),

não só no distrito de Leiria como em muitos outros pontos do País, e que estão prestes a explodir à medida que nos aproximamos de 1993».

Nos aspectos mais relevantes da jornada de luta promovida pela CGTP-IN na semana passada inclui-se também a participação de diversas áreas da **Administração Pública e das autarquias locais**. Assim sucedeu em Lisboa e noutras cidades, com variadas iniciativas dos sindicatos, designadamente da Função Pública e do STAL.

Para despertar melhor a atenção da opinião pública, houve, até, no Rossio, em Lisboa, a reunião de um «**conselho de papagaios**», criticando ironicamente o Governo e especialmente os

seus organismos que lidam (ou deveriam lidar) com as questões laborais e as reivindicações dos sindicatos.

De uma forma ou doutra, participou na jornada toda a CGTP e a maior parte do movimento sindical. Além dos apelos à continuação da luta, prevista ou anunciada já em vários sectores de actividade, sublinhe-se a proximidade do 25 de Abril e do 1.º de Maio, que devem constituir motivo



para grandes concentrações e movimentação de massas, com objectivos iguais ou semelhantes aos apresentados na jornada de 5 e 6 do cor-

rente: melhores salários, redução do horário de trabalho, defesa dos direitos individuais e colectivos, melhor protecção social.



Função Pública em peso nas ruas de Lisboa, a semana passada

Carris

Municipalização é rebate falso

Ao mesmo tempo são sonegados na TAP direitos sindicais tão elementares como o de reunião para eleger delegados sindicais

A municipalização da Carris é inviável. A ocorrer, tratar-se-ia, segundo a Festru, de «**uma falsa municipalização**». O Governo pretendia, segundo a mesma fonte, alijar responsabilidades, enquanto tentaria manter «**o seu poder de decisão em matéria de política de transportes para a região**» lisboeta.

Numa nota sobre o assunto, a Festru (Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos) afirma que o Governo tentaria, com o seu projecto, manter tanto o poder de decisão política como «**o poder de decisão na gestão das empresas**».

Para a Festru, o que o Governo e especialmente o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações tentam concretizar é a «**municipalização dos custos**».

As câmaras municipais «**pagariam, aclma das suas possibilidades e sem qualquer contrapartida financeira do Estado, os custos resultantes de decisões tomadas pelo Governo**».

Sobrecustos de 2 milhões

A Festru, que salienta o facto conhecido de terem

passado cinco anos sem que a Carris tivesse adquirido qualquer autocarro, acrescenta que essa falta de investimento trouxe «**sobrecustos da ordem dos dois milhões de contos**».

Esta situação é, aliás, reconhecida pelo próprio presidente do conselho de administração da empresa.

Além de não implicar o que quer que seja de positivo para os trabalhadores da Carris, a aludida municipalização poderia — lembra a Festru — acabar com a **tarifa social**, com todos os prejuízos que daí adviriam para os utentes.

Direito de reunião sonegado na TAP

A direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul protestava, entretanto, contra o impedimento da realização de um plenário sindical no refeitório da TAP.

Marcado para 5 e 6 do corrente, o plenário destinava-se à eleição de delegados sindicais.

A administração daquela empresa pública fez saber que não permitia a realização daquele acto nas instalações

do refeitório «**por motivos de segurança**».

A direcção do Sindicato pergunta, com alguma ironia, se «**os dirigentes sindicais e os trabalhadores do refeitório são pessoas perigosas**».

O Sindicato conclui uma nota da passada quinta-feira sublinhando que **não vai permitir que «esta situação se mantenha»**. Para isso já pediu «**a intervenção urgente da Direcção-Geral das Relações Colectivas de Trabalho** (organismo dependente do Ministério do Emprego e Segurança Social), para se regor a legalidade e para ela chamar a atenção dos dirigentes da TAP.

Encontro da RN

Para tratar sobretudo do anunciado desmembramento da Rodoviária e a sua transformação em empresa de capitais públicos, bem como de outras questões relacionadas com a situação da empresa, os trabalhadores da RN realizaram, sábado passado em Lisboa, o seu 2.º Encontro, em que participaram trabalhadores, quadros, e convidados, entre os quais Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CGTP-IN.

Privatizações

Direitos em questão no novo quadro legal

Os representantes dos trabalhadores do sector público e nacionalizado da economia (SEE, como também é conhecido) voltaram a manifestar o seu empenho na defesa e no exercício dos direitos sindicais e das comissões de trabalhadores. Numa reunião de trabalho, quinta-feira passada em Lisboa, ficou bem clara a necessidade de fazer valer em todas as circunstâncias os direitos constitucionais. Depois de analisarem situações concretas, aqueles representantes, membros das ORTs, chegaram às seguintes conclusões:

«1. A defesa dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores assume um carácter determinante e prioritário em cada empresa concreta.

Os processos de negociação da contratação colectiva e a luta reivindicativa, o exercício dos direitos sindicais e das CTs são os momentos decisivos para defender e alcançar direitos.

O acórdão do Tribunal Constitucional, na parte que faz jurisprudência sobre os direitos legais e contratuais dos trabalhadores, deve constituir um instrumento jurídico que deve ser aliciado e estar presente na acção, na negociação, nas alterações estatutárias e na luta em defesa dos direitos individuais e colectivos.

«2. Face às operações de desmembramento e pulverização das empresas, para além da denúncia e da resistência aos

objectivos e consequências económicas e sociais negativas, há que responder com formas de organização sindical e de CTs, visando a coordenação e a cooperação dos trabalhadores da empresa originária» (visada).

«3. A defesa do SEE, a exigência da sua dinamização, reestruturação e modernização, no quadro da defesa e concretização dum projecto nacional de desenvolvimento económico e social, constitui uma tarefa complexa e prolongada, que terá êxito e expressão com uma alternativa democrática a este Governo e à sua política.

«4. Há a necessidade de prosseguir com a mobilização dos trabalhadores pela defesa dos seus direitos e do SEE, a necessidade de informar a opinião pública quanto aos verdadeiros objectivos da privatização e suas consequências para a população, para os trabalhadores e para a independência e economia nacionais.

«5. As organizações decidiram empenhar-se activamente na preparação das comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio, como pontos altos da unidade e da luta dos trabalhadores em defesa do SEE, do progresso e da justiça social».

O comunicado com estas conclusões foi assinado em 5 do corrente pelas organizações promotoras da reunião: CGTP, CIL e Coordenadora das CTs da Banca, designadamente.

Carlos Brito: três dias de intensos contactos na região

Quatro dos muitos problemas do Algarve no centro de uma visita de trabalho

A praia de Faro, a Universidade do Algarve, a agricultura e a «Via do Infante» foram temas salientes do conjunto de contactos recentemente estabelecidos pelo deputado comunista **Carlos Brito**, membro da Comissão Política do PCP, na região do Algarve. Nesta deslocação, que envolveu três dias de trabalho, o presidente do Grupo Parlamentar do PCP foi apoiado pela Direcção Regional do Partido (DORAL). O seu responsável, camarada Carlos Luís Figueira, membro da Comissão Política do CC, acompanhou Carlos Brito neste itinerário, recheado de contactos e encontros, nomeadamente com as populações, empresas e entidades oficiais. O balanço seria depois apresentado à Comunicação Social, já no passado dia 7, numa unidade hoteleira de Faro. Na ocasião, o líder da bancada comunista avançou os pormenores desta visita.

Confirmam-se as preocupações há muito manifestadas pelo PCP em relação à salvaguarda do ecossistema de grande importância para a economia regional.

Tomámos conhecimento de um Plano de Pormenor de Ordenamento elaborado no quadro do poder central e neste momento em apreciação no Município de Faro.

Praia de Faro

Independentemente da opinião que viemos a formar sobre este plano de ordenamento (o que não nos é possível fazer agora dado o breve contacto que com ele tivemos), entendemos que a preocupante situação na Praia de Faro exige um plano global e multidisciplinar, (que obviamente não se pode ficar pelo ordenamento urbanístico) que vá ao fundo das questões e procure contrariar o perigoso processo de erosão que se está a verificar. Entendemos que só com um plano global, amplamente discutido e divulgado, será possível mobilizar num processo comum a população, as autarquias, os agentes económicos, conjuntamente com a administração central.

Universidade do Algarve

Foram efectuados encontros com a direcção da Associação de Estudantes e com docentes da Universidade do Algarve, informou Carlos Brito.

Confirma-se, entre muitos outros problemas, a persistência de uma inadmissível situação de descriminação na Universidade algarvia que é, neste momento, a única do País que não tem autonomia, por reiterada oposição do Reitor.

Mantém-se um deficiente funcionamento dos serviços sociais, em relação aos quais se salienta como reivindicando prioritária dos estudantes a construção de uma cantina. Torna-se também imperioso assegurar o reconhecimento oficial dos cursos ministrados na Universidade para funções docentes, o que actualmente não acontece por absurdas complicações burocráticas do respectivo Ministério. O alargamento dos cursos e dos quadros docentes da Universidade sob duas condições indispensáveis à sua consolidação e à afirmação do prestígio nacional e internacional desta instituição comprometi-

da com os problemas com que se tem estado a debater. Levaremos estas questões — garantiu Carlos Brito — à Assembleia da República e ao Governo, bem como a afirmação que nos foi feita pelos estudantes de que a solução dos problemas da Universidade passam pela destituição do actual reitor.

Agricultura algarvia

Os contactos efectuados mostraram que persistem as graves consequências das intempéries de Novembro e Dezembro passado, as quais

munitários é necessário insistir na melhoria da sua gestão tornando-a mais transparente e participada pelos interessados.

É igualmente necessário pressionar o Governo para que inicie em Bruxelas um processo negociado tendo em vista diminuir a participação nacional em relação ao quadro comunitário de apoio.

Torna-se cada vez mais evidente que é indispensável uma estratégia de especialização da agricultura envolvendo a necessária reconversão das explorações agrícolas, o apoio técnico aos agri-

produção agrícola regional ou à fácil apropriação por estrangeiros desta importante actividade económica.

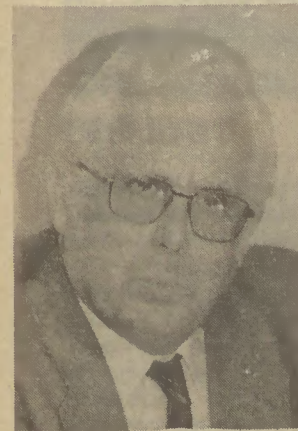
Via do Infante

Visitámos as obras da ponte do Guadiana, que impressiona positivamente pela sua grandiosidade e importância para a região. Apesar do atraso, que parece dever-se a complexos problemas técnicos verificados com a execução da obra, tudo indica que esta estará terminada em meados do próximo ano. Podemos verificar que do lado de Espanha a estrada de acesso à ponte já está construída. Do lado português vão iniciar-se agora as primeiras terraplanagens do acesso à via longitudinal. Esta situação põe em grande evidência as graves responsabilidades do Governo e da Junta Autónoma de Estradas, pelo atraso que se está a verificar, fruto do polémico traçado escolhido e da intransigência com que se tentou impô-lo. O grupo Parlamentar do PCP tomou a iniciativa de propor na Assembleia da República que a Comissão Parlamentar de Equipamento So-

cial ouça com a maior urgência o presidente da JAE.

Entendemos que devem ser esclarecidas as responsabilidades pelo reiterado incumprimento das normas comunitárias em relação aos estudos de impacto ambiental que deveriam ter antecedido a elaboração do projecto e que levaram a Comissão da CEE a suspender o financiamento comunitário que era da ordem dos 10 milhões de contos.

Pensamos que devem ser igualmente esclarecidas as condições em que foram adjudicados o projecto de execução e o processo de decisão sobre a adjudicação da obra. Devem finalmente ser esclarecidas as condições e os critérios em que decorrem as expropriações, designadamente no Vale da Asseca, que motivam clamorosos protestos dos proprietários atingidos. Entendemos que estes esclarecimentos devem ir até ao fim. O Grupo Parlamentar do PCP não exclui a possibilidade de promover um inquérito parlamentar a todo este complexo e intrincado processo da Via do Infante, se tanto for necessário. Esta atitude não significa, natural-



mente, oposição à Via do Infante, mas um grande empenhamento na sua realização em condições, servindo da melhor forma o Algarve e o País.

«Como nota final desta comunicação queremos dizer-vos que o contacto com estes importantes problemas do Algarve, mais nos convenceu da urgência da regionalização. Com a concretização desta importante reforma de fundo e a existência da Região Administrativa do Algarve os problemas abordados teriam seguramente melhor e mais pronta solução», conclui Carlos Brito.

Nota da Comissão Política do Comité Central do PCP

1. A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português reuniu ontem para analisar a situação política e social e os trabalhos preparatórios do XIII Congresso (Extraordinário). Deliberou saudar as recentes lutas dos trabalhadores e renovar o seu apelo aos democratas e ao povo português para que o 25 de Abril e o 1.º de Maio sejam expressivas jornadas de unidade e luta por uma alternativa democrática.

2. A Comissão Política assinala que o Governo, face ao seu crescente descrédito, à redução da sua base de apoio e à sua própria desagregação (de que é mais um sinal a demissão ontem do Ministro Oliveira Martins), acelera a sua gravosa política, empenhando-se ao mesmo tempo numa vasta campanha de demagogia e eleitoralismo. As lutas de massas em desenvolvimento, a condenação da política autárquica do Governo contida nas conclusões do Congresso da Associação Nacional de Municípios, as «manobras ecologistas», de Cavaco Silva em torno de um pretenso Plano Nacional do Ambiente, objecto de justa e pronta contestação, e o anúncio de um Serviço Militar Obrigatório (SMO) mais curto, são algumas das mais recentes expressões dessa situação.

3. A Comissão Política sublinha que a decisão do Governo de reduzir a duração do SMO vai de encontro aos anseios da juventude e da proposta que o PCP oportunamente apresentou na Assembleia da República, mas alerta que tal medida não pode nem deve significar uma evolução no sentido da profissionalização das Forças

Armadas. Nem os interesses e a situação do País, nem o clima de desanuiamento internacional justificariam tal medida. Por outro lado, não deve relegar-se para segundo plano a necessidade de dignificação e melhoria do SMO.

4. A Comissão Política, na análise que faz do Congresso do PSD, destaca três traços principais: a acentuação e aprofundamento de grandes contradições internas e a contestação aberta a Cavaco Silva, a ausência de qualquer debate sério de ideias e problemas do País, e a repetição por Cavaco Silva da chantagem da «instabilidade política» junto dos eleitores que se afastam do PSD. Estes traços são consequências naturais do falhanço do Governo, do já referido crescente isolamento político e social e da perspectiva de uma derrota eleitoral em 1991.

5. A Comissão Política debruçou-se sobre o «Pré-Projecto de Bases e Princípios para o Programa do Governo do PS». No Pré-Projecto existem ambiguidades e propostas negativas, designadamente em relação à privatização e reestruturação do Sector Empresarial do Estado e ao condicionamento do aumento dos salários reais, às melhorias na produtividade e a não «prejudicar o aumento dos lucros empresariais». Cabe salientar, por outro lado, a existência de um conjunto de orientações e medidas que vão de encontro à proposta de «Plataforma para uma alternativa democrática» apresentada nas Teses para o XIII Congresso (Extraordinário). Bom será que os dirigentes do PS abandonem as ideias de «bipolarização».

Abonos de emigrantes em França

O Gabinete de Imprensa do PCP divulgou terça-feira a nota que a seguir publicamos, comentando o facto de as autoridades francesas terem anunciado que vão passar a pagar abonos de família aos filhos dos emigrantes portugueses que residem em Portugal pelo valor vigente em França.

O anúncio de que a França vai finalmente passar a pagar abonos de família aos filhos dos emigrantes portugueses que vivem em Portugal em valores iguais aos que receberiam se vivessem em França, culmina uma longa, persistente, e justa luta dos trabalhadores emigrantes em defesa dos seus legítimos direitos.

O PCP congratula-se pelo facto de ter estado desde sempre na primeira linha da defesa desta justa reivindicação. Foi o PCP quem, no Parlamento Europeu, apresentou o relatório — que viria a ser aprovado por unanimidade — que estabelece a uniformização do abono de família tomando como base as regras do país de origem.

A França é um dos países da CEE que tem revelado maior relutância em cumprir as decisões do Parlamento Europeu sobre a matéria e só a sua condenação pelo Tribunal de Justiça da CEE veio permitir que os trabalhadores portugueses emigrantes nesse país comecem a usufruir de um direito que, na generalidade dos casos, já era respeitado no conjunto dos países da CEE.

O PCP entende ainda — entendimento que decorre de decisões do Parlamento Europeu e da Comissão das Comunidades — que a França deveria pagar estes abonos com retroactivos desde Janeiro de 1986. Porém, dadas as lamentáveis cedências do Governo português em acordos bilaterais com o governo de França, os emigrantes portugueses serão, uma vez mais, prejudicados e apenas receberão retroactivos a partir de Janeiro de 1989.

«hegemonização da esquerda», «esvaziamento eleitoral do PCP» que constituem obstáculos aos passos que as forças democráticas devem dar no sentido do entendimento. Desde já o PCP reafirma a sua disponibilidade para o diálogo e para o exame, em conjunto com o PS e outras forças democráticas, de um Programa de Governo que possa ser apoiado por todos os democratas para a viabilização de uma alternativa democrática.

6. A Comissão Política considerou também outros problemas decorrentes da política de Cavaco Silva e, pelo seu significado social e económico, destaca:

- A acentuação do trabalho precário, a continuação de uma significativa taxa de desemprego, que no fim de 1989 significava cerca de 300 mil desempregados e a manutenção de uma elevada percentagem de trabalhadores com os salários em atraso. Segundo fonte sindical, só nos distritos de Braga, Porto e Lisboa são cerca de 21 mil os trabalhadores nessa situação, bem longe dos 12 mil em todo o País apontados pelo Ministério do Trabalho, que assim procura diminuir a gravidade da permanência desta chaga social.

- O facto de 33 mil agricultores terem sido excluídos no presente ano do acesso às indemnizações compensatórias, o que os prejudica duplamente, pois desta forma não recebem igualmente uma indemnização de 20 mil ECU atribuídos pela CEE aos prejuízos das intempéries de 1988.

- A manutenção, pelo Governo e Ministro da Educação, da Prova Geral de Acesso (PGA), apesar da contestação unânime dos estudantes, pais e professores, PGA que, além de inconstitucional e ilegal, tem um carácter de profunda discriminação social e vai afastar, mais uma vez, milhares de alunos do Secundário da entrada no Ensino Superior Público.



Agostinho Lopes apresentou anteontem à comunicação social as principais conclusões da reunião de segunda-feira da Comissão Política. Acompanhado por Vítor Dias, do Comité Central, aquele membro suplente da Comissão Política do CC respondeu depois às perguntas dos jornalistas

- A verificação de que os últimos dados referentes à evolução da indústria transformadora demonstram uma acentuada desaceleração nos índices de produção industrial, desaceleração ainda mais significativa porque é acompanhada por evolução negativa no sector da produção de bens de equipamento.

- A concretização pela França, este mês, das novas modalidades de prestações familiares aos emigrantes portugueses culmina uma justa luta destes, que o PCP sempre apoiou, inclusive na Assembleia da República e no Parlamento Europeu. A Comissão Política, saudando os emigrantes por esta importante vitória, lamenta que os retroactivos se fiquem por Janeiro de 1989, facto a que não é estranha a postura pusilânime do Governo português.

Estão ainda previstas, até ao Congresso, mais 561 Assembleias e 1173 reuniões.

7. A Comissão Política apreciou ainda a actividade do Partido e da JCP nas últimas semanas. Realça as diversificadas iniciativas realizadas, como o Debate sobre as Vias Férreas (Vila Real), o Debate sobre o futuro dos têxteis e o Acordo Multifibras, o Fórum Distrital, da CDU no Porto, as iniciativas na Assembleia da República, com destaque para o

Debate sobre os problemas da mulher e a Interpelação sobre a integração europeia, a V Conferência Nacional do Ensino Superior e o III Encontro do Ensino Secundário, realizados ontem na Faculdade das Letras, e o Convívio na Quinta da Alataia, onde milhares de camaradas participaram com entusiasmo naquele que foi o primeiro início no local da futura Festa do «Avante!».

É este Partido atento e co-nhecedor dos problemas do povo e do País que simultaneamente leva a cabo a preparação do seu XIII Congresso (Extraordinário). Num intenso, amplo e democrático debate, mais de 12 mil comunistas, em cerca de 500 reuniões, debateram as Teses, enriquecendo e fazendo propostas de emendas ao documento a apresentar ao Congresso.

Devemos sublinhar, apesar de dificuldades e deficiências, o significado ímpar da participação livre e democrática de milhares de militantes do PCP no seu Congresso, sem qualquer semelhança com qualquer outra força do quadro partidário português.

Lisboa, 10 de Abril de 1990

Nacional

Comemorações populares do 25 de Abril

Cerca de trezentas e cinquenta personalidades da vida política e cultural subscreveram o apelo à participação popular nas comemorações do 16.º aniversário do 25 de Abril.

O apelo intitula-se «16 anos depois: todo um caminho a percorrer», sublinhando os seus signatários que «quando as desigualdades económicas acentuam o fosso social, quando se restringem direitos e se agrava a insegurança no trabalho, quando a maioria dos jovens se sente frustrada e continua a encontrar dificuldades no

acesso à Universidade, quando o individualismo selvagem e a violência irrompem na sociedade, o 25 de Abril continua a manter a sua actualidade na sociedade, o 25 de Abril continua a manter a sua actualidade de promessa não esgotada, de esperança de combate, de caminho que «queremos percorrer».

Além deste apelo, que refere concretamente o desfile na Avenida da Liberdade, em Lisboa, as comemorações populares do 25 de Abril estão a ser preparadas por todo o País.

No Porto, como habitualmente, diversas associações culturais dirigiram um apelo a todas as organizações populares e avançam com a preparação das comemorações, que deverão ter lugar na balxa da cidade, na noite de 24 e no dia 25 de Abril.

Aniversário do PCP comemorado na emigração

Não será exagero dizer-se que o 69.º aniversário do Partido Comunista Português, que passou recentemente, foi assinalado um pouco por todo o Mundo, em diversos continentes e países onde vivem e trabalham portugueses.

Assim aconteceu nos países de língua oficial portuguesa. Em várias nações europeias — RFA, França, Holanda, Suíça, Lu-

xemburgo, etc. No continente americano, caso do Canadá onde esteve o camarada José Deq Mota, que participou em várias iniciativas. Também na longínqua Austrália (Sidney), o aniversário do PCP foi evocado.

Na foto, momento do convívio realizado em Roterdão, na Holanda, com a participação do camarada Martins Coelho, do CC (18 de Março).



Cheias do Douro

Há quem esteja ainda à espera...

— alertam comunistas da Régua

A organização concelhia da Régua do Partido Comunista Português discutiu alguns problemas locais e apreciou a situação organizativa do Partido.

Além de manifestar a sua preocupação pela situação económica e social dos trabalhadores no concelho, com dificuldades de emprego e em muitos casos sem actualização de categorias profissionais, como acontece na construção civil, nomeadamente na Empresa Construtora do Douro, os comunistas da Régua alertam para a situação que ainda se mantém decorrente dos prejuízos provocados pelas cheias do Douro. Apesar das promessas feitas, continuam muitas pessoas à espera das indemnizações e do pagamento dos seguros. Exige-se uma prontidão maior e o cumprimento das promessas governamentais.

Foi decidido proceder a uma reestruturação da organização do Partido no concelho e, com esta preocupação, promover a próxima eleição da nova Comissão Concelhia do PCP na Régua no dia 27 de Abril, às 21 horas.

No âmbito da preparação do XIII Congresso do PCP e tendo em vista a eleição dos delegados concelhios, decidiu-se convocar uma assembleia plenária para o próximo dia 27.



Apesar das promessas, há muita gente à espera das indemnizações e do pagamento dos seguros

Juventude

Jovens comunistas debatem superior e secundário

Impõem-se mudanças de fundo na política educativa

Quem teve oportunidade de entrar no anfiteatro, onde se realizou, no passado domingo, o III Encontro Nacional do Ensino Secundário ficou certamente surpreendido com a vivacidade, entusiasmo e número dos jovens que participavam na discussão dos graves problemas que afectam as escolas. A escassa distância dali, também sob o tecto da Faculdade de Letras de Lisboa, estudantes do superior estavam reunidos desde a manhã de sábado com o objectivo de analisar e definir propostas para o ensino superior.

Durante os dois dias de trabalhos da V Conferência Nacional do Ensino Superior (CNES), mais de 120 estudantes participaram nos debates, que revelaram, segundo Manuel Coelho da Direcção Central desta estrutura da JCP, «um bom nível de discussão e participação de que resultou um amplo conjunto de propostas importantes».

No sábado funcionaram três secções temáticas dedicadas respectivamente ao movimento estudantil, política educativa e ensino superior politécnico e universidades regionais. As conclusões e propostas foram depois apresentadas à apreciação geral da conferência, nas sessões plenárias que ocuparam o domingo.

Sobre a autonomia universitária, os estudantes comunistas do superior sublinharam que a lei não pode contribuir para a desresponsabilização do Governo, nomeadamente para o corte das verbas necessárias ao seu funcionamento. Por outro lado, a conferência exigiu a aplicação imediata da lei à Universidade do Algarve, e a correcção dos graves atropelos à participação estudantil na Universidade Nova de Lisboa.

A política do Governo, de continuar a apoiar o ensino superior privado, foi condenada pelos participantes da V CNES, que consideraram dever antes aquela apontar para uma expansão do ensino público como resposta às reais necessidades do País. Ainda neste ponto foi assinada a necessidade de se

proceder a uma fiscalização da qualidade pedagógica e científica das escolas superiores privadas.

Relativamente ao ensino superior politécnico, foi salientada a urgência da regulamentação e aplicação da lei

tamento dos fundos comunitários para a expansão do ensino superior público, a divulgação dos programas de intercâmbio e o aumento das bolsas concedidas para estudos em países membros da CEE.

O movimento estudantil esteve também no centro dos debates, assinalando-se que se deverá orientar para a defesa e aprofundamento dos direitos dos estudantes, incentivar a participação e a criação de espaços de convívio e de difusão cultural e científica, para o enriquecimento da formação humana dos estudantes. O movimento

ganização e desta aos estudantes e ao movimento estudantil.

Os participantes na conferência reconheceram que a intervenção da JCP, através de iniciativas próprias nas escolas do Ensino Superior, permanece a níveis insuficientes, existindo, porém, condições para se expandir.

Durante os trabalhos foram aprovadas várias

foram os principais pontos debatidos pelos mais de 150 jovens que enchiam o anfiteatro, sempre prontos a aplaudir calorosamente uma boa intervenção dos seus camaradas.

O tom aguerrido que marcou o encontro reflectiu-se naturalmente no conteúdo do documento aprovado, onde se dá conta de uma grande animação do movimento es-

nomia por parte dos conselhos directivos, que impedem o trabalho e interferem nos processos eleitorais.

A luta contra o sistema de acesso ao ensino superior atingiu um ponto alto logo a seguir à entrada em vigor da nova lei, cuja contestação reuniu o consenso geral nas escolas, desde estudantes a professores. O encontro qualificou as acções de milhares



da autonomia que respeite a especificidade de cada escola e ponha fim aos regimes de instalação, que impedem a participação estudantil na gestão das escolas.

A conferência focou o apoio social estudantil, em que defendeu o aumento substancial do montante das bolsas de estudo e do leque de estudantes abrangidos, para além da sua participação na gestão e fiscalização dos serviços sociais.

O estatuto dos trabalhadores estudantes foi igualmente objecto de análise, apontando-se a necessidade do seu alargamento, adaptação dos horários, currículos e métodos de ensino às suas condições específicas.

A V CNES abordou ainda temas como as saídas profissionais, em que advogou a criação de gabinetes especiais nas escolas, o aprovei-

mentário foi definido como uma força interveniente na realidade que extravasa as barreiras da escola.

No último ponto dos trabalhos, foi eleita a Direcção Central do Ensino Superior (DCES), agora composta por 34 membros, o que aumentou o número de escolas directamente ligadas à DCES.

Para o reforço e renovação da organização, viu-se como indispensável dar mais atenção ao recrutamento e ao trabalho de fundos; melhorar o trabalho de informação, imprensa e propaganda; dinamizar a criação e funcionamento de mais colectivos de escola e áreas de intervenção; promover a realização de assembleias de organização; estudar formas que permitam a participação de estudantes não-comunistas; fortalecer as direcções de academia e sua ligação à or-

moções, nomeadamente sobre o serviço militar, o aumento das propinas, o 25 de Abril e o 1.º de Maio, e uma saudação ao XIII Congresso Extraordinário do PCP.

A V CNES contou com a presença de muitos convidados, entre os quais se contaram, em representação do PCP, Luís Sá, da Comissão Política, que interveio na sessão de encerramento, e Elvira Nereu, do CC do PCP.

O secundário não é conversa acabada

Foi num ambiente vivo, participado e mesmo entusiástico que decorreu o III Encontro Nacional do Ensino Secundário. O movimento estudantil e a política educativa

de estudantes de todo o País exigindo a suspensão da lei e a defesa do direito de entrada na faculdade, a maior expressão de protesto dos últimos anos no movimento estudantil do secundário. Os presentes consideraram que existem condições para continuar a luta, como o demonstra, designadamente, a actividade das comissões e movimentos que, de norte a sul, desenvolvem acções de protesto.

A JCP considera que tem desempenhado um papel importante, demonstrando um grande empenho no desenvolvimento do movimento associativo, pela unidade e ampla participação estudantil.

Foram, entretanto, apontados como graves entraves a não regulamentação total da lei e o não cumprimento da mesma por parte do Ministério. Por outro lado, o encontro referiu que o processo de legalização das associações de estudantes tem sido muito lento, verificando-se discriminações na atribuição de subsídios, violações da sua auto-

de estudantes de todo o País exigindo a suspensão da lei e a defesa do direito de entrada na faculdade, a maior expressão de protesto dos últimos anos no movimento estudantil do secundário. Os presentes consideraram que existem condições para continuar a luta, como o demonstra, designadamente, a actividade das comissões e movimentos que, de norte a sul, desenvolvem acções de protesto.

A JCP advoga, assim, o fim do *numerus clausus* e a revogação da lei de acesso, com base no projecto-lei apresentado pelo PCP na Assembleia da República, que prevê no prazo de 3 anos a aplicação de um plano de desenvolvimento do ensino superior.

A política educativa foi também alvo de condenação no encontro, que denunciou a falta de orientação escolar, vista como uma questão de grande importância para os estudantes, particularmente na opção das áreas vocacionais, bem como a excessiva extensão dos programas, que não permite a sua conclusão na maior parte dos casos. A degradação acelerada das instalações, a superlotação das escolas, a falta de infra-estruturas e áreas para a prática desportiva, entre outros, são igualmente objecto de justos protestos e reivindicações dos jovens comunistas do secundário.

Neste sentido, o III Encontro Nacional do Ensino Secundário da JCP aprovou um apelo a todos os estudantes para que, em unidade, exijam condições de ensino dignas e dinamizem a sua actividade no seio das associações.

O encontro aprovou ainda linhas de orientação, com vista ao reforço da autonomia e do trabalho de direcção, e elegeu a Coordenadora Nacional do Ensino Secundário.

Campo de tiro de Alcochete

Alarga-se a luta contra o alargamento

O alargamento da luta contra o alargamento do campo de tiro de Alcochete ressaltou de um curto balanço feito pelo 3.º encontro de estruturas envolvidas nesta movimentação. No encontro, que reuniu domingo passado no salão nobre da CM do Montijo, foi perspectivada de forma mais concreta a acção «De mãos dadas, do Montijo a Alcochete», marcada para o próximo dia 22.

A Câmara Municipal de Santarém não só se solidarizou com este movimento, mas chamou a si a responsabilidade de, em conjunto com Benavente, mobilizar outras autarquias do distrito ribatejano. Note-se, aliás, que já anteriormente, a CM do Cartaxo aderiu à luta.

Miguel Boeiro, presidente da Câmara de Alcochete, deu a conhecer que o próprio

Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, pela primeira vez — e ainda que não se referisse explicitamente ao campo de tiro de Alcochete —, exigiu nas suas conclusões que a instalação e ampliação de instalações militares passem pelo conhecimento e audição das autarquias locais directamente visadas. A Associação dos Municípios dos

Distritos de Setúbal e a própria Assembleia Distrital tomaram posições públicas convergentes.

A dinamização da iniciativa de dia 22 tem cabido às câmaras municipais de Alcochete, Benavente (concelho onde o campo de tiro está instalado, na freguesia de Samora Correia), Montijo e Palmela, o Movimento das Zonas Livres de Armas Nucleares (ZLAN), o Conselho Português para a Paz e a Cooperação (CPPC), o movimento sindical unitário, a Comissão de Paz do Montijo e partidos políticos democráticos.

Outras organizações têm engrossado a torrente da luta

e da mobilização, tais como o MDM e o MURPI.

Jacinta Ricardo, presidente da Câmara Municipal do Montijo, informou que em reunião recente com colectividades e outras estruturas populares do concelho, designadamente para elaboração das comemorações do 25 de Abril, foi patente o interesse de muitas delas em participar no cordão humano de 22 de Abril.

Outras câmaras inseriram este cordão humano no próprio programa do 25 de Abril, a demonstrar que as preocupações extravasam largamente a simples delimitação territorial.

Se é verdade que o ministério do Ambiente recebeu uma

delegação de municípios próximos do campo de tiro (mas não augurando da sua parte uma postura activa), não é menos verdade que o Primeiro-Ministro Cavaco Silva lhes afirmou que na sua agenda não havia disponibilidade para tratar — com eles — tal assunto.

No domingo, 22 de Abril, a partir das 10 horas, estarão certamente muitos amantes da paz e da reserva natural do Tejo. O cordão humano, segundo os seus organizadores, não será coisa estática. Ele próprio progredirá, rumo a Alcochete, animado certamente por ranchos, bandas, grupos teatrais, desportistas, sem faltar a alegria das crianças.

Internacional

CIMEIRA EM MAIO

Previstos novos passos no caminho do desarmamento

A segunda cimeira Gorbachov-Bush, vai realizar-se nos Estados Unidos, de 30 de Maio a 3 de Junho. A informação foi divulgada no decurso das conversações, em Washington, entre os chefes da diplomacia dos EUA e da União Soviética, James Baker e Eduard Chevardnadze.

Esta cimeira dá sequência ao primeiro encontro entre os actuais dois presidentes, em Malta, e o seu conteúdo deverá ultrapassar o simples objectivo de manter a dinâmica das relações bilaterais. Na verdade aponta-se no sentido de avanços decisivos em três importantes domínios do desarmamento. Antes do mais a redução a metade do armamento estratégico dos EUA e da URSS. Acordos significativos também no que respeita às armas nucleares. E ainda reduções substanciais nos níveis de tropas convencionais e armamentos na Europa.

O sentido da própria realização da cimeira é claro; semeados embora de dificuldades, os caminhos do desarmamento estão abertos. Sem ilusões, entretanto, quanto à grandeza dos obstáculos a ultrapassar.

Ao intervir na primeira reunião do Conselho presidencial da URSS, Gorbachov diria: «temos uma política clara assente numa nova

mentalidade aprovado no país e acolhida de bom grado no mundo. Seria, porém, erróneo, considerar que tudo já acabou e as coisas avançarão por si só».

Duas recentes acções do movimento pacifista, uma nos EUA, outra em Espanha, tocam em pontos sensíveis e significativos dos problemas do desarmamento e do desanuviamento internacional.

Nos EUA, um grupo de pacifistas conseguiu penetrar, como forma de protesto, em instalações militares norte-americanas, onde surgem novas e mais sofisticadas armas. E como se compreende, a aposta no mais sofisticado armamento pode ser uma forma de continuar a corrida aos armamentos, numa dinâmica particularmente perigosa, mesmo que acompanhando essa corrida de significativas liquidações de stocks.

Em Espanha, uma manifestação realizada nestes dias, chamou uma outra vez as atenções para o problema

das bases militares estrangeiras, concretamente, no caso, das bases norte-americanas.

Os obstáculos no caminho de uma paz real não têm apenas a ver com pretensões políticas de domínio, tanto mais que tais pretensões objectivamente acabam por esbarrar com a evidência de que, hoje a aposta na força militar, em termos internacionais, é pura e simplesmente um caminho suicida.

É outra coisa que está em questão. No campo ideológico, o espantinho do inimigo, e mais concretamente a «ameaça do comunismo», funciona como justificação de actuações e sistemas, garantes de privilégios para alguns. No plano económico, é o sector mais lucrativo, para um punhado de monopólios e multinacionais, que está em causa.

Num interessante artigo recentemente publicado no «Le Monde Diplomatique», o conhecido economista norte-americano Kenneth Galbraith, põe o dedo na ferida — aliás longe de defender uma perspectiva derrotista.

Diz Galbraith que «os interesses instalados — financeiros, políticos e intelectuais — não vão facilmente abrir mão a pretexto de que a realidade mudou».

E exemplifica. «Em Novembro passado, os nossos chefes do estado-maior em conjunto, ainda lançavam um alerta contra a redução das tropas americanas na Alemanha (...) É que, de repente, os orçamentos militares em geral, e os consagrados aos sistemas de armas em particular, estão em perigo».

O economista norte-americano sublinha ainda: «Não imaginemos que as reduções se vão fazer facilmente. Para nos convenceremos da dificuldade do empreendimento, chega reportarmo-nos ao projecto de lei sobre os créditos militares que o Congresso americano recentemente adoptou. Ele prevê centenas de milhões de dólares para aeronaves (...) que o Pentágono diz não querer (...)».

Isto, muito simplesmente, porque era preciso sustentar a actividade industrial de Long Island».

As resistências estão à vista, e têm fundas raízes no próprio sistema. A esse nível, o desarmamento produzirá efeitos talvez ainda hoje imprevisíveis. Por isso nada caminhará por si. Mas não é menos verdade que a dinâmica do processo de paz está já profundamente impressa na nossa realidade de hoje.

Peru, possível vitória de Fujimori

As sondagens indicam uma possível vitória de Alberto Fujimori, na segunda volta das eleições presidenciais do Peru. Esta possibilidade representaria, antes do mais, uma significativa derrota da FREDEMO, coligação de todas as forças de direita, formada para tentar levar Mário Vargas Llosa à presidência.

Declarações entretanto avançadas por dirigentes de organizações de esquerda, e mesma da APRA, de Alan Garcia, indicam um possível apoio a Fujimori, na segunda volta, apesar da pouca precisão das linhas de orientação do seu programa, pois o que está em causa é barrar o caminho à direita.

«O fenómeno Fujimori alterou a situação», comentou Enry Paese, candidato da Esquerda Unida, que integra o Partido Comunista. «A população não aceitará o que o poder no Peru, com tanto dinheiro, tentou impor», disse, em referência aos milhões de dólares gastos pelo candidato da direita nestas eleições.

A demagogia do «capitalismo dos pobres», slogan utilizado por Llosa durante a campanha, talvez não venha a colher os frutos pretendidos.

Novo governo em Israel

Com uma maioria de 61 deputados assegurada no Parlamento, o primeiro-ministro indigitado, Shimon Peres, dirigente do Partido Trabalhista de Israel, apresentou o novo governo, numa sessão particularmente tensa. Como linhas mestras da política a desenvolver pelo executivo, Peres anuncia o diálogo com os palestinianos e a criação de condições de acolhimento dos judeus soviéticos.

Na verdade, a crise política que levou à constituição do novo governo está directamente ligada à Intifada, a luta dos palestinianos pelos seus interesses enquanto povo, pelo direito, que lhes é negado, a uma pátria, muito embora a causa imediata radique na recusa do governo de «união nacional» de Isaac Shamir de dar qualquer resposta à proposta norte-americana de Baker, para conversações que incluam os palestinianos.

Comentando os actuais desenvolvimentos políticos em Israel, o dirigente da OLP, principal colaborador de Arafat, Abu Iyad, reafirmou que a organização de libertação palestiniana está preparada para o diálogo «seja qual for o governo israelita que expresse esse desejo».

Prossegue entretanto a greve geral em Gaza e na Cisjordânia, para assinalar o 29.º mês do levantamento palestiniano.

Nepal, grande vitória da esquerda

O fim do recolher obrigatório e a formação de uma comissão de revisão constitucional, anunciados pelo rei do Nepal, Birendra, assinalam uma grande vitória popular, e em particular do Movimento para o Restabelecimento da Democracia (MRD), aliança entre o Partido do Congresso Nepalês e sete pequenas formações comunistas, todas proibidas até ao passado fim-de-semana.

Estas decisões do rei surgem na sequência de grandes protestos e manifestações de rua, brutalmente reprimidos pela polícia, que disparou sobre os manifestantes fazendo cerca de cinco dezenas de mortos.

Depois de levantado o recolher obrigatório, milhares de pessoas saíram à rua para comemorar a vitória.

África do Sul, negociações em Maio

A primeira reunião entre delegações do ANC (com Nelson Mandela), e do governo sul-africano, vai realizar-se a 2, 3 e 4 de Maio.

Neste encontro deverão ser discutidos os problemas mais prementes que constituem o obstáculo fundamental ao início das conversações — a manutenção do estado de emergência e a não libertação da totalidade dos presos políticos.

A violência que actualmente grassa no Natal será outra das questões a abordar. No mesmo dia em que era anunciada esta primeira reunião, 20 pessoas foram mortas (incluindo dois bebés), na sequência de uma intervenção policial que tinha como objectivo expresso separar grupos rivais em luta nos bairros negros daquela província sul-africana.

Cerca de 50 mil pessoas participaram, entretanto, numa marcha organizada por ocasião dos funerais de quatro dos negros mortos durante uma manifestação anti-apartheid, realizada em 26 de Março, no ghetto de Sebokeng, perto de Joanesburgo. O ANC afirma que houve então pelo menos 30 mortos, e foi este facto que levou ao adiamento do primeiro encontro entre Mandela e De Klerk, inicialmente previsto para 11 de Abril.

Eleições na Eslovénia

Nas eleições presidenciais realizadas domingo passado na República Jugoslava da Eslovénia, foi Milan Kukan, candidato comunista, o mais votado (com 90% dos votos contados, registava uma percentagem de 44,5%). Seguiu-se-lhe Joze Pucnik, da coligação Demos, composta por 5 partidos conservadores, com 26,1%.

75% do eleitorado participou na escolha do novo presidente. A segunda volta das eleições decorre dia 22.

MONTE LIMAR

Os acordos possíveis

Reunidos na cimeira de Montelimar, na Nicarágua, os cinco presidentes dos países da América Central lançaram um apelo à imediata desmobilização dos «contra», num prazo que não deverá ultrapassar o 25 de Abril, data da tomada de posse da nova presidente eleita, Violeta Chamorro.

As armas entregues pelos «contra», deverão ser imediatamente destruídas perante observadores das Nações Unidas e representantes dos governos da zona.

A Daniel Ortega foi expresso o «reconhecimento pela promoção e reforço do processo de consolidação da democracia representativa e pluralista no seu país. Simultaneamente sublinhou-se o apoio aos acordos concluídos entre os sandinistas e a União Nacional de Oposição, com a finalidade de garantir a transição pacífica de poderes. Esses acordos apontam no sentido da redução dos efectivos militares e sua subordinação ao poder civil. Concretamente, as forças de defesa e de ordem pública serão subordinadas ao poder civil do presidente da República.

Já em 23 de Março, os «contra» tinham aceiteado um plano de paz, que incluí a

sua desmobilização e entrega de armas. Nas Honduras, de imediato. E no interior da Nicarágua, passando pela aceitação de um cessar-fogo e o seu agrupamento em zonas de segurança colocadas sob supervisão internacional.

É de relembrar que a desmobilização e desarmamento dos «contra» é uma das principais exigências dos sandinistas, para garantir uma transição pacífica do poder. É sem dúvida também uma profunda exigência popular.

Entre as decisões adoptadas nesta cimeira de Montelimar, conta-se a convocação, para 15 de Maio, na Costa Rica, de uma reunião da Comissão de Segurança, onde deverão ser discutidas as modalidades de um acordo

de limitação de armamento na região. A próxima cimeira dos cinco deverá debruçar-se sobre um outro problema crucial — o desenvolvimento económico e a integração da região.

De referir que, na cimeira de Montelimar, Humberto Ortega, ministro nicaraguense da Defesa, defendeu a necessidade de uma redução dos efectivos militares, em termos humanos e de material, de forma a adaptar o exército às realidades económicas de cada país (ou ao terrível mapa das carências), e dar prioridade às necessidades sociais da população.

Paz e desenvolvimento (o que pressupõe também a garantia dos direitos e liberdades fundamentais), são sem dúvida hoje profundas exigências populares em todos os países da zona.

El Salvador negociações à vista?

De entre as mais dramáticas realidades que se vivem nesta zona, conta-se El Salvador e a muitas vezes esquecida Guatemala.

Neste momento, entretanto, em El Salvador, alguns passos parecem estar a ser dados no sentido do reatamento de conversações de paz.

A Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), enviou uma carta aberta aos presidentes centro-americanos reunidos na Nicarágua, apelando à sua iniciativa no sentido de impul-

sionar a democratização de El Salvador.

Posteriormente, o secretário-geral das Nações Unidas, Perez de Cuellar, anunciou, em Genebra, que também o governo salvadoreño tinha aceite encetar negociações sob a forma de «diálogo directo» com a participação activa da ONU.

A meta do processo, nas palavras de Cuellar, «será a de pôr fim ao conflito armado pela via pacífica no espaço de tempo mais curto possível, promover a democratização do país, garantir o respeito integral pelos direitos humanos e reunificar a sociedade salvadoreña».

Não se registou ainda, entretanto, nenhuma trégua ou cessar-fogo — processos que estarão dependentes dos avanços possíveis à mesa de conversações.

A FMLN afirmou a sua disposição de se integrar na vida política, exigindo simultaneamente a «depuração, reestruturação e redução do exército» e o fim da impunidade dos responsáveis pelos assassinios políticos, e ainda uma «reforma do sistema eleitoral». Em síntese, exige-se o fim do terror contra as forças populares, e as mais elementares bases que garantam a democratização da vida no país.

Processos que neste momento — no quadro em evolução da América Central, contraditório embora — parecem afirmar-se como possíveis.



Internacional

HUNGRIA

Forum Democrático ganha eleições

Realizada a segunda volta nas eleições na Hungria, com uma reduzida participação do eleitorado (inferior a 50%), confirmaram-se em linhas gerais as tendências da primeira volta. O Forum Democrático Húngaro (MDF), em conjunto com os seus aliados do Partido dos Pequenos Proprietários (FKGP), obteve a maioria absoluta no Parlamento.

No total dos 386 lugares do actual Parlamento húngaro, o Forum conta com 165; a Aliança dos Democratas, segundo partido mais votado, 92; o Partido dos Pequenos Proprietários, 43; o Partido Socialista Húngaro (que resulta da transformação operada no último congresso do POSH, comunista), 33; a Federação dos Jovens Democratas, ligada à Aliança dos Democratas, 21; o Partido Cristão-Democrata Popular, aliado do Forum, também 21. Os outros 10 lugares estão distribuídos por pequenos agrupamentos e independentes.

O presidente húngaro,

Matias Suares, afirmou já que, se houver consenso entre as forças políticas, o Parlamento terá a sua sessão inaugural no próximo dia 23. Caso contrário, a primeira sessão decorrerá no início de Maio.

Nas primeiras declarações proferidas após a divulgação dos resultados eleitorais, Jozsef Antall, presidente do Forum e futuro primeiro-ministro, traçou algumas linhas gerais da política que pretende desenvolver.

Antall sublinhou a aposta numa rápida adesão à CEE, sem perder entretanto os «bons contactos» com os países do CAME, e em parti-

cular com a União Soviética. Ainda no plano de relações e política externa, afirmou de que «estamos a elaborar um sistema europeu global de segurança».

É no que respeita à política económica que as suas declarações são mais vagas, ficando-se pela informação de que «estamos a elaborar um projecto económico».

É exactamente no plano económico, entretanto, que se concentram os mais difíceis problemas, e as opções decisivas. Recorde-se que, em Novembro passado, a adopção de um programa económico, intimamente ligado às exigências do FMI, quase levou a uma crise parlamentar. O texto acabou por passar, sagrando formalmente uma diminuição do défice de 2,5% para 0,5% do produto nacional bruto (PNB).

Como consequência desse programa económico, fo-

ram decididos grandes cortes no orçamento, afectando em particular as verbas atribuídas à defesa, mas também à administração e ao investimento.

Aumentos de preços muito significativos foram registados em Janeiro. Os aumentos de preços já atingiram, nos dois primeiros meses deste ano, o ritmo de 24% ao ano (contra 17% no ano anterior).

Outro problema que se vem a colocar com força (ainda que em proporções que, pelo menos de momento, nada têm a ver com as de uma Europa Ocidental) é o do desemprego, que atinge cerca de 1% da população activa.

A questão dos custos sociais das opções económicas que forem tomadas assume um carácter candente.

Encerrado o período elei-

toral, e numa fase em que ainda estão mal definidos os contornos do novo quadro de desenvolvimento político e económico, é de referir um outro dado da realidade húngara (e não só) — a participação de dirigentes políticos ocidentais na campanha eleitoral.

Num comício final do Forum, em Budapeste, estiveram presentes o republicano francês Giscard D'Estaing, o presidente do grupo parlamentar da CDU em Bona, Alfred Dregger. Presente também, em representação do Parlamento Europeu, o conservador britânico Sir Christopher Plumb, do grupo dos Democratas Europeus.

Um facto que além do mais testemunha das ilusões de sectores significativos das populações do Leste da Europa em relação às «soluções» do capitalismo.

GRCIA

Nova Democracia garante frágil maioria

Uma frágil maioria conservadora resultou das eleições do passado domingo na Grécia. A Nova Democracia (ND), partido conservador liderado por Constantim Mitsotakis, garantiu a maioria absoluta no Parlamento, com o acordo entretanto feito com o pequeno partido de centro-direita, «Diana», que elegeu um único deputado.

Os resultados oficiais divulgados, quando a contagem dos votos estava praticamente terminada, indicam, para a Nova Democracia, 46,93% dos votos e 150 lugares no Parlamento; para o PASOK, movimento socialista dirigido por Andreas Papandreus, 38,61% e 123 de-

putados; 10,23 por cento e 19 lugares para a Coligação da Esquerda e do Progresso; mais 4 lugares garantidos com o apoio simultâneo da Coligação e do PASOK. Os restantes quatro deputados pertencem a pequenas formações — «Diana», ecoló-

gistas e duas organizações muçulmanas.

Tanto o PASOK como a Coligação de Esquerda perderam votos e lugares nestas eleições. Os socialistas detinham anteriormente 128 lugares e a Coligação de Esquerda 21.

A frágil maioria alcançada pelos conservadores deu o tom do discurso nas primeiras declarações de Mitsotakis, que afirma pretender orientar a governação numa base de «diálogo» com a oposição (que conta com posições muito fortes no actual parla-

mento). «Diálogo» que entretanto terá como quadro «uma linha política já aprovada» pela ND.

O programa de governo de Mitsotakis inclui quatro orientações fundamentais: privatizações, medidas destinadas a encorajar o investimento, redução do défice público e uma nova política monetária. A redução de gastos públicos passará por cortes substanciais nos programas sociais.

No domínio da política externa, a Nova Democracia defende a aliança político-

militar com os Estados Unidos e a NATO. Preconiza simultaneamente um aprofundamento das relações com os países do Leste europeu.

Note-se que em termos de política económica se abrangem na prática medidas que inevitavelmente afectarão a maioria da população, num quadro entretanto já muito difícil. Basta dizer que o programa de austeridade que se seguiu à desvalorização da moeda, em 1985, levou a uma diminuição dos salários reais entre 12 e 20%.

Albano Nunes ao «Avante!» sobre recente viagem à RDA, Bulgária e Checoslováquia

O camarada Albano Nunes, membro suplente do Secretariado do Comité Central, realizou recentemente uma viagem à RDA, à Bulgária e à Checoslováquia, conforme o «Avante!» já noticiou. Em breve conversa com o nosso jornal, o camarada fez algumas apreciações à viagem e aos seus resultados.

Tratou-se de uma viagem muito curta — disse Albano Nunes. — Foi um primeiro contacto directo, a nível de direcção, com os países e os partidos com que mantemos relações, após os acontecimentos que tiveram lugar nos países socialistas da Europa Oriental.

— Quais foram os objectivos desses contactos?

— Em primeiro lugar foram os de obter uma informação e uma opinião directas e responsáveis sobre esses acontecimentos, sobre as causas, sobre os processos em curso e as perspectivas. Por outro lado, informámos também sobre a situação actual no nosso país e sobre as actividades do nosso Partido, designadamente sobre os objectivos do nosso XIII Congresso (Extraordinário) e as linhas gerais das Teses em apreciação no colectivo partidário. Foi ainda tratado o desenvolvimento das relações bilaterais. A este respeito quero sublinhar que em todos os casos foi decidido mantê-las e mesmo reforçá-las.

— Trouxeste uma impressão geral da realidade política desses países?

— Há traços comuns e há diferenças, tanto na realidade como nos processos em curso nos países visitados e na situação dos respectivos partidos.

Por exemplo, na RDA, a situação é particularmente marcada pelo processo de unificação. Unificação que não está em causa, como nos disseram, mas sim o como e o quando da sua realização. O perigo de anexação da RDA pela RFA é um perigo real, que os nossos camaradas combatem com determinação, tendo em vista salvaguardar as conquistas históricas que, não obstante os erros e deformações, foram alcançadas pelo povo da RDA ao longo dos últimos 45 anos.

É uma batalha extremamente difícil. A ingerência da RFA é de uma dimensão colossal. Isso viu-se, de resto, nas recentes eleições e reflectiu-se nos seus resultados. Tendo alcançado cerca

de 16 por cento dos votos, o Partido do Socialismo Democrático considera possuir uma base para deter o declínio do Partido e para avançar na recuperação da sua influência.

— E na Checoslováquia e Bulgária?

— Na Checoslováquia são já muito profundas as modificações a nível do poder, com uma clara orientação no sentido do desmantelamento do socialismo. Em grande número de empresas, no movimento sindical, na Comunicação Social, a oposição anti-socialista conquistou fortes posições.

Sob o peso de erros e deformações, avançou o anticomunismo. O PCCh luta para vencer a situação de crise em que mergulhou o Partido e considera ter sustido a saída de membros. E prepara-se activamente para as eleições de 8 de Junho em que é igualmente de prever que as forças que combatem e procuram isolar o PCCh fiquem em larga maioria.

Quanto à Bulgária, a situação distingue-se da dos outros países visitados. Foi o Partido que iniciou e conduz o processo de mudanças. São claros os objectivos de defender, renovar e reestruturar o socialismo. O Partido conservava, no essencial, os seus

efectivos. E, embora enfraquecido, continua a disfrutar de amplo apoio popular, de que é expressão a realização de comícios com grande participação do povo. Embora as forças da oposição se tenham fortalecido ao longo do processo, o PCB espera nas próximas eleições de 10 a 17 de Junho vir a ser a força política mais votada.

De salientar entretanto que, como acontece aliás na RDA e na Checoslováquia, praticamente todas as forças se unem e convergem contra o Partido e contra a construção de uma sociedade socialista.

— Estão a dar-se entretanto algumas modificações nesses partidos. Mudanças de nomes, mudanças e abandono de conceitos e de princípios. A que correspondem essas mudanças?

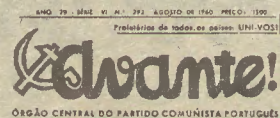
— A situação é diferente, de partido para partido. E mais do que a terminologia, é importante o conteúdo. No entanto colocam-se interrogações e causam preocupação algumas modificações que nos parecem particularmente marcadas não apenas pela pressão das circunstâncias, como, em alguns casos, pelo abandono de posições e de princípios que nós, no PCP, consideramos essen-

ciais a um partido comunista.

— Que balanço fazes da viagem?

— Foi como disse uma viagem curta. Mas que permitiu, nos encontros com responsáveis, a recolha de informações e opiniões de grande valor para a reflexão que estamos a fazer sobre os acontecimentos nos países socialistas. Confirmam-se, na minha opinião, no essencial, as cinco causas apontadas nas Teses, para as crises registadas. Foi sem dúvida muito profundo o afastamento dos valores e ideais do socialismo.

Entretanto, os acontecimentos continuam em desenvolvimento e a situação pode considerar-se longe de estar estabilizada. Por um lado, por força da grave situação económica, do avanço das forças anti-socialistas e da ingerência imperialista e, ainda, no contexto de profunda decepção e desorientação causadas pelas deformações, são evidentes os perigos de desmantelamento do socialismo. Por outro lado são já patentes as preocupações e mesmo as lutas contra as consequências sociais de políticas que estão a pôr abertamente em causa as conquistas do socialismo e o esforço e a luta dos comunistas para salvá-la.



«A recente visita a Portugal do ministro dos Estrangeiros do Luxemburgo expressamente para «estudar as possibilidades de alargamento da ida de mão-de-obra portuguesa para aquele país» levantou a ponta do véu de uma miserável negociata. (...)»

Vinte contos é quanto o governo do «patriota» Marcelo Caetano val receber de comissão pela venda da força de trabalho de cada um dos 100 mil trabalhadores portugueses a exportar, legalmente, através da emigração negociada com os governos da República Federal da Alemanha, Suécia, Suíça e Luxemburgo.

O recrutamento é contingente, atribuindo-se quantidades para cada distrito e concelho: 8 mil trabalhadores no concelho de Braga, 6 mil no de Guimarães, etc.

São de várias profissões, e mesmo não qualificados, os trabalhadores a exportar. A Suécia reclama boa compleição física porque os pretende para as minas. Estará isto ligado à ameaça de encerramento das «pouco rendosas» minas de carvão de S. Pedro da Cova e do Pejão, sacrificadas no altar do grupo monopolista Sacor? É possível. Depois de uma escolha entre os mineiros arruinados da saúde e os são sempre se encontrariam umas centenas de mineiros nas condições exigidas pelos capitalistas suecos.

A «comissão» paga aos fascistas portugueses pelos imperialistas baixou muito de há tempos a esta parte, sabendo-se que a República Federal da Alemanha creditava na dívida externa portuguesa a quantia de 80 contos por pessoa.

O governo fascista de Marcelo Caetano, como ontem os de Salazar, trafica com as riquezas do país, trafica com os trabalhadores portugueses, põe Portugal em leilão. Varrê-lo do poder é um imperativo nacional.

(«Dois milhões de contos pelo tráfico de 100 mil trabalhadores» - «Avante!», VI série, n.º 415, Abril de 1970)



«O carácter democrático e progressista do movimento estudantil revela-se cada vez mais claramente nas suas lutas. Em Lisboa, nas Faculdades de Letras e de Direito, [os estudantes] reclamam representação em bases paritárias nos órgãos governativos da Faculdade e da Universidade. Em Letras, durante 3 semanas, os estudantes impõem o debate livre e permanente, submetem programas e métodos à discussão e boicotam as aulas dos professores que se recusam ao debate. Posteriormente, recorrem à greve, boicotam os pontos de frequência e reclamam que estes deixem de ter carácter eliminatório (...).»

Em quase todas as Faculdades têm lugar amplas reuniões com muitas centenas de estudantes (...).

No Porto, a greve nos cursos de Electrotécnica, na Faculdade de Engenharia, é seguida a quase 100% e as aulas são transformadas em debates, apesar das tentativas de diversão do director.

Ante a amplitude e a agudização da luta estudantil, o governo e as autoridades académicas já foram forçados a ceder em vários casos. Em Coimbra, os estudantes reconquistaram a sua Associação. Nas Faculdades de Letras e de Direito e no Instituto Industrial foram satisfeitas algumas reivindicações pedagógicas dos estudantes.

Mas, na maioria dos casos, os estudantes têm como resposta o encerramento das Faculdades, a repressão, o silêncio e a demagogia.

Com a chamada Comissão para a Reforma, o governo procura ignorar o movimento associativo, ganhar tempo, iludir; porém, na sua acção, os estudantes mostram compreender cada vez melhor que é uma profunda transformação de estrutura que a situação reclama e não a pseudo reforma que o governo promete.

(«Revigora-se a acção estudantil por uma verdadeira Reforma do ensino» - «Avante!», VII série, n.º 415, Abril de 1970)

ATALAIA

Terra firme do PCP

Terreno firme da Festa



150
mil Contos
para o Terreno
da festa
Avante com a Campanha

**Alcançados
26 mil contos!**

No comício que culminou a grande confraternização da Atalala, o camarada Joaquim Gomes, da Comissão Central de Controlo e Quadros, anunciou aos milhares de pessoas presentes que, em apenas dois meses e até ao início da passada semana, se tinham alcançado os 26 mil contos na campanha dos 150 mil. Informação saudada por prolongado aplauso. No entanto, como sublinhou o dirigente comunista, há ainda muito que fazer para atingir a meta que o Partido se propôs, muitas e muitas contribuições e donativos a solicitar e a receber dos militantes, dos simpatizantes, dos amigos, dos democratas. ■

Ao trabalho camaradas!

Toda a gente sabia já que o tempo não prometia. Foram, porém **milhares de pessoas** que não quiseram deixar de participar na confraternização de sábado passado, no terreno da Atalaia.

Chegados logo pela manhã em numerosas excursões vindas de todo o país, ou ao longo do dia das regiões mais próximas — de carro, de transporte público, e mesmo a pé das zonas em redor — a afluência não foi quebrada pelas massas de água que de vez em quando desabaram. Vários foram os caminhos, como vários os motivos para ir à Atalaia. Conhecer o terreno, revê-lo, confraternizar, assistir ao comício em que falou o camarada Álvaro Cunhal. Todos os motivos, como os caminhos, convergiam.

Para alguns, o churrasco soube a molhado. E foi por vezes difícil manter acesas as brasas onde todas as espécies de grelhados fumegaram. Mais fácil foi manter acesa a chama do entusiasmo e, antes ou depois das refeições que quase sempre em grupos animados se fizeram, o programa era a visita ao terreno. Desta vez com mais cuidado — para não estragar o património verde da quinta, os milhares de pessoas espalharam-se por todo o lado, em passeio até ao rio, a ver as visitas, a imaginar o que dali irá sair, tanto da paisagem como do trabalho dos comunistas e dos seus amigos para preparar a primeira Festa do «Avante!» em terreno firme.

De vez em quando uma revoada de chuva, o abrir do chapéu, a corrida para um abrigo. Mas não havia abrigo

que chegasse para tanta gente. Nem nos pavilhões onde se podia petiscar, nem nos bares improvisados nas construções agrícolas da quinta, nem sob as árvores que bordejam o terreno. À mínima aberta, pé aqui e pé ali, o passeio continuava, os grupos formavam-se de novo, os encontros de amigos aconteciam. Foi assim até às 16 horas, hora do comício. E mesmo antes, frente ao palco montado para esse fim, durante o espectáculo que trouxe à Atalaia vários ranchos folclóricos, grupos musicais e artistas, houve sempre gente a assistir.

A culminar a confraternização veio o comício. Aí, a chuva que concedera algumas abertas, achou hora de cair em força. Mas ninguém arredou pé. Milhares de pessoas mantiveram-se em frente ao palco, muitas outras



seguiram o comício pela instalação sonora colocada em redor.

O camarada Joaquim Gomes deu, em breve intervenção, contas da campanha dos 150 mil. Lembrou que a campanha, prejudicada pelas eleições autárquicas de Dezembro, só muito recentemente pode arrancar em força. E que essa força chegou para que, em apenas praticamente dois meses, e segundo números apurados no início da semana que passou, se ter alcançado 26 mil contos!

No final dos aplausos que saudaram efusivamente esta informação, o camarada Joaquim Gomes sublinhou, porém, a necessidade de não

abrandarem os esforços empenhados na campanha que encerrará no final do ano.

Referindo-se depois à confraternização, o dirigente comunista agradeceu a quantos nela participarem, nomeadamente àqueles que, de uma forma ou de outra contribuíram para a sua realização oferecendo géneros e, ainda, a participação dos Bombeiros Voluntários do Seixal, à PSP da Amora, aos ranchos, grupos e artistas que ajudaram à festa.

E quem diz festa, diz trabalho. Recordando a decisão do Comité Central de realizar a Festa do «Avante!» já este ano no terreno da Atalaia, marcando-o para os dias 7, 8

e 9 de Setembro próximo, Joaquim Gomes apontou aos presentes o estado em que o terreno ainda se encontra, sublinhando a necessidade de um imenso trabalho para o afeiçoar. E anunciou a resolução de se iniciarem as jornadas de fim de semana e também de fim de dia, já para o próximo dia 21 de Abril, com excepção, bem entendido, do fim de semana dedicado ao XIII Congresso Extraordinário do PCP.

Os esforços e os recursos a empenhar desta vez num terreno nosso, afirmou Joaquim Gomes no meio dos aplausos, são para ficar. Ao trabalho, camaradas!

■ **LM**





DISCURSO DE ÁLVARO CUNHAL

A causa comunista e o ideal comunista continuam a ter plena validade

Camaradas:

Anunciou-se este nosso encontro com uma «grande confraternização». A expressão é adequada. Estamos de facto aqui hoje numa **grande confraternização, grande por sermos muitos e grande por ser uma confraternização de comunistas que, por sermos comunistas, estamos firmemente decididos a continuar a sê-lo.**

Atalaia: um marco de confiança no futuro

Vimos aqui, à Atalaia, porque a Atalaia, terra firme do PCP, terreno firme da Festa do «Avante!», porá fim aos baldões da FIL para o Jamor, do Jamor para a Ajuda, da Ajuda para Loures.

No Jamor não se construíram as grandes instalações desportivas cujo anúncio pretextou a retirada do terreno. Na Ajuda não se construíram as grandes instalações universitárias cujo anúncio pretextou de novo a retirada do terreno. Tais pretextos acabaram.

Com a Atalaia acabaram os baldões ao sabor de decisões arbitrárias de Governos e de outras entidades incapazes de suportar à vista da capital uma tão expressiva, incontestável e poderosa mostra da capacidade de trabalho e realização do nosso Partido, da nossa acção política ao serviço do povo, da nossa intervenção cultural e artística, da nossa ligação profunda e humanista às massas populares.

Temos ainda de pagar integralmente o terreno e pagá-lo-emos com uma campanha em andamento que

traduz uma imensa contribuição colectiva em que todos temos de empenhar-nos e em que todos nos empenharemos.

Com larga perspectiva temos ainda de transformar, com dedicado e militante trabalho, este belíssimo local, respeitando a vocação da zona, criando infra-estruturas e transformando a Atalaia, não apenas no lugar certo da Festa do «Avante!», mas num local de lazer, de diversão, de arte e cultura, de repouso, de convívio, de desporto, de confraternização e de alegria, local que sendo dos comunistas, estará aberto ao povo e nomeadamente à juventude.

Neste sentido, a realização deste nosso projecto é também uma batalha política e estamos certos de que a venceremos.

A Atalaia é já hoje e confirmará ser uma nova afirmação e um novo marco da força e determinação do PCP e da sua confiança no futuro.

Uma grande batalha política

Estamos aqui num ambiente de Festa e alegria. Mas com plena consciência da gravidade da situação que se atravessa e da importância e complexidade das tarefas que na actualidade se colocam no nosso partido.

Uma questão central da nossa luta, da qual nenhuma outra questão, por muito importantes que sejam, nos devem afastar, é a luta contra o Governo e a política de direita e por uma alternativa democrática.

O Governo do PSD, agora procurando cobertura na revisão da Constituição efectuada por acordo com o

PS, no afã da restauração do capitalismo monopolista, prossegue a sua ofensiva destruidora contra o Sector Empresarial do Estado, contra a reforma agrária, contra direitos dos trabalhadores, contra a democracia política.

Numerosas decisões e medidas antidemocráticas revelam a incompetência e a arrogância autoritária do Governo PSD de Cavaco Silva.

Prossegue o escandaloso processo das reprivatizações, quando hoje mais que nunca um renovado, dinâmico e eficiente Sector Empresarial do Estado em ramos básicos da economia portuguesa é essencial para o desenvolvimento e para garantia da independência nacional.

Prosseguem as subidas em flecha dos preços, desmentindo o aumento da taxa de inflação, e as repetidas afirmações e previsões do Governo, conduzindo à quebra do poder de compra da população e exigindo por isso a revisão dos acordos salariais, a revisão do salário mínimo nacional e aumentos das reformas e pensões.

Prossegue a ofensiva contra direitos fundamentais dos trabalhadores de que constituem sintomático testemunho as disposições do novo pacote laboral em preparação, que, desmentido em virtude das reacções que desde logo provocou, revela as intenções do Governo.

Prossegue o processo de institucionalização de um novo instrumento governamental de controlo da comunicação social, a Alta Autoridade para a Comunicação Social e esse outro processo o da abertura da televisão ao capital privado, ao mesmo tempo que o Governo instrumentaliza a RTP de forma tão escandalosa e autoritária que até o Presidente da

República é atingido pela insolência provocatória de um qualquer funcionário arvorado em rei e senhor.

Prossegue a ofensiva centralista do Governo contra o poder local democrático, de que é exemplo recente a tentativa de obrigar as autarquias a comparticiparem no capital de empresas públicas de transportes de forma a assumirem os prejuízos.

Prossegue uma política do Governo de negligência e cedência dos interesses nacionais, o que legitima que se exija do Governo que informe claramente o País das posições que assume na CEE acerca da União Económica e Monetária, da concorrência de países não pertencentes à Comunidade Europeia, da consideração da especificidade da agricultura portuguesa, da não renovação do Acordo Multifibras, do movimento de capitais e de outras questões de grande relevância para Portugal, assim como dessa escandalosa colocação de 18 milhões de contos das reservas de ouro do País em banco americano (Drexel) de credibilidade duvidosa e a caminho da falência.

E toda esta política prossegue como se o Governo dispusesse (quando já há muito não dispõe) do apoio maioritário que obteve nas eleições de 1987, como se o Governo não estivesse manifestamente se não em queda livre pelo menos numa rampa descendente.

O Governo PSD não só não resolveu como agravou os problemas nacionais. A política de direita não só não serve o País como defronta e afronta os interesses e a vontade do povo.

A questão da substituição da direita no Governo e de uma alternativa democrática entrou na ordem do dia.

Base social, política e eleitoral para uma alternativa

A questão de uma alternativa democrática à política de direita não é apenas uma questão da sua necessidade, mas da possibilidade de a sua concretização.

Existem ou não condições para uma tal alternativa? Trata-se de uma possibilidade real ou andamos a insistir numa perspectiva sem viabilidade, como que correndo atrás do vento?

É uma realidade inquestionável que o Governo PSD de Cavaco Silva perdeu há muito a base de apoio que legitimou institucionalmente a sua formação. É inquestionável que se levantam contra a sua política vastíssimos sectores sociais que compreendem parte importante daqueles que em 1987 votaram no PSD. É inquestionável que o PSD e o Governo sofreram clamorosa e significativa derrota nas eleições autárquicas de Dezembro do ano passado.

E quando o Primeiro-Ministro depois de terçar armas solidárias por Beleza, Cadilhe e Barreto e garantia que estavam no Governo de pedra e cal, acabou por lançá-los borda fora como lastro incómodo no quadro de uma remodelação do Governo ainda mais alargada, não só confirmou afinal a existência de um rol de irregularidades e escândalos, como revelou nervosismo, e desorientação em face do seu progressivo isolamento e dos conflitos internos que explodem no PSD.

O Governo jogará ainda na demagogia para o que dispõe de recursos



financeiros bastantes. Tentará recuperar terreno que tem perdido. Mas a redução da base de apoio social, política e eleitoral do Governo e do PSD é um dos dados mais importantes da actual situação política.

E a oposição? As forças democráticas? Existe ou não apoio bastante para uma alternativa?

Base social existe? Sim existe. Porque a política de direita não resolve os problemas da maioria esmagadora da população e porque só uma política democrática pode resolvê-los.

Base política para uma alternativa democrática existe? Sim existe. Porque, por um lado, a vastíssima movimentação social, desenvolvendo-se em torno de situações, problemas e reivindicações concretas, se dirige frontalmente contra o Governo e a sua política, e, por outro lado, porque o PSD se encontra cada vez mais isolado no quadro das forças políticas nacionais.

Base eleitoral para uma alternativa democrática existe? Sim existe. Porque o PSD e o Governo já não dispõem de uma maioria eleitoral, como mostraram as últimas eleições e porque os partidos democráticos em conjunto recuperaram a maioria de que dispunham desde o 25 de Abril.

Se assim é o que é necessário para tornar possível a alternativa? O que falta? Qual o obstáculo? Onde reside a dificuldade maior?

Em termos institucionais, a resposta é simples. Não basta existir uma maioria democrática se essa maioria está dividida. A convergência e unidade e só a convergência e unidade das forças democráticas — designadamente do PS e PCP — pode assegurar uma alternativa democrática.

Convergência e unidade necessárias

É uma realidade que, na situação presente, nós, os comunistas, não podemos sozinho alcançar uma maioria e sozinho constituir Governo. Mas sendo nós realistas é necessário que os outros partidos democráticos o sejam também. É necessário que os socialistas compreendam também que sozinho não podem assegurar uma alternativa democrática; que as ideias de bipolarização e de alternância não se adaptam à realidade política partidária portuguesa; que está condenada ao fracasso uma estratégia que, em vez de marcar como objectivo a redução e derrota das forças de direita, pretenda assentar no que diz ser «o esvaziamento eleitoral do PCP».

Tais concepções, a não serem corrigidas, são susceptíveis de conduzir não a uma alternativa democrática, mas à continuação de uma política de direita, a novos acordos, coligações e Governos de direita, com ou sem a participação do PS.

É um erro pensar que uma alternativa democrática se poderá verificar através da deslocação de votos do PCP para o PS. Se tal deslocação se viesse a dar (e trabalhamos para que não se dê), se a ideia do «voto útil» no PS viesse a ganhar terreno, o resultado não seria um Governo democrático com uma política democrática, mas um novo Governo com uma política

que não se distinguiria muito da política do PSD.

Se assim é, como ultrapassar a dificuldade? Como criar uma situação em que finalmente se concretize a convergência democrática por uma alternativa?

Em primeiro lugar, é fundamental desenvolver as lutas de massas e a participação directa do povo nas batalhas políticas assim como na intensificação na acção institucional.

E aqui fazemos um apelo para que dediquemos grande parte das nossas energias ao estímulo, organização e desenvolvimento das grandes lutas sociais em curso e também para que as próximas comemorações do 25 de Abril e as Jornadas do 1.º de Maio, constituam grandiosas expressões da vontade popular de uma mudança.

Em segundo lugar, é necessário persistir na luta pela convergência e a unidade democrática de que são exemplos o quadro unitário da CDU, os acordos e cooperação com outros partidos democráticos e, com particular significado, a vitória da coligação «Por Lisboa», a gestão comunista-socialista na Câmara Municipal de Lisboa e em 37 das 53 freguesias da capital, os acordos políticos em vigor entre comunistas e socialistas em numerosas autarquias.

Em terceiro lugar, é necessário, ante-o povo português, aprofundar o diálogo acerca das linhas programáticas de um futuro Governo democrático. O nosso Partido não só aprovou no seu Congresso o projecto e a proposta de «uma democracia avançada no limiar do século XXI» como, na preparação do XIII Congresso (Extraordinário), pôs à discussão no partido uma proposta de «plataforma para uma alternativa democrática». Por sua vez, o PS acaba de tornar público um «pré-projecto» de «Bases e Princípios para o programa de Governo do PS», que contém objectivos preocupantes como por exemplo a formação de «grandes grupos privados» em vez da dinâmica de um Sector Empresarial do Estado nos sectores básicos da economia, como o desenvolvimento e a independência nacional exigem.

Quero aqui tornar público que o PCP está aberto ao diálogo, ao exame conjunto de um programa de Governo que (mesmo sem considerar a composição partidária deste) possa ser apoiado por to-

dos os democratas a fim de viabilizar uma alternativa.

Em quarto lugar resulta da realidade actual e da experiência de muitos anos que a convergência das forças democráticas numa alternativa democrática só será concretizada na medida em que o nosso Partido não só mantenha como reforce a sua influência política e eleitoral.

Pelo que desde já se pode concluir que, nas eleições legislativas de 1991, para abrir caminho a uma alternativa democrática ao Governo de direita, o verdadeiro voto útil será não no PS, mas no PCP e nos democratas aliados do PCP.

A caminho do XIII Congresso

Estas questões centrais da situação nacional são objecto da nossa luta presente e constituem uma das matérias das Teses em debate na preparação do XIII Congresso (Extraordinário) do nosso Partido.

O debate está a arrancar com muito interesse em todo o País. Segundo um inventário incompleto realizaram-se já 483 reuniões e assembleias com a participação total de mais de 12 mil militantes e estão previstas 561 assembleias e 1173 reuniões.

A participação é em alguns casos numerosa e muito interessante. Noutros casos satisfatória. Em alguns casos fraca e pouco representativa. Mas, de uma forma geral, o partido está a participar activamente.

Tem havido grande vivacidade nas intervenções e valiosas e diferenciadas contribuições. Corre-se entretanto o risco de muitas dessas contribuições (sendo orais, não sendo registadas, nem transmitidas) se perderem para a elaboração final das Teses a submeter à apreciação do Congresso.

Fazemos o apelo tanto aos camaradas em geral como aos responsáveis pela organização das assembleias e reuniões, para que transmitam por escrito à Comissão de Redacção ou aos organismos executivos do Comité Central as ideias e propostas expressas nos debates.

Na elaboração das Teses postas à discussão no Partido pelo Comité Central, participaram muitas centenas de camaradas. Na reunião do Comité Central que as aprovou foram introduzidas centenas de alterações, propostas pelos camaradas. Certamente, como produto do debate em todo o Partido, serão ainda introduzidas antes do Congresso muitas centenas, se não milhares, de novas alterações. O Congresso completará o trabalho. E assim a conclusão será o produto de uma profunda elaboração colectiva pelo Partido.

Em termos de democracia, é fácil comparar (e é desejável que se compare) esta concepção e esta prática do nosso Partido com a concepção e a prática de outros partidos (que alguns desejariam que fossem também do nosso), onde 4 ou 5 notáveis (chefes ou candidatos a chefes) apresentam as suas teses próprias, negociam entre si e à porta fechada acordos e conluios, e depois os submetem à votação nos Congressos. Os membros dos respectivos partidos são assim considerados apenas com o papel de apoiantes ou votantes das opiniões de tal ou tal chefe ou candidato a chefe e não têm qualquer intervenção na reflexão colectiva e na elaboração colectiva. Uns são os pensadores, outros os votantes.

Creio, camaradas que estareis de acordo em que bem pobre é a democracia assim entendida e que a democracia existente no nosso Partido, neste aspecto como noutros, é bem mais rica e mais respeitadora da vontade, da opinião e da criatividade dos militantes. O trabalho colectivo é uma das grandes riquezas do funcionamento do nosso Partido. Devemos assegurá-lo, desenvolvê-lo e aprofundá-lo, como real valorização da contribuição do indivíduo, como um dos sinais de marca da democracia interna.

Há membros do nosso Partido que têm opinião diferente. Defendem o direito de organização de tendências, a representação de tendências, um Comité Central que, integrando representantes de diversas tendências, seja uma espécie de parlamento do Partido.

Os que assim pensam têm pleno direito de assim pensar e defender as suas opiniões no Partido. Mas aqueles que conspiram de forma organizada não é de reconhecê-lo direito de

quererem impor e instituir como facto consumado a existência de fracções no Partido, de inserirem o seu combate (cada vez com menos ideias e com mais mentiras e insultos) na campanha que é conduzida pelos nossos adversários contra o Partido. Reconhecemos o pleno direito a qualquer membro do Partido de deixar de ser comunista. Mas não reconhecemos aos que deixam de ser comunistas o direito de reclamar que o Partido deixe também de sê-lo.

As derrotas no Leste Europeu e a validade do ideal

Referi na primeira parte desta intervenção alguns aspectos da situação nacional, que se inserem também naturalmente nas Teses em debate relativas ao segundo ponto da ordem de trabalhos do XIII Congresso (Extraordinário).

Mas, do balanço até agora feito, resulta que uma grande parte dos debates, e talvez aquele que dá lugar a maior vivacidade de ideias e propostas, respeito aos acontecimentos e evolução nos países socialistas e à natureza, objectivos, características essenciais e identidade do nosso próprio Partido.

Há razões para que assim suceda. De facto os acontecimentos nos países socialistas introduzem uma radical alteração não apenas nesses países — a alguns dos quais, agora em vias de terem no Governo forças de direita, é difícil continuar a chamar «países socialistas» — mas na situação internacional e nas perspectivas da sua evolução. Têm inevitavelmente profundas repercussões na luta de libertação dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo.

Trata-se de grandes derrotas do socialismo, de grandes derrotas dos partidos que se encontravam no poder, parte dos quais decidiram a sua própria transformação em partidos socialistas ou social-democratas.

As Teses agora em discussão para o próximo Congresso analisam esses acontecimentos e transformações. Incluem uma autocritica relativa à deficiente informação ao partido de alguns aspectos negativos já

então conhecidos. Caracterizam as situações. Apontam de forma positiva o processo revolucionário da «perestroika» cuja vitória é de importância vital para a evolução mundial e para a luta dos povos, e distinguem a «perestroika» das forças anti-socialistas e contra-revolucionárias que se desenvolvem à sua sombra. Fazem uma primeira mas já aprofundada análise de traços negativos como causas fundamentais das derrotas sofridas. Ao contrário do que afirmam, insistem e repetem os nossos detractores, não atribuímos os acontecimentos a defeitos dos homens (embora também se tenham verificado e graves) mas a orientações e soluções na esfera do poder, da democracia, da organização económica, do papel e características e ligação do partido com as massas, do estolamento e dogmatização da teoria e sua imposição substituindo a análise das realidades.

O que conduziu às derrotas não foi a aplicação do ideal dos comunistas, mas soluções e práticas que se afastaram desse ideal.

Se o sistema existente nesses países se chama «um modelo», o nosso Partido não adoptou um tal modelo, conforme o provam o Programa, os objectivos, as concepções, a vida interna.

Mas os acontecimentos, derrotas e transformações obrigam a uma séria reflexão.

Os acontecimentos, as transformações, as derrotas, nos países do Leste Europeu significam (como alguns pretendem) a falência do socialismo? O fim de uma utopia? A renúncia inevitável, obrigatória e universal ao projecto de construção de uma sociedade nova em que o homem seja libertado da exploração, da opressão, das desigualdades sociais?

Não pensamos assim. O capitalismo não perdeu a sua natureza exploradora e agressiva. Ao contrário do que anunciam certos teorizadores (retomando uma demagogia que tem mais de meio século) não existe o que chamam «capitalismo popular», nem desaparece a propriedade privada dos principais meios de produção porque existem milhares de acionistas (incluindo trabalhadores) nas sociedades anónimas. Os métodos da exploração capitalistas são cada vez mais refinados como muito bem sabemos nós os portugueses por experiência própria. Enquanto existir ex-

ploração dos trabalhadores e rapina de povos inteiros, opressão social, política e nacional, discriminações e desigualdades sociais e raciais, redução das mulheres a seres inferiorizados e a juventude a uma massa despolitizada, no fim de contas, enquanto existir o capitalismo, a causa comunista e o ideal comunista continuam a ter plena validade.

Segundo o nosso Partido, não é o capitalismo mas o socialismo que terá capacidade para resolver os problemas da humanidade.

Não compartilhamos da ideia de que as transformações revolucionárias realizadas no nosso século foram erros históricos condenados ao insucesso. Pelo contrário. Insistimos em afirmar com pleno fundamento que o decurso do século XX, a partir da revolução de Outubro de 1917, a luta dos trabalhadores e dos povos alcançou vitórias de significado histórico mundial.

Nós não riscamos da história as lutas heróicas dos trabalhadores e dos povos pela sua libertação, e a luta dos comunistas em todo o processo de transformação social no século que agora finda.

Não riscamos da história as transformações revolucionárias na URSS e noutros países socialistas, apesar dos gravíssimos erros e das soluções defeituosas que conduziram a tão graves e desastrosas derrotas como agora observamos.

Não riscamos da história a luta e as vitórias históricas dos povos secularmente submetidos ao colonialismo.

Não riscamos da história a luta heróica antes e depois do 25 de Abril, do nosso Partido, dos trabalhadores e do povo de Portugal.

A gravidade dos erros e as duras experiências mais reforçam a concepção do nosso Partido relativa a características essenciais e indispensáveis do nosso projecto de sociedade socialista para Portugal: o poder do povo institucionalizado e assegurado de facto; a democracia política e as liberdades e direitos dos cidadãos como valor integrante do sistema; a organização económica com a propriedade social dos sectores básicos e estruturas, formações diversificadas e descentralizadas, e empenhada participação dos trabalhadores na gestão; a democracia interna no partido e a superação do dogmatismo ideológico.

O nosso projecto de uma sociedade socialista não é uma utopia apontada ao futuro. É uma proposta concreta de desenvolvimento e aprofundamento da democracia económica, política e cultural que propomos no Programa de uma democracia avançada no limiar do século XXI.

Tanto para a realização de um tal projecto como para tornar viável uma alternativa democrática ao Governo e à política de direita, o PCP é uma força essencial. E quando dizemos o PCP, não estamos naturalmente a dizer um PCP tal como alguns gostariam que fosse (convertido à social-democracia), mas o PCP partido comunista que é, e o partido comunista que quer ser.

A entidade do PCP

Voltado para a vida, atento às realidades, examinando as novas situações e os novos fenómenos e procurando criativamente a resposta para eles, o nosso Partido não considera que as suas características fundamentais correspondem a princípios, conceitos e práticas intemporais e imodificáveis.

Mas com as alterações e enriquecimento resultantes das novas situações, dos novos fenómenos e das novas experiências, eles constituem a identidade deste partido que somos, que o distingue dos outros partidos, que justifica a sua existência e a sua luta, que o habilita a uma destacada, ímpar e insubstituível intervenção na sociedade portuguesa.

Afirmamos e confirmamos o nosso ideal comunista renovado e enriquecido pela experiência, ideal que tem como objectivo fundamental a construção de uma sociedade donde seja banida a exploração do homem pelo homem, a opressão política, social e nacional, as grandes desigualdades e injustiças sociais.

Ao contrário do que proclamam alguns, o ideal da construção de uma nova sociedade não morreu, não morreu com as grandes derrotas sofridas numa série de países do leste europeu, onde os partidos no poder se afastaram de princípios, objectivos e práticas essenciais do ideal comunista. O ideal comunista existe e existirá e estimulará e inspirará a luta

dos trabalhadores e dos povos enquanto em qualquer sociedade uma minoria detentora dos meios de produção e do poder explore e oprima a maioria esmagadora da população.

Afirmamos e confirmamos a natureza de classe do nosso Partido como partido da classe operária e de todos os trabalhadores, simultaneamente defensor dos interesses de todas as classes antimonopolistas, seguro de que a emancipação dos trabalhadores é parte integrante e determinante da emancipação de toda a humanidade.

Ao contrário do que proclamam alguns, o antagonismo e a luta de classes não foram ultrapassados nas sociedades capitalistas e tal como os grandes capitalistas e latifundiários têm os seus partidos e até o seu Governo — o Governo do PSD — a classe operária e todos os trabalhadores continuam a ter absoluta necessidade de um partido de classe, de um partido completamente independente dos interesses e da política do capital, de um partido comunista — do Partido Comunista Português.

Afirmamos e confirmamos o funcionamento do partido que renovado e enriquecido pela experiência assegura simultaneamente a liberdade e os direitos dos militantes e a democracia interna com elevada expressão no trabalho colectivo, uma só direcção central e uma orientação geral de todo o partido.

Alguns que defendem que o partido deveria abandonar o centralismo democrático porque (segundo eles) este seria a negação da democracia, mostram no fim de contas que têm (e possivelmente sempre tiveram) do centralismo democrático uma concepção dogmática enquanto que o

nosso Partido soube enriquecer os princípios orgânicos com as lições da experiência, acentuando de uma forma criativa a descentralização e a vertente democrática.

Afirmamos e confirmamos o marxismo-leninismo como ideologia do Partido que constitui uma poderosa arma para a análise da realidade e que, intrinsecamente antidogmático e dialéctico, deve estar em constante desenvolvimento acompanhando a análise dos novos fenómenos, processos, situações e experiências.

Ao contrário do que afirmam alguns, os acontecimentos dos países socialistas não constituem a falência

do marxismo-leninismo, mas a falência do dogmatismo, do estolamento teórico, da instrumentalização de princípios teóricos cristalizados imposta normalmente no partido e no Estado.

Afirmamos e confirmamos o carácter não só patriótico mas também internacionalista do nosso Partido tanto mais necessário quanto, no conturbado momento mundial que vivemos, as grandes dificuldades e perigos que atravessa a luta libertadora dos trabalhadores e dos povos, exige mais que nunca a solidariedade recíproca entre os trabalhadores, os povos, os comunistas, as forças progressistas de todos os países.

Ao contrário do que alguns propõem nós, comunistas portugueses, não nos encerramos no isolamento e egoísmo nacional, nem sobrepomos ao internacionalismo fundamentado nos interesses mais profundos e coincidentes dos trabalhadores, dos povos, das forças revolucionárias, as aproximações e alianças (sem dúvida necessárias) com a social-democracia.

Alguns membros do nosso Partido integrando o que escrevem e o que dizem na campanha que numerosos órgãos de comunicação social conduzem contra o nosso Partido, proclamam que todas estas características essenciais — ideal, natureza de classe, marxismo-leninismo, centralismo democrático, internacionalismo — são princípios e conceitos ultrapassados, anacrónicos, falidos, que o partido deveria abandonar.

Alguns citam o exemplo de partidos derrotados que em países socialistas e também em países capitalistas como o Partido Comunista Italiano, escolheram esse caminho abandonaram mesmo o nome de «comunista», e passam a chamar-se socialistas ou social-democratas.

Se o nosso Partido, como pressionam os nossos adversários e propagandeiros por ai alguns membros do nosso Partido, abandonasse o seu ideal próprio, os seus objectivos e as suas características essenciais, se, como pressionam os nossos adversários e propagandeiros para ai alguns membros do nosso Partido, abjurasse a sua natureza e política de classe; abjurasse o objectivo de uma sociedade socialista; abjurasse a sua ideologia; abjurasse a sua atitude patriótica e internacionalista; abjurasse o seu funcionamento democrático em que a orientação e a vontade do Partido é o resultante do pensamento e da vontade do grande colectivo partidário para se tornar uma associação de tendências ou fracções em luta pelo poder, — se por absurdo o nosso Partido seguisse tal caminho, estaria irremediavelmente condenado a soçobrar, e a desaparecer da vida política nacional.

Creio, camaradas, que podemos estar certos de que o nosso Partido não seguirá esse caminho, e orgulhoso do seu passado, seguro na sua intervenção presente e com confiança revolucionária no futuro, diante do povo de cabeça erguida, consciência política tranquila e pés bem firmes na terra, continuará sendo um partido comunista orgulhoso deste nome e digno dele.

Hoje aqui na Atalaia neste belíssimo local do Partido estamos em Festa. Festa que é também luta. Luta pelo reforço do nosso Partido em que estamos unidos e determinados. Sempre com os trabalhadores, sempre com o povo português, sempre com Portugal.

Viva o Partido Comunista Português! ■

Um «purgatório» português no «paraíso» suíço

Terá hoje terminado em Berna a primeira etapa das negociações entre Portugal e a Suíça para a revisão dos acordos entre os dois países em matéria de emigração, no quadro de conversações entre a CEE e a EFTA, associação da qual a Suíça é membro. A permissão de os trabalhadores na Suíça oriundos de Portugal, bem como da RDA e da Áustria poderem obter uma autorização de residência permanente após cinco anos de trabalho consecutivo em território helvético, ao invés dos dez anos até agora exigidos, terá sido o principal resultado destas conversações, permitindo aos imigrantes nessas condições exercer em total liberdade qualquer actividade profissional ou comercial na Suíça. Esta medida, discutida na reunião da comissão mista Suíça-Portugal sobre a problemática da emigração portuguesa naquele país, deixa no entanto *de fora* cerca de 40 mil portugueses que todos os anos se deslocam temporariamente àquele país, obrigados a um contrato de trabalho vinculado a um único patrão e a um único sector de actividade, nove meses em cada ano. Estes trabalhadores não têm direito a subsídio de desemprego durante a obrigatória estada de três meses em Portugal, apesar de durante o período de trabalho na Suíça serem feitos os descontos para o fundo do desemprego local.

Estas negociações CEE/EFTA surgem enquadradas na futura criação de um único espaço económico europeu, espaço esse que terá repercussões importantes sobre a futura política suíça de estrangeiros, já que este país encara a possibilidade de também vir a aderir à CEE ou de, pelo menos, estabelecer relações económicas privilegiadas com a Comunidade. Neste âmbito, a adopção provável pelos suíços de regras comunitárias em matéria de livre circulação de pessoas e bens, irá obrigar a rever a legislação sobre o trabalhador estrangeiro no país, nomeadamente a que diz respeito ao complexo sistema actual de autorizações concedidas aos trabalhadores imigrantes neste país.

O Sindicato Construção e Madeira (SICOM-FOBB) é um sindicato suíço com uma secção portuguesa (tal como espanhola, italiana e jugoslava, ou seja, das nacionalidades com maiores taxas de imigração na Suíça) e dos seus 123 mil membros, três em cada quatro são estrangeiros, incluindo 15 mil portugueses. É, sem dúvida nenhuma, a maior organização de portugueses na Suíça, e de há muito que reivindica a alteração do estatuto do trabalhador temporário neste país, tal como contou ao «Avante!» Manuel Beja, dirigente do SICOM que esteve em Portugal no recente seminário internacional promovido pela Federação Nacional dos Sindicatos da Construção Madeiras e Mármore (FNSCMM/CGTP-IN) subordinado ao tema: «Os trabalhadores e a coesão económica e social da Europa», no qual estiveram presentes delegações de doze países.

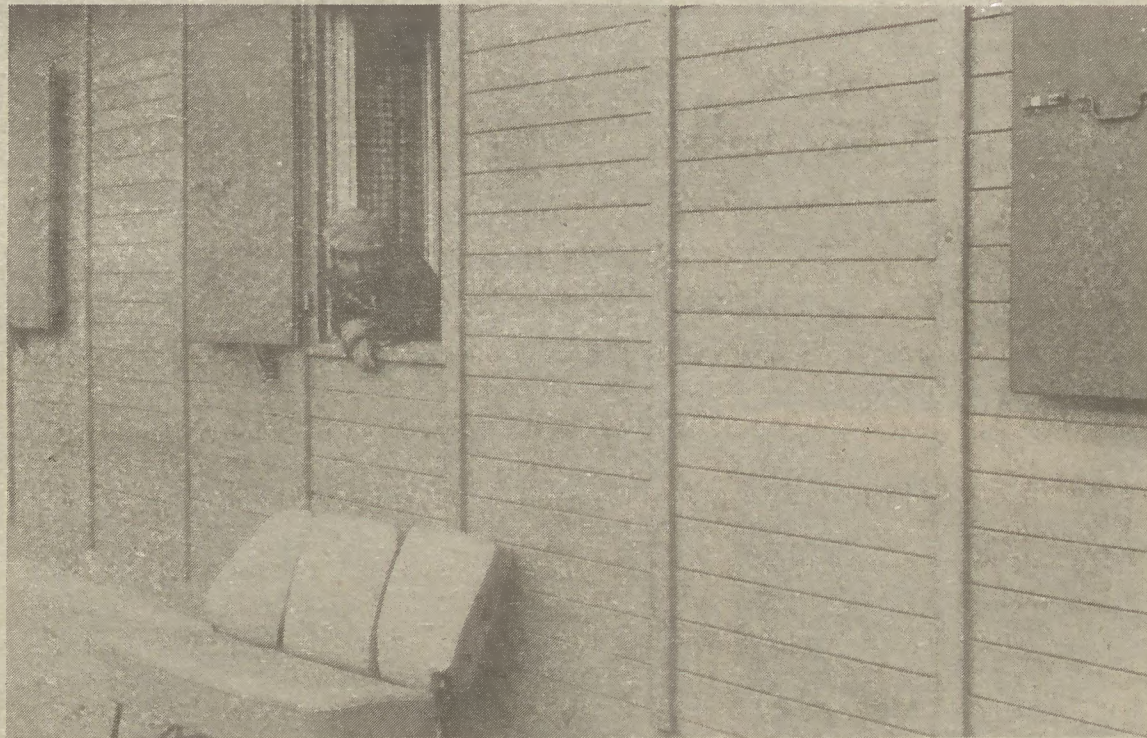
Segundo Manuel Beja, trabalhador na Suíça desde 1961, o movimento para a alteração do estatuto do trabalhador temporário na Suíça «envolve muitas organizações como sindicatos, Igreja, associações de trabalhadores

estrangeiros com carácter recreativo e cultural, etc.»

Para além da autorização de residência após cinco anos de estadia, as principais reivindicações dos portugueses que trabalham na Suíça prendem-se com a exigência de, após 32 meses de estadia neste país, o trabalhador temporário usufrua de uma autorização de residência anual, autorização que também seria concedida aos que ali trabalharam 84 meses durante 12 anos (ou seja, uma média de sete meses por ano).

Estas reivindicações são acompanhadas por outras, como sejam a possibilidade do reagrupamento familiar para os que vivem e trabalham na Suíça, bem como para todos os menores de 20 anos, sendo também exigido o pagamento do subsídio de desemprego no período de ausência anual de três meses.

Actualmente, e em resumo, existem três tipos de autorizações para o trabalhador estrangeiro na Suíça: a primeira é a autorização temporária (*tipo A*), segundo a qual o trabalhador está autorizado a celebrar uma vez por ano contratos com a duração de nove meses, consecutivos e sempre para o mesmo patrão, devendo nos restantes três meses desse ano regressar ao seu país de origem. Ao fim de quatro anos nestas condições, o trabalhador estrangeiro na Suíça poderá então obter a concessão de autorização anual (*tipo B*), que se trata de uma autorização de residência, a renovar todos os anos, dando direito a beneficiar da segurança social e ao reagrupamento da família do trabalhador na Suíça. Nesta categoria o trabalhador imigrante não está obrigado ao vínculo de um único patrão. Finalmente, a autorização permanente (*tipo C*) é renovável, conforme os cantões suíços, de cinco em cinco ou de seis em



É num barracão como este que vive a maioria dos portugueses trabalhadores temporários na Suíça. Segundo nos contou Manuel Beja, «quando se fazem os contratos de trabalho, o patrão é obrigado a garantir o alojamento. Na prática este alojamento, que é pago pelo trabalhador, é constituído por quartos colectivos em casas, ou por barracas com poucas condições de habitabilidade. No entanto, de há dez anos para cá, esta situação melhorou». Situação que cria no entanto a existência de pequenos guetos, nomeadamente na Suíça de língua alemã, levando muitos portugueses a conhecerem somente a sua barraca, ou, quando muito, a associação local de portugueses. Situação degradante é a vivida na fronteira Suíça, na chamada inspecção médica, segundo Manuel Beja, uma «operação de rotina ineficaz, onde as pessoas se esmagam contra a porta do barracão onde é feita essa inspecção, na ânsia de conseguirem o visto de entrada no país». Uma das propostas do SICOM é que essas inspecções passem a ser feitas de cinco em cinco anos e não todos os anos, tal como agora é feita a todos os trabalhadores sazonais.

seis anos, e é concedida ao trabalhador estrangeiro após dez anos de trabalho consecutivo neste país (reunindo os quatro anos de trabalho temporário no *tipo A*, com seis anos de trabalho na categoria *B*).

Juntar a família

A recusa do direito ao reagrupamento familiar e a impossibilidade do trabalhador temporário poder mudar de ramo de trabalho, colocando-o numa posição de extrema dependência, são duas das maiores preocupações de todos os trabalhadores temporários estrangeiros na Suíça, sujeitos ao regime do *tipo A*: trata-se de um total de 150 mil pessoas, das quais 37 mil 463 são portuguesas. A vida destes trabalhadores sazonais é ainda dificultada pelo facto de muitas vezes o patrão a que estão vinculados não lhes facultar a exigida continuidade de períodos de nove meses durante quatro anos, que permitiria a esse trabalhador ingressar na autorização de *tipo B*. O patrão evita assim um aumento dos seus próprios encargos e a fuga do trabalhador, já que normalmente é o trabalhador do *tipo A* que realiza as tarefas recusadas por outros, procurando quase sempre outro tipo de trabalho assim que ingressa na categoria *B*.

O recrutamento de portugueses para trabalharem na Suíça é feito por uma representação das entidades patronais suíças em Lisboa ou por via directa, através de familiares e amigos que já se encontram a trabalhar na Suíça. No entanto o recrutamento colectivo diminui, surgindo formas directas de recrutamento difíceis de controlar, sendo uma das reivindicações dos sindicatos a exigência de um contrato de trabalho por escrito onde estejam explicitadas as condições de contratação e trabalho, bem como o pagamento pela entidade patronal de indemnizações de viagem e refeições e o fornecimento ao trabalhador contratado de informações diversas sobre o país de acolhimento.

Melhoria das condições de Segurança Social, do ensino do Português, da garantia de direitos políticos e uma política de prevenção, por parte das autoridades suíças, que combata o flagelo do trabalho clandestino (que envolverá cerca de 40 mil portugueses, de um total de cerca de 120 mil trabalhadores estrangeiros clandestinos) são outras das reivindicações do SICOM. ■

A clandestinidade tem dois tons: negra e cinzenta

Segundo dados de Agosto do ano passado, na Suíça a emigração portuguesa atinge 101 mil 124 pessoas, das quais 37 mil e cem são mulheres. Com autorização temporária *tipo A* estão actualmente 37 mil 463 pessoas. Com autorização anual *tipo B* residem na Suíça 48 mil 991 portugueses a que se juntam 14 mil 670 com autorização permanente *tipo C*. Mas a estes número há a juntar os chamados *clandestinos* que foram no passado mês de Fevereiro objecto de um estudo do FOBB (Sindicato suíço da construção e madeira) que concluiu que num total calculado entre 120 mil e 180 mil clandestinos, os portugueses representam a maior colónia na Suíça francófona. Ocupam preferencialmente lugares que os autóctones recusam, nos sectores da hotelaria, agricultura, construção civil (sobretudo na demolição de edifícios) e nas empresas de limpeza.

Muitos deles chegam à Suíça com contratos temporários, mas acabam por ficar, uma vez ultrapassado o prazo legal. Outros são clandestinos sem o saber, pois descontam para os patrões que se apoderam das contribuições destinadas às entidades oficiais.

Noutras situações, famílias de trabalhadores instalam-se como turistas na Suíça, surgindo uma das situações mais dramáticas deste novo tipo de emigração: crianças que não podem ser registadas nem escolarizadas, nem têm direito a qualquer tipo de assistência médica.

Segundo os sindicatos, este fenómeno da *clandestinidade*, satisfaz sobretudo os empresários sem escrúpulos, que não ficam com qualquer tipo de obrigações. Florescem assim negócios à custa da exploração destes trabalhadores, pagos muito abaixo das tabelas oficiais.

O FOBB distingue vários tipos de empresas que *vivem* dos clandestinos: as *esclavagistas* são pequenas empresas que surgem e vivem à custa dos salários baratos e das más condições de trabalho.

As *temporárias* servem de intermediárias e cobram grandes quantias no recrutamento simultâneo de trabalhadores contratados e clandestinos.

As *estrangeiras* são as empresas que se deslocam ilegalmente à Suíça para tomar conta de empreitadas, desrespeitando as leis do país.

Finalmente as *saturadas* são empresas que não encontram nos circuitos oficiais a mão-de-obra necessária para responder às solicitações e necessidades de trabalho.

Ainda segundo o FOBB, mercê da hipocrisia das autoridades ao considerarem *clandestina* esta emigração «tolerada e até fomentada», os trabalhadores começam a ousar apresentar queixas nos sindicatos, contra as diversas ilegalidades a que estão sujeitos.

Por ironia, na Suíça qualifica-se de dois modos o trabalho clandestino: a *clandestinidade negra* que se assemelha a uma situação de escravidão e a *clandestinidade cinzenta* onde o trabalhador até é declarado à segurança social.



Imagem de uma manifestação do passado dia três de Março, em Berna, com o fim de denunciar e acabar com o apelidado «Estado Policial», motivo para dezenas de milhar de manifestantes desfilerem nas ruas da capital helvética contra o facto de o ministério público suíço ter acumulado mais de 900 mil fichas de informação sobre cidadãos considerados mais ou menos perigosos. Dessas, 600 mil fichas dizem respeito a estrangeiros que vivem e trabalham neste país, algumas das quais são de portugueses ligados a actividades políticas, sindicais ou associativas.

Bancos não pagam trabalho extra

O desrespeito pelo horário de trabalho acordado para a banca e a generalização do trabalho extraordinário não remunerado são dois problemas que sobressaem da situação actual neste sector. Para debater o futuro da banca e os direitos dos bancários, bem como a acção dos militantes do Partido que trabalham nos bancos em todo o País, vai realizar-se no próximo dia 21 um **encontro nacional de comunistas bancários**.

Sobre a fase preparatória desta iniciativa e as questões que vão estar em discussão no encontro, falámos com os camaradas **Fátima Amaral, Nuno Teixeira e Vítor Martins**, da coordenadora nacional das organizações de bancários do PCP:

O encontro de 21 de Abril enquadra-se no esforço que os militantes do Partido na banca têm vindo a fazer para melhorar a coordenação inter-regional e encontrar forma de debater numa perspectiva nacional as grandes linhas de orientação das posições assumidas pelos comunistas junto dos outros trabalhadores bancários.

Com este objectivo, tem funcionado a coordenadora nacional das organizações de bancários do PCP, que reúne camaradas das várias regiões, e realizou-se em Março de 1986 um primeiro encontro de militantes — onde surgiu a ideia de promover um segundo encontro, verdadeiramente nacional.

«Se é verdade que os trabalhadores da banca demonstram maior confiança nos comunistas para defenderem os seus interesses, também é verdade que nós temos que dar uma melhor resposta a essa confiança» — sublinham os camaradas da coordenadora.

As situações são muito diferentes — não é o mesmo trabalhar na banca privada ou na nacionalizada, nos grandes centros urbanos ou em pequenas localidades do interior ou das ilhas; mas há um significativo leque de problemas que afectam todos os bancários e que são motivo de reflexão para os comunistas,

pelo que vão ocupar um lugar de relevo no encontro de dia 21.

Privatização... dos direitos

A febre privatizadora do Governo PSD/Cavaco Silva marca toda a situação que os trabalhadores vivem hoje nos bancos portugueses.

Na banca nacionalizada — que ainda detém uma quota de 80 por cento do mercado — os conselhos de gestão, seguindo as ordens de quem os nomeou, preparam o caminho para a total entrega ao capital privado de um sector sempre apetecido, tanto pelos lucros que proporciona, como pelo lugar estratégico que tem na economia nacional.

A alteração da estrutura orgânica dos bancos nacionalizados está, assim, na ordem do dia, e é uma das modificações que mais afectam os bancários. Os camaradas da coordenadora nacional referiram, como exemplo, a alteração de funções e categorias, que leva à eliminação dos cargos de chefia intermédios, coloca na *prateleira* uma série de trabalhadores e representa uma barreira para as promoções profissionais (o que é mais grave face à

estagnação nas carreiras nos últimos anos, enquanto as responsabilidades dos bancários vão aumentando).

Estão também a ser eliminadas regalias extracontratuais, e a própria segurança social é posta em causa. E, claro, mais uma vez são atacados direitos sindicais, como a possibilidade de os representantes eleitos poderem ficar a tempo inteiro nas estruturas dos trabalhadores.

O acordo colectivo de trabalho para o sector — agora em fase de revisão anual — é frequentemente desrespeitado. O caso mais escandaloso, dos referidos ao «Avante!» pelos camaradas da coordenadora nacional, é o prolongamento generalizado do horário de trabalho sem qualquer registo das horas extraordinárias e sem qualquer remuneração.

«Trabalha-se assim pelo menos mais uma hora todos dias» — referem, sublinhando que o problema é mais grave nos balcões e na província e, sobretudo, na banca privada, sítios onde as formas de pressão sobre os bancários se fazem sentir ainda com mais força, obrigando-os a aceitar a *disponibilidade total* e forçando-os a abdicar de direitos legítimos e legais.

Fala-se no papel de *patrão* assumido por muitos gerentes nos

balcões que dirigem, e nos objectivos anuais, semestrais e mesmo mensais que os forçam a tomar essa posição e a enveredar pelo cumprimento artificial das metas definidas. Fala-se nos mecanismos de avaliação dos trabalhadores, que podem levar a que «quem sai às quatro e meia não tem *mérito*», tal como quem seja delegado sindical, ou como quem apenas tenha o atrevimento de reclamar aquilo a que tem direito. Fala-se nas discriminações — nomeadamente na distribuição de rendimentos e na contagem da antiguidade. Fala-se no *papão* dos despedimentos, frequentemente agitado pelo Governo e pelos conselhos de gestão...

«Tudo isto cria uma grande instabilidade nos bancários, uma grande preocupação quanto ao futuro, faz com que muitos optem por calar-se e aceitar o que lhes querem impor» — constata os camaradas que na redacção do «Avante!» falaram sobre o encontro de dia 21.

Mas recordam também a luta contra a lei dos despedimentos e as greves do ano passado, lembram que há uma forte unidade e que «em momentos difíceis há sempre uma grande disponibilidade para lutar».

■ DM

A inacreditável gravidade das faltas...

Um trabalhador-estudante candidatou-se a um curso de formação da banca. Na decisão dos responsáveis foram-lhe imputadas faltas tão graves, que levaram a que lhe fosse recusado o acesso ao referido curso: as faltas dos dias de greve, as faltas para participar em reuniões sindicais e as dispensas para os estudos. Faltas consideradas graves, que lhe fecharam as portas à formação. Mas, mais grave, ainda, é que no banco onde trabalha considerem para estas decisões faltas a que o trabalhador, pelas leis em vigor, tem todo o direito, como neste caso sucedeu.

Modernizar... para trás

Foi apresentada a contra-proposta patronal para a revisão do acordo colectivo de trabalho. Embora nela se fale muito em modernizar e em modernização, não contempla uma única melhoria para os trabalhadores da banca. Pelo contrário, volta à carga com a tentativa de institucionalizar a pressão e em transferências a qualquer momento e para qualquer localidade, o que seria mais forte meio de pressão sobre bancários para os fazer abdicar dos seus direitos.

Privatizar... o nosso

A avaliação do Banco Totta & Aguiar foi feita por um bancário nacional, o BIP... que é na corrida da privatização. *doping*, talvez, mas com a vantagem de conhecer o Totta de pavo, o que não é pouco.

Nesta privatização permitiu compra de acções com título indemnização aos antigos possuidores. Cada acção a comprar valia 3100 escudos; cada título para valia 3100 escudos.

Mas, nisto de avaliação dos bancos nacionalizados, outras presas poderão ainda acontecer. É que já se chegou a fazer *avaliação negativa*. «Quer dizer que ficar com o banco é ainda caro?» — pergunta o nosso camarada ao responsável que lhe foi com esta notícia.



Todos podem ir

O encontro nacional de comunistas bancários realiza-se no dia 21 de Abril, sábado, em Lisboa, na Voz do Operário. O início dos trabalhos está marcado para as 10 horas, encerrando cerca das 19.

Em discussão vão estar duas grandes questões:

- 1 — o futuro da banca e os direitos dos bancários
- 2 — a acção do Partido na banca.

O encontro é aberto a todos os camaradas que trabalham no sector bancário, independentemente da organização de que fazem parte. Para ter acesso à sala basta apresentar o cartão do Partido. ■



Fim da linha

Para o ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações parece ter sido o fim da linha. Ele, que esteve na origem do encerramento de tantas por esse país fora, acabou por descarrilar. Trata-se de Oliveira Martins, que há dias se demitiu do Governo de Cavaco Silva. Era um ministro discreto. Que a fazia pela calada. Só que conheciam os (maus) resultados da sua política. Foi, portanto, um bem, ter saído. No entanto já nos habituámos todos a vê-los sair depois de terem feito o mal, e serem substituídos por outros que não vêm por bem. Como sempre nestas demissões, o mistério impera. Cadilhe, Beleza, Eurico, Brito, um a um, eles vão saindo. O que mostra não ser fácil aguentarem-se no barco cavaquista, que mete água por todos os lados. Mas é gente que já aguentou outros barcos. Por exemplo, este Oliveira Martins, que foi secretário de Estado no Governo de Marcelo Caetano, de 1970 a 1974.

Precisamente nos Transportes e Comunicações. Este político de antigamente, dizia há tempos a um semanário: «Só aceito funcionar desde que confiem em mim. Se não passem muito bem.» Ao que parece, Cavaco não confiou. Marcelo Caetano, porém, não teve razão de queixa.

Factores

Bagão Félix, secretário de Estado do Emprego e Formação profissional, foi a Portalegre «Preparar 1992», ano que, no seminário dedicado ao tema, o governante considerou que deve ser encarado como «um factor positivo de crise», consideração algo misteriosa mas perfeitamente aceitável num Governo erigido de enigmas. Mas onde Bagão Félix se tornou mais claro foi quando afirmou que «a coesão económica é uma manifestação de igualdade de oportunidades e implica, antes de mais, um primado da afirmação individual e do

Pontos Cardeais

direito à diferença». Considerando que Bagão Félix começara a sua intervenção informando que a média salarial portuguesa está 70% abaixo da média correspondente na Europa da CEE, não há dúvida que «o primado da afirmação individual e do direito à diferença» são coisas já plenamente exercidas entre nós. O que lá para 1992 deverá explicar o tal «factor positivo de crise»...

Livros

Talvez por se sentir desocupado, o ex-ministro das Finanças deixou os números e pôs-se à escrita, produzindo um livro com o airoso título «Factos e Enredos», coisa grossa de 347 páginas. A propósito deste cometimento, Cadilhe declarou à TSF, de Lisboa, que «o livro não é um ataque nem uma defesa», não é «um epitáfio nem um autoelogio» nem sequer «um diário de bordo nem um tratado de bem governar». Não sendo este livro tantas coisas logo à partida, está explicado porque é que o seu autor não esteve na cerimónia do lançamento...

Regressos

Segundo o secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Correia de Jesus, depois de década e meia a «exportar» mão-de-

-obra para os países mais ricos da Europa, Portugal é neste momento «mais um país de regresso do que de emigração», o que constitui «uma questão preocupante para o Governo», pois temos por cá falta de «condições sociais, económicas e culturais». O Governo deve estar preocupado com a desestabilização que estes novos «retornados» poderão trazer às suas celeberrimas subidas do pleno emprego. Não se aflijam, senhores! Distribui-se-lhes também uns recibos verdes e fica logo tudo empregado outra vez!

OVNIS

A televisão belga transmitiu esta semana imagens de um suposto OVNI (Objecto Voador Não Identificado) captadas na província de Barbante quando o dito cujo, «do tamanho de uma casa, voava lentamente a baixa altitude, distinguindo-se nele três luzes dispostas em triângulo e uma outra, intermitente, ao centro». É claro que quando dois «caças» levantaram voo para investigar, o OVNI desapareceu imediatamente, talvez considerando que ter sido filmado já era concessão suficiente. Há já entretanto muito belga que se inquieta, especulando se o fenómeno não terá conexão com as folgas do rei Balduino.

Gazetilha

por Ignotus Sum

O que eu pensava

Eurico tem projectos. Está ligado a grupos económicos. Deseja que o segundo canal vá para a Igreja. E por que lhe dá isso tal cuidado? Por que não um canal, sim, mas um privado? Porque um privado é menos um pra quem como o Eurico, tem ligações, ambições de teletrato. É chato...

Eu pensava, na minha mansidão, que era tudo espírito cristão...

O inquérito

Achou a CEE que Portugal utilizara mal muitos dos donativos não pequenos. Uns dois milhões de contos, pelo menos.

A CEE então quer indemnização...

Como já diz alguém: e esta, hem?...

As fontes

Segundo as nossas fontes Fulano é um ladrão, Tem dinheiro aos montes nós sabemos como essas coisas são...

Lembram-se ainda este ano aquele assalto ao Banco Totta? Pois segundo as nossas fontes, o Beltrano no tal assalto entrou, todo janota.

E Sicrano? Tem manha! Que vejo eu?

Ele ali vai, pimpão, mas coisa estranha segundo as minhas fontes já morreu...

Dizer, digo. Logo me contradizem? Contradiçam. As fontes? É comigo. E eu cá não digo o que as tais fontes dizem as fontes é que dizem o que eu digo...

Peste

Muita gente se anima. Quem o diz é o Serviço Nacional: anda a peste porcina na Europa sim, mas não em Portugal.

Roupagem estranha que a mentira veste! Se febre tal ainda não está no saco como se chama a peste de que sofre o governo de Cavaco?...

O estado a que isto chegou

Governo condenado? Não se importa com isso. Já está habituado. Governo malhadiço.

Ele passa de lado prossegue o seu serviço Não faz e é obrigado: PSD castiço...

UCP's e não só. Faz o Direito em pó só para tal tem jeito.

O poeta fica absorto. Sendo o Estado assim torto como é que pode ser um Estado de Direito?

